

Wanderlaine Mara Loureiro de Assis

As Bibliotecas dos Centros Culturais da Prefeitura de Belo Horizonte: espaços públicos de cultura

Dissertação de Mestrado apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Guiomar da Cunha Frota

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FOLHA DE APROVAÇÃO



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Ciência da Informação

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

“As bibliotecas dos centros culturais da Prefeitura de Belo Horizonte: espaços públicos de cultura.”

Wanderlaine Mara Loureiro de Assis

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "Mestre em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade - (ICS)".

Prof^a Dr^a. Maria Guiomar da Cunha Frota – Orientadora - ECI/UFMG

Prof^a Dr^a. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG

Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz da Costa - Membro Externo ao Programa - Fundação João Pinheiro

Prof^a Dr^a. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte – ECI/UFMG

Prof. Dr. Nísio Antônio Teixeira Ferreira - (Sem vínculo)

Belo Horizonte, 22 de junho de 2010.

ATA

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos que se empenham
em prol de um objetivo.*

*A todos que não se deixam abater pelas dificuldades,
se dedicam e se sentem responsáveis
em proporcionar mudanças.*

AGRADECIMENTOS

*A todos que de uma forma ou de outra tornaram possível
o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.*

*Agradeço pela ajuda, pela força, pela torcida,
pela compreensão, pela falta de tempo,
pelo carinho e amizade.*

*E que, pela ajuda direta ou mesmo pela torcida,
tornaram as dificuldades mais amenas.*

E a Deus que foi meu apoio, meu ouvinte e meu guia.

E a longa jornada chega ao fim...

ASSIS, Wanderlaine Mara Loureiro de. **As bibliotecas dos centros culturais da Prefeitura de Belo Horizonte: espaços públicos de cultura.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2010.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo discutir o papel das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, destacando suas atuações como equipamentos descentralizadores do acesso à cultura e informação. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura com o objetivo de conceituar termos como centros culturais e bibliotecas públicas, levantando aspectos com relação às suas origens e papéis, buscando-se também caracterizar e analisar fatores históricos e sociais relativos à implantação das bibliotecas e dos centros culturais como política pública cultural que visa atender às comunidades nas quais se inserem. Neste estudo foram abordados a dimensão histórica, os diversos contextos e particularidades de cada biblioteca e as ações culturais desenvolvidas pelos seus diversos projetos. Foram coletados e analisados dados a fim de identificar as formas de atuação com relação às ações culturais de cada centro cultural e de sua biblioteca. Os resultados obtidos ressaltam o modo como funcionam, se estruturam e buscam ser uma rede de ações culturais voltada para a descentralização do acesso à cultura na capital mineira.

Palavras-chave: Cultura, Ação Cultural, Centros Culturais, Bibliotecas Públicas.

ASSIS, Wanderlaine Mara Loureiro de. **The libraries of the municipal cultural centers in Belo Horizonte**: cultural public spaces. 2010. Dissertation (Masters in Information Science) - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2010

ABSTRACT

This study aimed to discuss the libraries function in Belo Horizonte cultural centers, highlighting their roles as equipments decentralizing access to culture and information. For this, we performed a literature review in order to conceptualize such terms as cultural centers and public libraries, raising issues with respect to their origins and functions, seeking to characterize and analyze historical and social factors for the libraries and cultural centers deployment such as public cultural policy, which aims to serve the communities in which they operate. This study addressed each library in its historical dimension, in various contexts, circumstances, and in cultural activities developed by its various projects. Data were collected and analyzed to identify the ways in conducting the cultural actions of each cultural center and library. The results show how they work, how they are structured, seeking to be a cultural activities network, aimed at the access decentralization to culture in the state capital.

Keywords: Culture, Cultural Action, Cultural Centers, Public Libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01 - Bibliotecas públicas nos estados da região sudeste.....	48
GRÁFICO 02 - Despesas comparadas a outras áreas – Educação e Saúde.....	50
GRÁFICO 03 - Bibliotecas nos municípios mineiros.....	52
GRÁFICO 04 - Municípios brasileiros com centros culturais.....	56
GRÁFICO 05 - Evolução das bibliotecas públicas nos municípios brasileiros entre 1999 e 2006.....	69
FIGURA 1 - Biblioteca do CCLN/Seto infantil.....	189
FIGURA 2 - Biblioteca do CCLN.....	189
FIGURA 3 - Biblioteca do CCAVC.....	190
FIGURA 4 – Trabalhos dos usuários da biblioteca do CCAVC	190
FIGURA 5 – Biblioteca do CCSF.....	191
FIGURA 6 – Biblioteca do CCSF/ Setor infantil.....	191
FIGURA 7 – Biblioteca do CCVM.....	192
FIGURA 8 – Biblioteca do CCLR.....	192
FIGURA 9 – Biblioteca do CCLR.....	193
FIGURA 10 – Biblioteca do CCP.....	193
FIGURA 11 – Biblioteca do CCVN/ Setor infantil.....	194
FIGURA 12 – Biblioteca do CCVN.....	194

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Participação dos equipamentos culturais no total dos municípios 2006.....	47
TABELA 02 - Centros culturais nos municípios dos estados do sudeste.....	57
TABELA 03 - Municípios por UF que possuem biblioteca pública.....	70
TABELA 04 - Ranking das bibliotecas por 100 mil habitantes por estado.....	72
TABELA 05 - Parte 1 - (Centros culturais da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte 1992-2008)	100
TABELA 05 - Parte 2 - Centros culturais da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte (1992-2008)	101
TABELA 06 – Parte 1 - Perfil das bibliotecas dos centros culturais da FMC	125
TABELA 06 – Parte 2 - Perfil das bibliotecas dos centros culturais da FMC	126
TABELA 07 - Demonstrativo do total de projetos, atividades e públicos das unidades culturais entrevistadas.....	132
TABELA 08 - Número de funcionários por biblioteca.....	141
TABELA 09 - Média mensal de usuários por biblioteca.....	145
TABELA 10 - Público mais frequente das bibliotecas dos centros culturais da FMC.....	146
TABELA 11 - Público dos principais projetos do “Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura” da FMC	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCAVC – Centro Cultural Alto Vera Cruz
CCLN – Centro de Cultura Lagoa do Nado
CCLR – Centro Cultural Lindeia Regina
CCP – Centro Cultural Pampulha
CCPE – Centro Cultural Padre Eustáquio
CCSF – Centro Cultural Salgado Filho
CCVM – Centro Cultural Vila Marçola
CCVN – Centro Cultural Venda Nova
CFC – Conselho Federal de Cultura
CFC – Conselho Federal de Cultura
CNC – Conselho Nacional de Cultura
CNPC – Conselho Nacional de Políticas Culturais
CPC – Centro Popular de Cultura
CRAV – Centro de Referência Audiovisual
ECI – Encontro Intermunicipal de Cultura
FAN – Festival Internacional de Arte Negra
FIQ – Festival Internacional de Quadrinhos
FIT – Festival Internacional de Teatro Palco & Rua
FMC – Fundação Municipal de Cultura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INL – Instituto Nacional do Livro
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MinC – Ministério da Cultura
MS – Ministério da Saúde

OP – Orçamento Participativo

PAC – Plano de Ação Cultural

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PNC – Política Nacional de Cultura

PNC – Política Nacional de Cultura

Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SEBPM/MG – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais

SFC – Sistema Federal de Cultura

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SNB – Serviço Nacional de Bibliotecas

SNBP – Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNPPCP – Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 POLÍTICAS CULTURAIS.....	23
2.1 Cultura.....	23
2.2 A cultura como política pública.....	27
2.3 Políticas Públicas Culturais no Brasil: um breve histórico	32
2.3.1 Era Vargas (1930 – 1945) e o Estado Novo.....	32
2.3.2 A ditadura militar (1964 a 1985)	35
2.3.3 Da redemocratização da sociedade brasileira ao século XXI.....	40
3 ESPAÇOS DE CULTURA	53
3.1 Centros Culturais	53
3.1.1 Centros culturais e ação cultural	57
3.1.2 A natureza dos centros culturais.....	59
3.2 Bibliotecas Públicas	60
3.2.1 Bibliotecas Públicas no Brasil.....	65
3.2.2 Bibliotecas e cultura	75
4 METODOLOGIA.....	81
5 A CULTURA EM BELO HORIZONTE	88
5.1 Políticas públicas de cultura em Belo Horizonte.....	88
5.2 Centros Culturais de Belo Horizonte.....	97
5.3 Perfil dos centros culturais.....	107
5.3.1 Centro Cultural Lagoa do Nado.....	107
5.3.2 Centro Cultural Alto Vera Cruz	110
5.3.3 Centro Cultural Salgado Filho.....	112
5.3.4 Centro Cultural Vila Marçola.....	115
5.3.5 Centro Cultural Padre Eustáquio.....	116
5.3.6 Centro Cultural Lindeia/Regina.....	119

5.3.7 Centro Cultural Pampulha.....	122
5.3.8 Centro Cultural Venda Nova.....	123
5.4 Os centros culturais como uma rede de ações descentralizadora da cultura.....	127
6 AS BIBLIOTECAS DOS CENTROS CULTURAIS DE BELO HORIZONTE.....	136
7 CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXOS.....	176
ANEXO A – Instrução normativa FMC Nº 01 de 03 de março de 2009.....	176
ANEXO B – Roteiro das entrevistas.....	180
ANEXO C – Exemplos de mailings.....	183
ANEXO D – Fotos ilustrativas de algumas bibliotecas	189

1 INTRODUÇÃO

Belo Horizonte vem se consolidando cada vez mais como um polo produtor e difusor da cultura em suas diversas manifestações. Diferentes áreas do setor cultural ganharam projeção nacional e internacional em diferentes épocas devido a produções artísticas nos campos da dança (Grupo Corpo), do teatro (Grupos Galpão e Giramundo), da música (Lô Borges, Flávio Venturini e Beto Guedes, entre outros), da literatura (Cyro dos Anjos, Henriqueta Lisboa e um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos, Carlos Drummond de Andrade) e em outros tipos de manifestações culturais. Haja vista a riqueza e imponência da arquitetura encontrada em casarões da capital, que ainda hoje sobrevivem aos modernos arranha-céus.

Atualmente, Belo Horizonte é palco de diversos espetáculos de dança, teatro e música, além de promover inúmeros festivais nacionais e internacionais, dentre os quais podemos citar o Festival Internacional de Teatro - FIT, o Salão do Livro – Encontro de Literatura, o Festival Internacional de Arte Negra - FAN, o Festival Internacional de Quadrinhos - FIQ, o Salão Nacional de Arte – Bolsa Pampulha, o Festival Internacional de Dança, o Festival Internacional de Circo, a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança e o Festival Internacional de Bonecos. A agenda cultural da cidade, além de ampla e diversa, busca caminhos para se consolidar cada vez mais, ou seja, evitar que as programações aconteçam esporadicamente, o que comprometeria sua continuidade.

Os espaços culturais em Belo Horizonte vêm se multiplicando a cada ano de modo surpreendente. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte¹, a capital mineira conta com cerca de 72 bibliotecas, 18 museus, 38 galerias de arte, 54 salas de cinema e 38 teatros, além de centenas de espaços alternativos. E este número vai aumentar: com a construção do Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves no bairro Serra Verde, para onde será transferida toda a Sede Administrativa do Estado. Farão parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade o Museu das Minas e do Metal, a

1 Dados colhidos no site oficial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: < [Http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/) >. Acesso em: 10/03/2009

Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa, o Espaço TIM UFMG do Conhecimento, o Palácio da Liberdade, Memorial de Minas Gerais Vale, Centro de Arte Popular Cemig, Centro Cultural Banco do Brasil, e o café, que está sendo construído entre o Museu Mineiro e o Arquivo Público Mineiro.

Mas, apesar do investimento na construção de equipamentos culturais, nem todos os espaços destinados à cultura são “acessíveis” à população de maneira indistinta, já que o acesso a muitos deles se efetiva mediante cobrança, seja para entrar no local ou mesmo despesas com condução, e o poder aquisitivo não é o mesmo para todos. Outro aspecto importante é o fato de a localização destes espaços estar limitada ou mais concentrada em certas regiões da cidade, em detrimento de outras. Muitas pessoas não possuem condições de se deslocar até os equipamentos culturais, ou mesmo renda para frequentar teatros, cinemas e/ou museus. Quando se tem de escolher entre cultura e alimentação, por exemplo, a cultura sai perdendo. Desta forma, a população de menor poder aquisitivo acaba buscando alternativas acessíveis, como serestas, teatros, exposições e mostras de cinema, dentre outras, desenvolvidas gratuitamente em parques, ruas e espaços públicos. Daí a necessidade de se investir na construção de espaços que contemplem toda a população, de maneira descentralizada. Neste trabalho estaremos abordando um pouco sobre a precariedade dos investimentos por parte da prefeitura de Belo Horizonte na área da cultura em se comparando com áreas como educação e saúde.

Portanto, é grande a demanda dos belorizontinos por espaços culturais que promovam atividades artísticas gratuitamente. A proposta de criação de bibliotecas públicas caminha na mesma direção desta premissa: sua existência se justifica por constituírem espaços alternativos de cultura, aos quais as comunidades possam ter acesso a bens culturais gratuitamente. As bibliotecas públicas, então, emergem como nosso objeto de estudo por excelência, mais especificamente, as bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte.

Para levantar a discussão acerca de equipamentos culturais e manifestações artísticas, é necessário delinear inicialmente o que vem sendo entendido como cultura e de que modo a (s) concepção (ões) desenvolvidas ao longo da história influenciam as sociedades e, principalmente, o poder público (gestor) no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas ligadas à cultura. O papel do Estado é central neste processo e por diversas vezes veremos que ele foi o principal entrave à sua concretização.

Atualmente, existem em Belo Horizonte geridos pelo poder municipal 14 centros culturais - Alto Vera Cruz, Lindeia/Regina, Pampulha, São Bernardo, Vila Fátima, Vila Santa Rita, Urucuia, Zilah Spósito, Liberalino Alves de Oliveira, Venda Nova, Vila Marçola, Padre Eustáquio, Salgado Filho e Jardim Guanabara - e dois centros de cultura - Belo Horizonte e Lagoa do Nado. Eles constituem espaços voltados para a promoção da cultura e têm, como característica, por exigência da legislação, bibliotecas em suas dependências. Os centros culturais são espaços locais criados em bairros e regiões carentes de Belo Horizonte, já os centros de cultura foram criados para serem espaços inter-regionais, ou seja, com uma maior abrangência. Mas tanto os centros culturais quanto os centros de cultura têm o mesmo objetivo: promoção do desenvolvimento cultural da cidade.

Retomando o objeto de estudo desta pesquisa, o cenário atual em que se encontram as bibliotecas públicas brasileiras não colabora para o desenvolvimento adequado de funções básicas tais como informativa, cultural, recreativa e educacional. Grande parte delas se localiza em instalações inadequadas, possuem um acervo defasado e insuficiente, lutam com a falta de equipamentos, possuem poucos funcionários e ainda pessoas desqualificadas profissionalmente. As instituições, apesar de possuírem um potencial enorme, encontram importantes desafios para atenderem satisfatoriamente a seus usuários.

Mas, mesmo diante dos obstáculos enfrentados pela biblioteca pública brasileira, ela vem sendo reconhecida pelas diversas funções que desempenha. Em Belo Horizonte, as próprias comunidades passaram a reconhecer o importante papel

desenvolvido pela biblioteca pública e, por meio de um mecanismo democrático, porém um instrumento governamental, o Orçamento Participativo², batalharam pela instalação de centros culturais³ e juntamente com estes centros, as bibliotecas.

Grande parte das bibliotecas públicas é mantida pelos governos municipais ou estaduais e sofrem com a constante falta de recursos. O Estado como mantenedor destas instituições é quem deveria zelar por elas proporcionando à população o direito à informação, instrumento necessário à cidadania. Todavia, a mobilização popular tem demonstrado que as comunidades não ficaram de braços cruzados a esperar a iniciativa governamental. Cada vez mais a população vem buscando espaços legítimos de participação popular na vida cultural da cidade.

As bibliotecas públicas que pretendemos estudar se localizam em centros culturais de Belo Horizonte, que são espaços diferenciados voltados para a promoção da cultura. Não podemos trabalhar com as bibliotecas dos centros culturais se não abordarmos os conceitos e características dos locais onde estão inseridas. Desta forma, é necessário conhecermos um pouco sobre os centros culturais, suas características, políticas e o contexto em que se encontram. Levantaremos também a questão sobre os diversos conceitos do termo “público”. As bibliotecas em questão são públicas por estarem abertas a todos, ou por serem mantidas pelo governo? Há diversas variáveis no entorno das bibliotecas que precisam ser conhecidas e levadas em consideração para o desenvolvimento satisfatório desta pesquisa.

Os centros culturais pesquisados são instituições mantidas pela Prefeitura de Belo Horizonte e têm como função consolidar a política cultural da cidade. Eles buscam favorecer o desenvolvimento artístico-cultural da região onde estão inseridos por meio de diversas ações, objetivando construir um espaço social de convivência,

2 O Orçamento Participativo foi criado em 1994 e em 2006 a prefeitura de Belo Horizonte implantou o Orçamento Participativo Digital – OP Digital --com o objetivo de incentivar a participação popular na gestão da cidade. É a prática do exercício da cidadania, na qual a população discute a destinação dos recursos públicos.

3 Centro Cultural Alto Vera Cruz – 1996; Centro Cultural Urca Pampulha - 2000; Centro Cultural Venda Nova - 2007; Centro Cultural Vila Marçola – 2007; Centro Cultural Vila Fátima - 2008; Centro Cultural Uruçuia - 2008; Centro Cultural Lindéia / Regina - 2008 e Centro Cultural Vila Santa Rita – 2008.

troca de experiências, criação e resgate da identidade e da cultura. São espaços privilegiados de ações culturais.

Mas, para a biblioteca se constituir em um espaço democrático, é importante que ela reflita as necessidades e demandas da comunidade na qual está inserida. A biblioteca deve se relacionar com a comunidade e com os acontecimentos locais, servindo democraticamente a todos, sem levar em conta raça, credo, posição social, sexo e religião dos indivíduos da comunidade. A Constituição Brasileira, lei máxima em âmbito nacional, preconiza a garantia da cultura como um direito dos cidadãos.

Para atender a todos a identificação da biblioteca com a comunidade é essencial, pois possibilitará o desenvolvimento de trabalhos adequados às demandas, além do atendimento às diferentes áreas de interesses de seus usuários. As bibliotecas públicas devem não apenas disponibilizar e promover a leitura informativa, utilitária ou prazerosa (em seus diversos suportes), mas também devem ser palco de ações e apresentações culturais desenvolvidas pela própria comunidade, já que são espaços de promoção e resgate cultural. As bibliotecas inseridas em centros culturais devem ter um importante compromisso com a promoção da cidadania.

Há diversas indagações a serem feitas para que possamos compreender o que vem a ser uma biblioteca pública hoje e quais são seus objetivos. Precisamos também conhecer o papel do Estado como mantenedor de uma instituição cultural, em que a valorização da diversidade, a democratização cultural e a preservação das identidades locais são temas de grande importância.

A biblioteca, constituída a princípio com a finalidade de guarda da memória, com o tempo foi ganhando outros significados e funções. Ela deixou de ser apenas uma instituição que guardava um acervo passivo para se tornar um espaço dinâmico, um serviço ativo de informação. A biblioteca foi se adaptando às mudanças da sociedade, ganhando outros suportes informacionais e desenvolvendo outros tipos de atividades, tornando-se um espaço cultural voltado para a criação, promoção e acesso informacional e cultural dos cidadãos.

Fazendo um recorte na temática bibliotecas públicas, nos voltaremos para o estudo das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte. O que caracteriza uma biblioteca pública pertencente a um centro cultural e como se dá a atuação e a relação desta biblioteca com a comunidade na qual está inserida? Este tipo de biblioteca constitui instrumento de apoio e disseminação das ações culturais promovidas pelo centro cultural e desenvolvidas nas comunidades, refletindo uma política pública no setor cultural?

Assuntos referentes a bibliotecas são temas constantes de pesquisas no campo da Ciência da Informação. A escolha das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte como objeto de investigação ocorreu em função de duas motivações básicas: em 1º lugar, pelo fato de não haver bibliografia referente a este tema constituindo uma investigação relevante para a área e para o resgate da história destes espaços na cidade de Belo Horizonte; em 2º lugar, pelo fato de estas bibliotecas estarem vinculadas a outro equipamento de cultura, no caso, os centros culturais, constituindo objetos importantes de pesquisa.

Investigar as características das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, como funcionam, que tipo de informação disponibilizam, que ações culturais promovem, como se relacionam com as comunidades atendidas, bem como levantar sua história e o contexto em que se inserem, revelarão dados importantes para as indagações de nossa pesquisa e, sobretudo, para compreensão do funcionamento das bibliotecas dos centros culturais.

Esta pesquisa, conforme anteriormente mencionado, apresenta razões que justificam sua realização. Entretanto, para que possa lograr bons frutos e suscitar debates relevantes para o campo da Ciência da Informação, é necessário ter em mente alguns objetivos para nortear as ações e metodologias empregadas. Para melhor compreensão do objeto de estudo e das possibilidades nele imbricadas, optou-se por abordar um panorama das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, de modo a vislumbrar um objetivo geral; e, como desdobramento, proceder ao detalhamento de tais espaços por meio dos objetivos específicos.

No plano geral, busca-se caracterizar as bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, analisando a importância destes espaços para a comunidade e para os centros culturais como apoiadores e disseminadores da cultura bem como analisá-las pela dimensão de política pública de cultura.

E num plano mais específico, espera-se: levantar a criação das bibliotecas dos centros culturais descrevendo suas ações e seus processos de disseminação da informação; identificar os diversos tipos de atividades e/ou serviços buscados pela comunidade; identificar quais atividades ou serviços promovidos pelos centros culturais são mais utilizados pelas comunidades; levantar as características dos acervos das bibliotecas e de suas práticas e ações culturais; caracterizar cada centro cultural e analisar como suas particularidades influenciam nos projetos, práticas culturais e ações oferecidas; avaliar a importância da informação disponibilizada nestes espaços, tendo como referencial a criação, circulação e fortalecimento de culturais locais; avaliar a biblioteca dos centros culturais como espaços formados a partir de uma política pública de cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

É preciso atentar para o fato de que os objetivos expostos nesta pesquisa não esgotam a temática das bibliotecas públicas dos centros culturais de Belo Horizonte. Estes espaços são, por excelência, complexos e mutáveis. Diante da impossibilidade de tratar de todos os aspectos envolvidos na dinâmica de funcionamento de tais espaços, faz-se necessário limitar o campo de estudo. Mas que os aspectos aqui levantados, assim como aqueles omitidos sirvam para provocar discussões acerca do tema e contribuir para o desenvolvimento da Ciência da Informação, sobretudo, deste tipo de biblioteca.

Desta forma, nos propomos a desenvolver esta pesquisa por meio de uma metodologia que proporcione informações e dados satisfatórios para se poder conhecer as bibliotecas públicas dos centros culturais de Belo Horizonte, suas realidades, contextos alcançando os objetivos propostos.

A presente dissertação está estruturada em capítulos e estes, em seções, refletindo a organização do conhecimento aqui produzido. O capítulo 2, intitulado Políticas Culturais, parte de conceituações mais amplas para chegar ao micro-universo em que se insere o objeto desta pesquisa: inicialmente trata da conceituação do termo cultura, além de seu uso e apropriação pelas sociedades em diferentes momentos históricos; há também a preocupação em compreender as relações existentes entre Estado e Cultura e como esta última passa a fazer parte da agente governamental; num terceiro momento passa-se a um breve histórico das políticas culturais no Brasil; em seguida, busca-se resgatar a importância das bibliotecas públicas para a promoção das culturas locais; por fim, é salutar mencionar o desenvolvimento da cultura em Belo Horizonte, mais especificamente, das políticas públicas, universo abordado nesta pesquisa.

Dando continuidade à pesquisa, no capítulo 3, intitulado - Espaços de Cultura - estaremos fazendo um histórico dos centros culturais e discutindo seu papel, através da ação cultural. Ainda neste capítulo estaremos abordando a biblioteca pública como um importante equipamento cultural. Procuramos traçar um pequeno histórico de sua evolução no mundo, mais especificamente no Brasil, buscando caracterizá-la como um espaço de estreita relação com a cultura, abordando-a como um instrumento de ação cultural.

No capítulo 4, que trata da Metodologia adotada nesta pesquisa, procedeu-se à descrição do caminho percorrido para levantar as informações necessárias à pesquisa, além dos instrumentos utilizados para sua posterior análise, com vistas à consecução dos objetivos propostos.

O capítulo 5 vai tratar da estruturação da análise dos dados colhidos pela pesquisa. São informações coletadas e analisadas por meio de documentos institucionais e governamentais, entrevistas e observações. Traçamos um histórico das primeiras políticas públicas voltadas para o setor da cultura, estabelecendo a relação entre o Estado e a cultura; discorreremos sobre as transformações sofridas pela cultura ao longo dos anos através dos governos e mais especificamente pela Prefeitura de

Belo Horizonte. Aprofundando em direção ao objeto de estudo, desenvolvemos um histórico dos centros culturais da Fundação Municipal de Belo Horizonte e por fim caracterizamos as bibliotecas destes espaços com relação a seus papéis, função, estrutura e formas de trabalho.

2 POLÍTICAS CULTURAIS

2.1 Cultura

Ao pesquisarmos as bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, percebemos que seu papel está intrinsecamente relacionado à cultura e às ações culturais. Mas o que vem a ser estes conceitos na contemporaneidade e como serão abordados neste trabalho? Faz-se premente esclarecer diversos conceitos e suas relações com o objeto de estudo em questão, a fim de direcionarmos de forma adequada nossa pesquisa.

Conceituar cultura nos dias de hoje não é uma tarefa fácil, pois, com o passar do tempo, o termo foi adquirindo usos e significados distintos, reflexo da evolução e complexidade das sociedades. A cultura pode ser estudada sob diversos prismas. O termo cultura tem origem na raiz latina *colo*, cujos principais significados se relacionam com trabalho, “eu cultivo”, “eu cultivo solo”, “aquilo que deve ser cultivado”.

A evolução da humanidade trouxe consigo a ampliação e adequação do termo a contextos específicos. Durante os séculos XVI e XVII o significado de cultura era bastante limitado e esteve ligado a terra, a algo material. A partir do século XVII, na França, o conceito de cultura foi ampliado e passou a designar a formação e a educação do espírito humano, possuindo um caráter de uniformização e universalidade, “Cultura da Humanidade”. No século XVIII, o termo cultura passa a ser utilizado na Alemanha para fazer a distinção de várias culturas regionais, possuindo um sentido mais restritivo, revelando um caráter de distinção e particularidade (CUCHE, 2002).

A partir do século XIX, o sentido de cultura foi se consolidando com base em uma noção particularista em oposição à noção francesa, de universalidade. No século

XX, o conceito de cultura mantém sua oposição ideológica entre universalismo e particularismo, dando origem a duas maneiras distintas de conceituação do termo nas Ciências Sociais contemporâneas. Na verdade, as concepções que se baseavam em um ou outro aspecto (universalidade/particularidade) foram abandonadas por não darem conta da complexidade do conceito de cultura na contemporaneidade. Ao se falar em cultura, é preciso saber que o terreno é demasiado ardiloso e exige, a priori, que se contextualize em que situação e quais os sujeitos envolvidos, tendo o fator temporal como pano de fundo.

Na Declaração Universal da Diversidade Cultural, dimensões como a pluralidade e a identidade são afirmadas. O conceito de cultura foi se ampliando e ganhando outras dimensões. É com um conceito amplo de cultura que esta pesquisa irá trabalhar. No documento, a cultura é entendida como um patrimônio renovável, processo em constante transformação, em que, cada indivíduo deve reconhecer a pluralidade de sua própria identidade dentro de sociedades igualmente plurais:

a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2002, p. 2)

Ao longo do século XX, com o processo crescente de autonomização das esferas de produção, circulação e consumo dos bens simbólicos, foram fortalecidos os campos de produção e reprodução cultural tanto quanto o campo artístico, o filosófico, o científico e o educacional. Foram ampliadas as esferas de distribuição e consumo, como as editoras, bibliotecas, arquivos, museus e a própria indústria cultural, criando-se uma situação de mercado (oferta e consumo) para a circulação de bens culturais. Mais uma vez a lógica capitalista iria tentar se impor e ditar a tônica das relações envolvendo cultura e sujeitos.

Com a mercantilização e industrialização dos bens culturais, o acesso a eles não se dá de forma igualitária para todos, assim como acontece com outros bens, sejam

eles físicos ou simbólicos, que circulam em nossa sociedade. Grande parte da população não possui condições de pagar para consumi-los, ocasionando o não acesso a diversas formas de cultura como cinemas, teatros, exposições ou mesmo à cultura do saber, como livros, jornais, revistas, internet, dentre outros. Cria-se, com isso, um novo tipo de exclusão com uma velha roupagem. Esta relação de mercado acaba muitas vezes reduzindo a cultura apenas à condição de espetáculo e entretenimento, deixando de lado processos importantes como a criação e a produção, que fazem dos indivíduos sujeitos culturalmente ativos. Outro aspecto decorrente desta exclusão é a elitização dos bens culturais e das pessoas que a eles têm acesso, como se a produção cultural que realmente tivesse valor fosse aquela inacessível à maioria da população. Desse modo, a noção que grande parte dos brasileiros tem de cultura se relaciona a algo estranho, como se não fosse um bem produzido em seu próprio país.

O advento da globalização ocasionou uma tendência à uniformização cultural, nos modos de vida, nos hábitos, nas comidas, nos modos de pensar e de agir (MONTIEL, 2002). Mas, ao mesmo tempo em que gerou esta onda homogeneizadora, possibilitou também processos de afirmação de identidades culturais, reações de valorização e reafirmação de culturas “locais”, do pluralismo cultural. Montiel alerta para a importância da valorização e do respeito às diversas culturas e do papel relevante que o Estado possui na busca da preservação cultural:

Cada país deveria criar não somente normas, mas também espaços de encontros, que permitam o diálogo intercultural. A humanidade é uma, mas suas culturas são numerosas. Deve-se ter presente que cada vez que uma cultura desaparece, a comunidade, em particular, e a humanidade, como um todo, empobrecem. (MONTIEL, 2002, p. 44)

A ampliação do mercado cultural pode ser relacionada com a globalização no sentido de que ela possa ter aumentado o próprio consumo em decorrência das novas relações e da maior acessibilidade e circulação de informações, conhecimento e de produtos culturais, não significando necessariamente o seu acesso democrático. Ou seja, a globalização que se pretendia totalizante, além de

promover a necessidade de preservar e valorizar culturais locais, ainda fez com que estas culturas chegassem a regiões remotas.

No âmbito dos estados democráticos, a cultura vem sendo representada como esfera que possibilita a realização da cidadania, reforça a auto-estima, o sentimento de pertencimento, permitindo a possibilidade de inclusão social (BRASIL, 2007). Ainda que não seja uma realidade para o Brasil, há de se reconhecer que o país apresenta um potencial enorme para viabilizar uma concepção de cultura que abrace os excluídos.

Cientes do potencial transformador que a cultura exerce sobre um povo, tal esfera vem assumindo cada vez mais um papel importante na área de atuação do Estado, tornando-se objeto de política pública, tal como a educação, a habitação e a saúde. O Brasil deve garantir a todos os cidadãos o direito à preservação e à manifestação de suas identidades culturais.

As manifestações culturais (festas, formas de falar, crenças, folclore) são importantes elementos de sociabilidade, pois perpassam a construção do sentimento de pertencimento de suas identidades. A identidade é um processo de construção de significados. As manifestações, como atributos culturais de um indivíduo ou grupo, são elementos de coesão indispensáveis ao sistema social.

Assim, para que trabalhem com a cultura sob a responsabilidade de uma instituição pública, torna-se necessário conhecermos como se dá a relação entre a cultura e o Estado, qual o conceito de cultura trabalhado pelo Estado e como o Estado, por meio de suas políticas públicas, lida com a diversidade cultural que o Brasil possui a fim de promover a democracia cultural.

2.2 A cultura como política pública

Nesta parte da pesquisa analisaremos o universo cultural sob a ótica das políticas públicas. Para o desenvolvimento desta pesquisa, é necessário que trabalhem com o conceito de política cultural e que tracemos um panorama das políticas culturais implementadas no Brasil a partir da década de 30, período em que começaram a surgir as primeiras políticas públicas de cultura no país, tentando pontuar ações relevantes geradas pelo Estado e pela sociedade para que se viabilize uma democracia cultural. Buscamos também suscitar a reflexão acerca dos rumos dados pelo Estado à cultura.

Para falarmos de política cultural, é necessário, em primeiro lugar, explicitar o que entendemos por política pública. As políticas públicas são estratégias que o Estado utiliza a fim de proporcionar uma mudança social. Nas palavras de Isaura Botelho:

[...] uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. Tendo como meta a solução destes problemas e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar, cabe então o planejamento das etapas que permitirão que a intervenção seja eficaz, no sentido de alterar o quadro atual. Por ser consequente, ela deve prever meios de avaliar seus resultados de forma a permitir a correção de rumos e de se atualizar permanentemente, não se confundindo com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia de criação, formação, difusão e consumo. (BOTELHO, 2007, pags 3-4)

As políticas públicas são elaboradas conforme realidades específicas no tempo e no espaço, e precisam ser constantemente repensadas e reformuladas para se adequarem aos problemas e demandas que são igualmente mutáveis. O planejamento e a avaliação são elementos que também servem para distinguir ações de políticas, isto é, as políticas públicas são efetivadas pelas ações, mas não se reduzem simplesmente a estas ações.

As políticas públicas podem também ser entendidas como ações do Estado na implantação de projetos, planos ou programas de ação governamental voltados para ações de criação e não para a passividade. No que diz respeito às políticas culturais, Coelho (2004) amplia o conceito relacionado à política cultural, não a restringindo apenas à ação do Estado, mas também à atuação de outros segmentos quando diz que

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (COELHO, 2004, p. 293).

As políticas culturais também possuem problemas como falta de verbas, pouca infraestrutura e capacitação profissional, tal qual outras políticas públicas (educação e saúde), além de sofrerem pela descontinuidade de seus projetos diante das mudanças de governos. Outro ponto importante a ser considerado numa política cultural é a importância de se compreender a cultura, levando-se em conta sua diversidade e complexidade, buscando meios para sua valorização e seu desenvolvimento.

Na relação entre cultura e Estado no Brasil, podemos observar que o papel que o Estado assume varia conforme o contexto, às vezes atuando como dinamizador, preservador, fomentador e legislador, e outras vezes como controlador e ou interventor. As transformações que o Estado sofre com as posturas diferenciadas de governantes se refletem nos diversos tipos de políticas implementadas, sejam elas econômica, social, de saúde, educacional, inclusive na área cultural.

Podemos apontar quatro relações principais existentes entre o Estado e a cultura no Brasil citadas por Chauí (1995): a liberal - que identifica cultura e belas-artes, na qual esta última seria um privilégio da elite escolarizada; a do Estado autoritário - no qual o Estado é o produtor oficial da cultura; a populista - que manipula a abstração de uma cultura popular, que seria a visão popular das belas-artes; e a neoliberal - que identifica cultura e eventos de massa. A autora é contrária a estas relações e

estabelece as suas próprias, ampliando a visão de cultura e incluindo valores, ideias, comportamentos individuais ou em grupo, em que os sujeitos são atores de sua própria cultura, negando o sentido reducionista de cultura popular em relação à cultura dita de elite, além de enfatizar o caráter público da ação cultural. Chauí não vê o Estado como produtor, mas sim como estimulador da cultura.

Desta forma, como estimulador e ou formulador, o Estado passa a ter funções de articular a política nacional da área cultural, coordenando as ações em âmbito nacional; a buscar a valorização das diferenças e da diversidade; e a garantir a promoção da cidadania e inclusão cultural através da democracia cultural.

Em nosso país, o Estado sofreu profundas mudanças em relação à formulação da política cultural. A sistematização de uma política nacional de cultura é muito recente. O que se verificou ao longo dos anos foi o desenvolvimento de ações isoladas que privilegiavam manifestações muito restritas, assim como alguns segmentos da sociedade. Concepções voltadas para a necessidade de incluir toda a população somente viriam a ser pensadas após a abertura política. Entretanto, há de se pontuar que a sociedade civil sempre esteve à procura de mecanismos de articulação que permitissem outras manifestações culturais além daquelas previstas pelo Estado.

No Brasil os direitos culturais passaram a fazer parte dos textos constitucionais em 1988, pela Constituição Brasileira. Em seus artigos 215 e 216, respectivamente, estabelecem que *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”* e que *“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”*. (BRASIL, 2003)

Com esta inclusão, os direitos culturais passam a fazer parte da categoria dos direitos fundamentais caracterizando-se como um início de reconhecimento dos

direitos culturais por parte do governo. O Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) passa a ter o papel de garantir a toda a população o acesso universal à cultura, no sentido de apoiar, incentivar, fomentar, valorizar e difundir as diversas manifestações culturais do país. Desta forma, o papel do Estado em relação à cultura é muito mais amplo do que apenas o fomento cultural. Como articulador de uma política nacional de cultura e coordenador das ações culturais em âmbito nacional, sua função é estritamente importante e decisiva para a área cultural, sobretudo para o fortalecimento das culturas.

O ponto aqui não é apenas levar cultura a este ou àquele setor ou segmento social, mas demonstrar a existência de múltiplas experiências criativas, promovendo as culturas locais e regionais, fortalecendo os laços sociais e as instituições políticas de estados e municípios, bem como as redes de infraestrutura cultural descentralizadas que permitam o desenvolvimento de múltiplas experiências. (BRASIL, 2007, p. 55)

Para que o Estado possa cumprir seu papel, suas políticas culturais precisam reconhecer a existência da diversidade de públicos, da diversidade cultural e dos distintos agentes que compõem uma política cultural que realmente busque ser efetiva e democrática. Apesar de seu papel no cenário nacional, o Estado não deve inibir as manifestações locais e regiões, mas sim buscar a criação de mecanismos que reconheçam e valorizem tais experiências. Já não se pode mais aceitar aquele modelo de cultura uno que se pretendia totalizante, tampouco a cultura como produto criado para atingir as massas.

Numa democracia participativa, a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania. [...] A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades, para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. Ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural. (CALABRE, 2009, p. 298)

Corroborando o ponto de vista apresentado, associar cidadania e cultura confere a esta última o status necessário para que o povo cobre do Estado sua efetivação através de políticas públicas, além de ser o mecanismo por excelência para

exercício da democracia, uma vez que, diante da cultura, não existe aquela melhor ou pior, mas sim aquela (s) que melhor representa (m) a essência de um povo.

O Estado deve definir sua política pública e reconhecer o real papel da sociedade civil como agente fundamental no processo político. No Artigo 09 da Declaração Universal da Diversidade Cultural, a Unesco aponta a importância que o Estado tem na definição da política cultural e explicita a necessidade de criar condições para o seu pleno desenvolvimento:

As políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das idéias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial. Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados. (UNESCO, 2002, p. 4)

Para a formação de políticas públicas, o diálogo entre Estado e sociedade civil configura um elemento fundamental em seu processo de criação. O país ainda precisa enfrentar uma longa caminhada pela frente para que a cultura deixe de ser um adereço e tome a importância que lhe é devida e prevista pela Constituição.

O próximo tópico tratará das políticas culturais no Brasil, descrevendo num breve histórico as principais políticas culturais brasileiras ocorridas a partir da década de 30.

2.3 Políticas Públicas Culturais no Brasil: um breve histórico

Em um percurso histórico breve, apresentaremos um resumo do processo de construção das políticas públicas brasileiras voltadas para o setor cultural. Procuramos destacar os eventos relevantes no contexto cultural; caracterizar os modos de atuação do Estado neste setor; e descrever, em linhas gerais, algumas organizações e instituições criadas a fim de dar suporte à cultura.

Para uma melhor compreensão dos fatos, delimitamos as transformações nas políticas públicas culturais brasileiras procurando traçar os principais aspectos que caracterizaram três períodos da história republicana brasileira: a Era Vargas (1930 - 1945), mais precisamente o Estado Novo; a ditadura militar (1964 - 1985); e a redemocratização da sociedade brasileira iniciada por volta de 1985.

2.3.1 Era Vargas (1930 – 1945) e o Estado Novo

Antes da década de 30, o Brasil passava por uma fase de rompimento com a cultura tradicional buscando renovação estética e de estilo gerada pela influência das inovações da vanguarda europeia. Como consequência desta fase, em 1922 um grupo de Intelectuais e artistas organizou a Semana da Arte Moderna⁴ no país. Este evento surgiu como marco de um novo movimento cultural: o Modernismo. Este movimento buscava a ruptura com a natureza acadêmica, a liberdade na escrita e expressão linguística, sem se prender às métricas rígidas ou à linguagem culta. Foi uma fase de grande expressão cultural que renovou e transformou o contexto artístico e cultural brasileiro, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na

4 O Modernismo Brasileiro é um movimento de ampla dimensão cultural iniciado em 1922 com a Semana da Arte Moderna que aconteceu de 11 a 18 de fevereiro no Teatro Municipal de São Paulo, e contou com a participação de escritores, artistas plásticos e músicos, dentre os quais: Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Este movimento tinha por objetivo mostrar as novas tendências artísticas que vigoravam na Europa buscando uma renovação estética cultural, possibilitando o afloramento de artistas, obras e espaços culturais.

arquitetura e na música. Durante uma semana a cidade de São Paulo se tornou palco de uma ampla liberdade criadora que rompia com o passado.

As primeiras políticas culturais no Brasil só surgiram durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), conforme Rubin (2007). A cultura estava sob a gestão do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. Durante seu período de gestão como ministro (1934 - 1945), Capanema abriu espaço para que intelectuais e artistas da cultura brasileira representantes do movimento modernista⁵ contribuíssem para a gestão cultural.

Ainda neste período iniciou-se um crescimento da institucionalização do setor cultural pela implementação de várias medidas que buscavam fortalecer esta área. Diversas instituições foram criadas no período em que Capanema foi o ministro de Getúlio Vargas. Foram criados órgãos como o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa, ambos em 1936.

A construção deste aparato cultural, além de dar suporte à cultura, também serviu de importante instrumento político na construção de uma identidade nacional almejada pelo Estado. A política cultural deste período era contrária a ideais que valorizassem as diferenças e a diversidade. O aparato burocrático era uma forma de respaldar a relação do Estado para com a sociedade, fazendo da cultura um meio importante de legitimação do regime. Em linhas gerais, era através da cultura que o Estado buscava os meios para manter a vigilância sobre a sociedade.

Durante o Estado Novo (1937 - 1945), surgiram várias formas de resistência e questionamento ao regime de governo através de partidos políticos e grupos armados. Qualquer iniciativa de participação crítica era reprimida. *“Aceitava-se que o plano cultural era um dos planos possíveis de luta pela transformação social do país e a politização das massas através da arte adquiria um caráter de luta anti-imperialista, nacionalista e socialista”* (PAIVA, 2003, p. 261).

5 Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemayer, Cândido Portinari, Mário de Andrade.

Dando continuidade à institucionalização do campo cultural, temos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 (SPHAN), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 (Iphan), sucessor do SPHAN, o Instituto Nacional do Livro (INL) - em 1937, o Museu Nacional de Belas Artes criado em 1937, mas inaugurado apenas em 1938 pelo então presidente Getúlio Vargas, além da criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura (CNC). O Conselho Nacional de Cultura foi instituído pelo Decreto-Lei nº 526 de 1º de julho de 1938, como um órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde responsável pela coordenação das ações na área cultural. Mas se por um lado se institucionalizava e se modernizava a cultura, por outro havia repressões, censuras e o lado interventor e controlador do Estado diante de manifestações culturais não alinhadas ao modelo institucional.

O período entre 1945 e 1964 conhecido como democracia populista, foi segundo Calabre (2009), de grande desenvolvimento cultural para o país, não por mérito do Estado ou de políticas culturais, mas sim devido à iniciativa privada. Não houve grandes mudanças nas políticas sociais, as estruturas construídas no período anterior praticamente não foram alteradas. Uma mudança significativa que vale apontar é o desmembramento, em 1953, do Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS). Pelo menos no papel, o Estado começava a conferir à cultura o status merecido, ainda que intimamente ligada à educação.

Nos anos 60, o Brasil passava pela experiência da democratização que se iniciou com o fim do Estado Novo, em 1945. Durante o Governo de Goulart (1961-1964), houve grande mobilização social e surgimento de outros movimentos como o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB) ambos em 1961. O Conselho Nacional de Cultura foi recriado sob o governo de Jânio Quadros (1961- 1961) pelo Decreto nº. 50.293 de 23 de fevereiro, vinculado à presidência da república e tinha o objetivo de se tornar o responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. O CNC, a partir de 1962, voltou a ser

subordinado ao MEC - à época chamado de Ministério de Educação e Saúde (CUNHA FILHO, 2008, p.75).

2.3.2 A ditadura militar (1964 a 1985)

Antes do golpe militar, havia um clima de otimismo que influenciava grande parte da esfera cultural, gerado pela esperança no desenvolvimento do país. Este otimismo desencadeou um grande florescimento cultural, baseado na ideia de que os artistas tinham um papel fundamental na construção de uma nação democrática, justa e moderna. Mas estes ideais foram logo interrompidos devido ao golpe militar.

No cenário cultural, a música popular se tornava um veículo privilegiado de política, sobretudo no início de 1964. A ideologia que a música popular transmitia continha a mesma mensagem revolucionária e de contestação veiculada pelos Centros Populares de Cultura, (CPCs) (BASUALDO, 2007). Ambos ofereceram importantes contribuições para a cultura e conscientização nacionais.

Os CPCs, movimentos vinculados à União Nacional dos Estudantes – UNE, eram movimentos de atuação político-cultural que tiveram como um de seus idealizadores o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho. Este grupo defendia a cultura como um instrumento de poder e o artista como o agente que levaria a conscientização às classes populares. Ações culturais envolvendo o teatro, a música, a literatura, dentre outras manifestações desta natureza, foram utilizadas como meios de conscientizar o povo sobre a realidade brasileira. O movimento buscava na cultura e educação revolucionárias um caminho para a transformação social, para promover a conscientização e politização da sociedade. Após o golpe militar de 64, os CPCs e a UNE foram colocados na ilegalidade e, em 1968, pelo Ato Institucional n.º5⁶, os CPCs foram fechados. Mas este movimento serviu para suscitar a reflexão de

6 O AI-5 (Ato Institucional número 5) foi o quinto decreto criado pelo governo militar brasileiro em 13 de dezembro de 1968. Foi considerado o pior golpe na democracia dando poderes quase absolutos ao regime militar.

questões ligadas à arte, à política e à cultura popular, constituindo uma base para manifestações futuras. Pensando em um possível paralelo com os centros culturais de hoje, é interessante notar que a conscientização popular acerca da realidade do país precisa ser estimulada a todo momento, mas os centros culturais surgem muito mais da necessidade das comunidades em ter acesso à cultura do que da vontade de “intelectuais” de trazer esclarecimento para o povo através da cultura. Talvez, atualmente, a cultura esteja muito mais a serviço dela própria do que servindo a outros fins.

Após o golpe de 1964, o Estado deu continuidade à institucionalização do setor cultural. Em novembro de 1966, pelo Decreto nº.74 do dia 21, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão de grande relevância e cujas atribuições eram: formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais; e realizar intercâmbios internacionais. (CALABRE, 2006, p.2)

Durante a vigência do regime militar (1964 – 1985), outros órgãos voltados para a área cultural foram criados, além do CFC, dentre os quais podemos citar: o Ministério das Telecomunicações (1967); a Fundação Nacional de Arte - Funarte (1975); o Conselho Nacional de Direito Autoral (1975); o Centro Nacional de Referência Cultural (1975); houve a reformulação da Embrafilme (1975), criada em 1969; a criação da Radiobrás e do Conselho Nacional de Cinema – ambos em 1976. A década de 70 representou um importante momento de institucionalização da cultura por parte do Estado. (BOTELHO, 2001a; CALABRE, 2005; MICELI, 1984; RUBIM, 2007b).

Um fato importante que marcou este período foi a criação, pelo governo, da Política Nacional de Cultura (PNC), no ano de 1975. Esta política, por sua vez, foi o primeiro documento oficial do Estado que buscava estabelecer diretrizes para orientar as atividades da área cultural, fundamentando uma política nacional de cultura. Era a

presença governamental no âmbito cultural, em que a cultura era vista como uma das metas políticas de desenvolvimento social do governo.

Apesar da criação de diversos órgãos voltados para o setor da cultura, os organismos criados tinham suas ações voltadas para a legitimação da ideologia do Estado. Não se pode esquecer que este foi um governo de exceção sem precedentes para a história do país. Inúmeros brasileiros foram mortos, perseguidos e exilados por defenderem ideologias contrárias àquelas defendidas pelo Estado. A ditadura militar se tornou um período de intensos movimentos sociais devido à grande repressão por parte do Estado. As manifestações culturais foram alvo de vigilância e perseguição permanentes. Incontáveis foram os eventos envolvendo censuras, perseguições, torturas, cassações, exílios e até mesmo execuções, dentre outras formas de punições utilizadas para intimidar aqueles que se opunham ao regime (escritores, músicos, atores...). A falta de liberdade e as repressões desencadearam diversos movimentos de resistência e contestação formados por intelectuais, estudantes, operários e artistas.

A partir de 1967, iniciou-se um dos períodos mais agitados da cultura brasileira contemporânea, mas interrompido abruptamente com a imposição do Ato Institucional nº5 (AI -5) pelo governo militar. Durante os anos em que o AI-5 vigorou, o país viveu seus piores momentos de cerceamento das liberdades individuais e da violação dos direitos humanos. O AI-5 foi mais um decreto criado durante o regime militar para sucumbir as garantias constitucionais: concedia poderes extraordinários ao presidente, determinou o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano e suspendia várias garantias constitucionais, dentre outros aspectos. Segundo Rostoldo (2006) o AI-5 transformou radicalmente a cultura sob duas formas: pela censura prévia, com punições, cassações, expulsões, prisões etc. e pela autocensura, em decorrência da acomodação e do medo provocados pelo regime.

Mesmo a partir da instituição do golpe, grupos artísticos como a Tropicália⁷ e o Cinema Novo⁸ continuaram suas atividades culturais voltadas para a população. Os artistas destes movimentos buscavam a liberdade de expressão e a valorização de suas raízes culturais, constituindo uma clara oposição ao projeto ideológico e político dos militares. Mas a imposição do AI-5 acarretou o fim do Tropicalismo, relegando ao exílio artistas como Caetano e Gil.

A TV Excelsior de São Paulo organizou festivais de música que aconteceram em 1965, 1966, 1967 e em 1968, nos quais, cantores e compositores manifestavam, de maneira explícita ou não, suas críticas ao governo militar. Músicas como "A Banda", de Chico Buarque, "Disparada" e "Caminhando", de Geraldo Vandré, e "Sábida", de Chico Buarque e Tom Jobim fizeram grande sucesso e tiveram grande repercussão no país.

No plano da cultura foram inúmeras as manifestações de resistência, como o show de "Opinião" (1964), um evento que se utilizava da música e do teatro para fazer denúncias e protestos. Seu objetivo era sensibilizar o público para o engajamento na luta contra o regime militar, e sua organização estava a cargo de membros do CPC. Nos anos que se seguiram, ocorreram mais dois eventos: o "Opinião 1965" e o "Opinião 1966". A música cada vez mais se firmava como expressão cultural de contestação, reivindicação e inconformismo com a realidade do país. A repressão, a censura a livros, filmes e a informações provocaram a luta por mudanças durante todo o regime.

Na década de 1970, o Estado desenvolveu um projeto que criava instituições culturais. No Projeto do Conselho Federal de Cultura, as Casas de Cultura foram baseadas em modelos já existentes em alguns países da Europa. Elas eram espaços com biblioteca, auditório e teatro, que desenvolviam diversos tipos de

7 O tropicalismo foi um movimento musical, que também atingiu outras esferas culturais (artes plásticas cinema, poesia), surgido no Brasil no final da década de 1960. Também conhecido como Tropicália, foi inovador ao mesclar aspectos tradicionais da cultura nacional com inovações estéticas. As letras das músicas possuíam um tom poético, elaborando críticas sociais e abordando temas do cotidiano de uma forma inovadora e criativa.

8 Movimento cinematográfico que se iniciou em São Paulo na década de 50.

atividades culturais voltadas para o atendimento ao público local. As Casas de Cultura brasileiras, assim como suas congêneres europeias, deveriam desenvolver vários tipos de atividades voltadas para a cultura, dentre elas podemos citar exposições, teatro e cinema, mas deveriam também possuir espaços como biblioteca e auditório. A Casa de Cultura deveria funcionar como centro de atividades culturais para a população local. A primeira Casa de Cultura foi criada em 1970, na Bahia, e logo se expandiu por outros estados (CALABRE, 2007).

Outra ação voltada para o setor cultural desenvolvida nesta fase ocorreu em agosto de 1973, durante o governo do Presidente Médici (1969-1974) - o lançamento do Plano de Ação Cultural (PAC) - que era um projeto de financiamento de eventos culturais mantidos financeiramente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em fins da década de 70 e ao longo dos anos de 1980, os movimentos não se calaram. Surgiram diversas manifestações e lutas da sociedade civil em oposição ao regime. Estas manifestações buscavam a reconstrução do estado democrático e se caracterizavam como movimentos de resistência à ditadura militar, em prol da educação, moradia e da anistia política, dentre outros. Ocorreram diferentes tipos de movimentos pelo país, destacando-se o Movimento Estudantil, o Movimento dos Universitários, os Movimentos Operários e as “Diretas Já”.

Nos anos finais do regime militar, buscou-se uma distensão lenta e segura para o restabelecimento da democracia no país. As medidas de repressão foram diminuindo e várias imposições militares foram revogadas. Mas o cenário ainda era conturbado, visto que as repressões diminuíram, mas não cessaram, o país passava por problemas econômicos devido ao crescimento da taxa de inflação, da dívida externa e do lento processo de reabertura política. Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) revogou o AI-5. Foi um passo muito importante no processo de redemocratização, juntamente com a retirada dos militares radicais do governo.

Com a anistia concedida pelo último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo (1979-1985), políticos, artistas e outros brasileiros exilados puderam retornar ao país. No dia 15 de janeiro de 1985, o deputado Tancredo Neves foi escolhido novo Presidente da República, mas não pôde assumir o cargo, pois veio a falecer devido a uma enfermidade. O vice-presidente José Sarney assumiu o cargo de Presidente, iniciando uma nova fase política para o país.

2.3.3 Da redemocratização da sociedade brasileira ao século XXI

No governo do Presidente José Sarney (1985-1990), podemos destacar dois fatos importantes para o setor cultural: a criação de um ministério exclusivo para a cultura em 1985 - Ministério da Cultura – MinC e a elaboração da nova constituição, também chamada de Constituição Cidadã, devido à abertura para a participação dos cidadãos na elaboração de políticas públicas em diversos setores. Mas, ao separar-se da educação, a cultura passou a ter diversos problemas financeiros e administrativos, já que a maioria das verbas estava destinada ao Ministério da Educação, e, ao longo da década de 80, já estava acontecendo uma diminuição gradual dos investimentos públicos na área cultural.

Desta forma, o setor se viu compelido a buscar outras fontes de investimento para financiar a área cultural, fazendo surgir em 2 de julho de 1986, durante a gestão do Ministro da Cultura Celso Furtado, a primeira lei de incentivos fiscais do Brasil, Lei n° 7.505 de incentivo à cultura, também conhecida como Lei Sarney. Neste período, começaram a se multiplicar as secretarias estaduais de cultura e houve um incremento no patrocínio às artes pelas empresas privadas e públicas. Mas a Lei Sarney teve vigência apenas entre 1986 a 1990. A cultura brasileira teve que buscar na iniciativa privada meios para continuar ativa.

Nos anos de 1980, um conjunto de mudanças proporcionou uma nova forma de relação entre administração pública e a população, pelo início da participação de

segmentos representativos da sociedade civil na gestão pública. Estados e municípios passaram a ter certa autonomia com a descentralização de algumas áreas e a institucionalização de espaços públicos, por meio de conselhos, fóruns, seminários e câmaras de interlocução entre o Estado e a sociedade. Estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil foram sendo formadas mediante a participação organizada.

Os movimentos sociais deflagrados ao longo das décadas de 60 e 70 contribuíram para a conquista de vários direitos sociais que passaram a fazer parte da Constituição Brasileira de 1988. A Constituição Cidadã rompe com a relação clientelista e corporativista entre Estado e sociedade civil, ampliando o discurso de sua participação na gestão pública ao garantir o poder de compartilhar decisões governamentais e interferir na elaboração orçamentária. Foi principalmente a partir desta Constituição que instituições e práticas possibilitaram o envolvimento da população em diferentes níveis e áreas de atuação, estruturando uma participação política que envolvesse toda a sociedade, estabelecendo diversos mecanismos legais que permitissem ao cidadão controlar a atuação do Estado (FROTA, 2004). Com a Constituição os municípios passaram a ter uma maior autonomia, delegando às instâncias estaduais e municipais algumas responsabilidades, contribuindo para a ampliação da ação dos governos locais sobre as atividades culturais (CALABRE, 2007). Vale ressaltar que o comprometimento das instâncias de poder em âmbito local (municipal e estadual) tende a alcançar resultados mais próximos daqueles almejados pelas populações locais, pois estão lidando diretamente com a cultura local. Obviamente, a relevância das políticas nacionais não deixa de existir, as formas de atuação é que são distintas.

Mas enquanto a população buscava participar da gestão no campo cultural, como também em outras áreas, no cenário político, o Presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) promulgava a Lei n° 8.029 de abril de 1990, que extingiria o Ministério da Cultura e diversos órgãos importantes ligados ao setor cultural⁹,

9 Foram extintos: a Fundação Nacional de Artes Cênicas – Fundacen; a Fundação do cinema Brasileiro; a Embrafilme; a Fundação Nacional Pró-Leitura, o Conselho Federal de Cultura e o Conselho Consultivo do Sphan. A Fundação Pró-Memória e o Sphan foram transformados em

desmantelando toda uma estrutura antes construída. A Lei Sarney também foi revogada. Em 23 de dezembro de 1991, pela Lei nº. 8.313, foi instituída a Lei Rouanet, tida como um aprimoramento da Lei Sarney, que objetivava introduzir recursos na área cultural pela renúncia fiscal (CALABRE, 2007). A lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – (Pronac), que captava e canalizava recursos para o apoio a projetos culturais. A cultura ficou reduzida apenas a uma Secretaria de Cultura, deixando o Estado de ser o único provedor oficial da cultura. Foi uma época sem investimentos públicos no setor cultural.

O Ministério da Cultura foi novamente instituído em 1992 no governo de Itamar Franco (1992-1994). O órgão retomou o diálogo entre Estado e sociedade civil na Conferência Nacional de Cultura (1993). Em julho deste mesmo ano, foi criada a Lei nº. 8.685, cuja finalidade primeira seria estimular a produção cinematográfica brasileira, mediante a aquisição de cotas de comercialização de filmes no mercado de capitais.

Sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi instituído o Decreto nº. 94.979, de 29 de setembro de 1997, que propunha uma nova estrutura para o Conselho Federal de Cultura (CFC), subordinado ao Ministério da Cultura. O CFC era o órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura objetivando centralizar as atividades culturais do país. A principal ação da “política cultural” destes governos continuava a se fundamentar nas leis de incentivo, principalmente na leis Rouanet e do Audiovisual¹⁰.

De um modo geral, as políticas públicas culturais da década de 90, segundo Carvalho (2008), eram constituídas apenas de leis de incentivos e desconsideravam qualquer tipo de ação no campo da cultura, esmagando os avanços alcançados por outros governos, ainda que a serviço da manutenção da ordem. Esta atitude por parte do Estado acabou gerando diversos movimentos que buscavam a ampliação

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e a Funarte em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – Ibac.

10 (Lei Federal 8685/93) - Lei de investimento em produção de obras cinematográficas e infraestrutura de produção e exibição.

de direitos sociais que propiciassem melhores condições de vida à população. A partir da abertura política obtida com o fim da ditadura militar, o povo brasileiro sentia uma necessidade enorme de não apenas fazer parte do país, mas, sobretudo, de ter condições de participar ativamente da vida social, política, econômica e cultural, haja vista a atuação histórica da juventude nas ruas pedindo o impeachment do Presidente Collor (1992).

Em 2003, as diversas formas de financiamento acabaram gerando um estímulo maior à implantação de secretarias estaduais e municipais de cultura, havendo uma necessidade de se reconfigurar o papel do Estado no que diz respeito à cultura.

Essa institucionalização reflete uma mudança bastante radical na compreensão de cultura pelo Estado e a necessidade de reconfiguração do seu papel. E são uma resposta também à necessidade de ampliação do raio de ação das políticas culturais, tendo que atender tanto às tradicionais obrigações de fomento e difusão, quanto aos novos desafios da diversidade e da transversalidade da cultura. (FREITAS, 2009, p. 5)

O papel do Estado nas políticas públicas de cultura deveria ir além do incremento e estímulo às leis de incentivo. O Estado teria como papel fomentar a criação cultural, levando-se em conta o desafio da diversidade cultural existente em nosso país. É ainda pertinente comentar que este momento foi de significância ímpar para o setor cultural, pois não se tratava somente de criar ou extinguir órgãos, propor ou efetivar ações: a transformação proposta é bem mais profunda, pois sugere mudanças na compreensão que o Estado tem de cultura.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva propôs a participação do povo na gestão das políticas públicas voltadas para a área da cultura. O governo de Lula teve início em 2003, tendo Gilberto Gil, cantor e compositor brasileiro, como Ministro da Cultura entre janeiro de 2003 e julho de 2008, assumindo depois seu ministro interino, Juca Ferreira. No governo de Lula, a noção de cultura foi ampliada ganhando um sentido antropológico. O conceito de cultura desta gestão pode ser definido a partir do conceito estruturado na Conferência Mundial sobre Políticas Públicas promovida

pela Unesco em 1982, no México. Nesse encontro, foi redefinida a noção de política cultural, que passou a incluir

os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças; a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento. (UNESCO, 2002)

Esta foi uma fase de reorganização e fortalecimento da estrutura cultural no país. Para montar novamente uma estrutura que pudesse dar sustentação à área cultural, bem como ao novo conceito de cultura, foram criadas cinco novas secretarias: Políticas Culturais, Diversidade e Identidade Cultural, Articulação Institucional, Programas e Projetos e Fomento e Incentivo à Cultura. Estas secretarias dariam suporte à elaboração de novos projetos, ações e de políticas.

Mas a prioridade deste governo se concentrava na implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que se constitui de uma política plurianual. Atualmente o SNC é o eixo que articula as ações culturais nos níveis federal, estadual e municipal com a participação da sociedade na definição de prioridades, no controle e acompanhamento das metas. O Sistema Nacional de Cultura também se constitui de políticas setoriais desenvolvidas em bibliotecas, museus, nas artes, no patrimônio etc., além de fóruns.

Em 2004, o MinC e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) firmaram um acordo de cooperação técnica para desenvolver uma base de informações voltada para o setor cultural, a partir de pesquisas produzidas pela instituição. A finalidade era fornecer subsídios aos órgãos governamentais e privados para estudos e elaboração de planos, ações e políticas (CALABRE, 2007).

Em fevereiro de 2005, aconteceu em Brasília, por iniciativa do Ministério da Cultura juntamente com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, o primeiro Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (SNPPCP), fruto do diálogo entre o Estado e segmentos da sociedade civil. O seminário tinha

por finalidade chamar a atenção para a preservação, valorização e respeito à diversidade cultural no Brasil, contribuindo para o processo de formulação de políticas públicas na área da cultura. Outros seminários ocorreram em 2006 na cidade de Brasília, e em 2008 em Juazeiro do Norte.

Em 24 de agosto de 2005, foi criado outro órgão voltado para o aspecto cultural, o Sistema Federal de Cultura (SFC), pelo Decreto nº. 5.520. Sua função consiste em formular e implantar políticas públicas de cultura, de modo a promover o desenvolvimento (humano, social e econômico) com o exercício dos direitos culturais. Segundo o MinC (2009), a política é fruto de acordo mútuo entre Estado e sociedade civil. Este mesmo decreto reformulou e ampliou a composição do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), que tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, promover o debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Vale ressaltar que neste governo o Estado realmente reconheceu que sem a participação popular, as políticas públicas envolvidas com a cultura não chegariam a quem de fato interessa atingir: o povo. Em períodos como o da ditadura de Vargas e a ditadura Militar, em que tais políticas contavam apenas com a participação do Estado, pôde-se perceber que os bens culturais estavam disponíveis a um grupo muito restrito de brasileiros.

Em 2005, a Unesco propôs a adoção da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, conhecida por Convenção da Diversidade. Depois de ratificada pelos países membros da Unesco, a convenção entrou em vigor em março de 2007, tendo como principal objetivo criar *“um ambiente que permita que todas as expressões culturais manifestem sua rica diversidade criativa, renovando-se por meio de intercâmbios e de cooperação e tornando-se acessíveis a todos, em benefício de toda a humanidade”* (MinC, [s.d]).

MinC, em parceria com o IBGE, passou a realizar anualmente (desde 1999) a Pesquisa de Informações Básicas Municipais¹¹. Nas informações da pesquisa realizada em 2006, as prefeituras forneceram dados sobre diversos assuntos, dentre eles, a cultura. Com estes dados, foi publicada a Pesquisa de Informações Básicas Municipais/Perfil dos Municípios Brasileiros - Suplemento de cultura/2006. As cidades enviaram informações sobre os tipos de equipamentos culturais que possuíam, dentre eles biblioteca pública, museus, teatros, cinemas, locadoras, livrarias, dentre outros. A pesquisa sobre o perfil dos municípios brasileiros em seu Suplemento Cultura aponta diversos dados importantes com relação às bibliotecas e centros culturais no país¹², que serão expostos ao longo desta pesquisa.

Com base em dados da pesquisa “Cultura em números – 2009” (Tabela 01), fez-se o levantamento de diversos equipamentos culturais distribuídos pelos municípios do Brasil. Segundo estes dados, as bibliotecas públicas constituem os equipamentos culturais mais presentes nos municípios brasileiros. A existência da biblioteca pública em 89,1% dos municípios brasileiros atenta para a importância deste equipamento como espaço de cultura. Nesta pesquisa, foram incluídos dois equipamentos culturais, que, na pesquisa anterior (2005), não foram mencionados: clubes e associações recreativas e os centros culturais.

11 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais é fruto de um acordo de cooperação entre o MinC e IBGE. Ela efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm> >. Acesso em: 22 out. 2009.

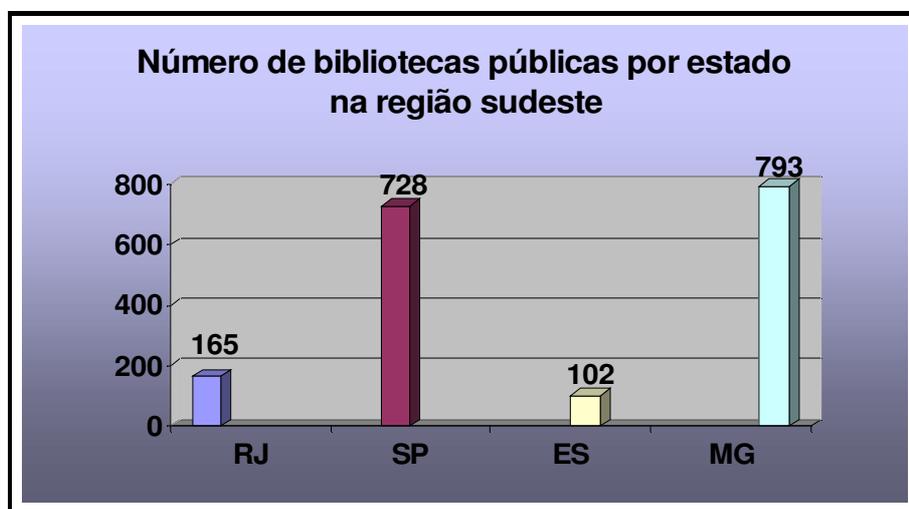
12 Pesquisa de Informações Básicas Municipais/Perfil dos Municípios Brasileiros foi base para que em 2009 fosse feita a publicação “Cultura em números: Anuário de estatísticas Culturais” em que foram sistematizados todos dados culturais em um documento único.

TABELA 01 - Participação dos equipamentos culturais no total dos municípios

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2006	
Bibliotecas públicas	89,1
Museus	21,9
Teatros/salas de espetáculo	21,2
Cinemas	8,7
Centros culturais	24,8
Estádios/ Ginásios poliesportivos	82,4
Videolocadoras	82
Livrarias	30,1
Unidades de ensino superior	39,8
Lojas de discos Cds/DVDs, fitas	59,8
Shoppings	7
Clubes e associações recreativas	72,6

Fonte: Dados retirados do Anuário de estatísticas culturais - 2009. IBGE/MUNC.

Ainda com relação às bibliotecas públicas brasileiras, mais precisamente na região sudeste, no Gráfico 01, percebe-se que o estado de Minas Gerais é o estado que possui um maior número de bibliotecas públicas, já o Espírito Santo é o estado que possui menos bibliotecas na região sudeste. Mas levando-se em conta a dimensão de cada estado, o Espírito Santo possui muito menos municípios do que Minas Gerais, respectivamente: 78 e 853.municípios Proporcionalmente ao número de municípios o Espírito Santo possui mais municípios com bibliotecas do que o Estado de Minas Gerais. (ver tabela 03 - Municípios por UF que possuem biblioteca pública, pág).

GRÁFICO 01 - Bibliotecas públicas nos estados da região sudeste

Fonte: Dados retirados do Anuário de Estatísticas Culturais/ Fundação Biblioteca Nacional - 2007.

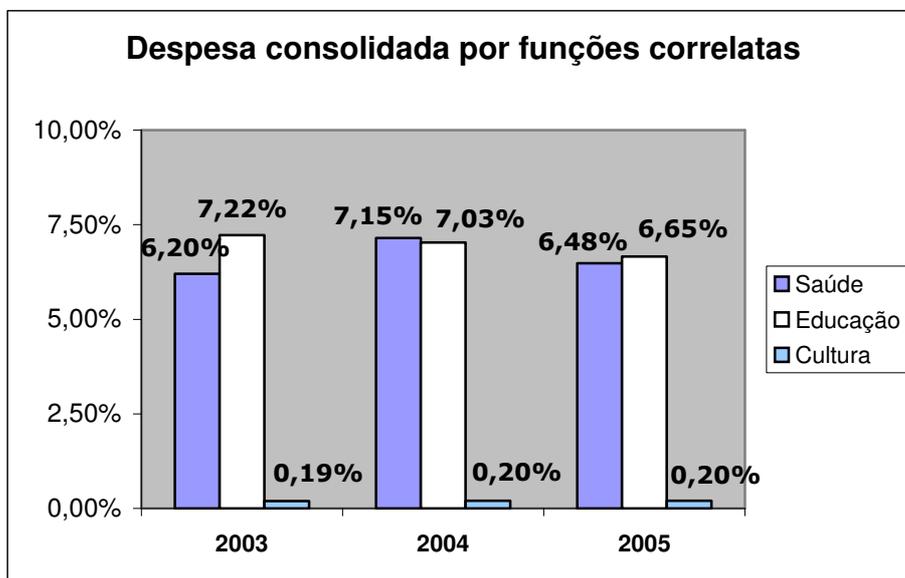
Em dezembro de 2007, pela Lei 5.520, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Política Nacional de Cultura (PNC), com cinco objetivos: promoção do desenvolvimento cultural do país; integração das ações do poder público conduzindo à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura; e democratização do acesso aos bens de cultura e à valorização da diversidade étnica e regional. A Política Nacional de Cultura é um planejamento público de longo prazo criado de forma democrática elaborado para o período 2008 /2018.

A PNC é resultado de uma ampla discussão na sociedade e possui 67 diretrizes em sua elaboração, distribuídas em cinco eixos temáticos: Gestão Pública da Cultura, Cultura é cidadania e democracia, Economia da Cultura, Patrimônio Cultural e Comunicação é cultura. Estas diretrizes foram elaboradas após conferências estaduais, municipais e seminários setoriais que ocorreram em 2005 na 1ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília. Já a primeira PNC implantada em 1975, segundo Reis (2009), tinha como objetivo apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e zelar pelo patrimônio cultural sem intervenção do Estado para dirigir a cultura, além de possuir claras intenções de controle e

manipulação social, tratando a cultura como uma questão de segurança nacional (COHN, 1984; MICELI, 1984).

No Brasil, a preocupação com culturas locais e com a diversidade cultural foi, paulatinamente, se tornando pauta de reflexões e discussões. É de fundamental importância a atuação do Estado em políticas públicas que busquem fortalecer a pluralidade brasileira, valorizando toda a diversidade das manifestações culturais e incentivando a participação da sociedade civil de forma consciente e efetiva. A abertura para o diálogo entre governo e sociedade foi um avanço muito grande, mas ainda há muito a ser feito, tanto em relação ao aprimoramento desta relação – Estado/Sociedade, quanto no que se refere à infraestrutura, a investimentos, à fiscalização, dentre outros. Mas devemos chamar a atenção para a importância da elaboração de projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, acarretando desperdício de trabalho e dinheiro público, ou seja, em se tratando de políticas públicas para cultura é importante manter a continuidade das ideias que estão dando certo.

Outra preocupação importante de ser levantada, é a existência de uma discrepância entre os investimentos por parte do governo em diversas áreas. A cultura ainda não é um setor que recebe muitos investimentos governamentais, para tal, tomamos como base o Gráfico 03, que compara as despesas gastas com saúde, educação e cultura. É uma situação preocupante que também constitui um avanço a ser alcançado, a busca de maiores investimentos para a área cultural, que poderá ter como consequência uma ampliação do acesso à cultura.

GRÁFICO 2 - Despesas comparadas a outras áreas – Educação e Saúde

Fonte: IBGE. Elaboração MinC

Nota: Apresenta a participação dos orçamentos de diferentes áreas de atuação do governo (Saúde, Educação e Cultura), assim como a variação no período que compreende 2003 a 2005.

Num momento em que o Brasil busca romper com uma tradição de exclusão social de todo tipo, a ampliação do diálogo entre Estado e sociedade civil, de políticas públicas eficazes e da quantidade e qualidade de equipamentos culturais disponíveis - centros de cultura, museus, e/ou bibliotecas - onde seus acervos e serviços promovam e incentivem a participação popular no processo de criação cultural, é uma forma interessante de buscar a democratização de informações e inserção dos excluídos no mercado cultural, além da criação do sentimento de identificação com o país.

No âmbito do estado de Minas Gerais a Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais realizou uma pesquisa com relação às bibliotecas públicas do estado. Esta pesquisa deu origem ao documento “Construindo uma Minas leitora: o retrato das bibliotecas públicas de Minas Gerais” (2008), que mostra o resultado do recadastramento das bibliotecas públicas dos municípios de Minas Gerais. Os dados que geraram o documento foram levantados entre julho e outubro de 2007 e contabilizaram 840

bibliotecas inseridas na base de dados do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais - SEBPM/MG. Esta base de dados mostra que dos 853 municípios de Minas Gerais 836 já possuem biblioteca¹³ (dados de 31/07/2008).

Para o levantamento destes dados foram consideradas bibliotecas públicas toda biblioteca conceituada como instituição cultural criada e mantida pela prefeitura municipal através de legislação específica. A biblioteca comunitária foi incluída apenas quando foi apontada pela própria prefeitura como de sua responsabilidade.

Esta preocupação com relação a todos os municípios mineiros possuírem biblioteca pública é fruto de uma política de cultura desenvolvida em Minas Gerais no governo de Aécio Neves (jan. 2003 a mar. 2010), “Construindo uma Minas Leitora”, na qual se almeja eliminar o déficit de bibliotecas públicas que Minas Gerais possuía em 2005, em que em 20% dos municípios não havia biblioteca (SEBPM/MG). O Gráfico 02 mostra que em 2007, 98% (836) dos municípios mineiros possuíam biblioteca pública e 2% (17) dos municípios ainda não possuíam este equipamento. Este índice foi reduzido para menos de 2% em 2008 (CESARINO, 2008). Este projeto buscava, além de eliminar este déficit, ampliar, qualificar e atualizar os acervos, incluindo infraestrutura e capacitação humana das bibliotecas públicas existentes.

13 Os dados apresentados neste documento se referem ao universo das 826 cidades que responderam ao recadastramento, perfazendo um total de 96,83% dos municípios mineiros. Posteriormente as informações dos municípios faltosos foram incorporadas à base de dados, mas não foram incluídas no documento citado. Ainda segundo a pesquisa, as bibliotecas estão predominantemente ligadas à área da Educação, constituindo-se em poucos municípios nos quais a Cultura se encontra como um órgão independente (80% das bibliotecas estão ligadas à Educação e apenas 10% está ligada à área da Cultura).

GRÁFICO 03 - Bibliotecas nos municípios mineiros

Fonte: dados do cadastro do SEBPM/MG (2007).¹⁴

14 Documento: "Construindo uma Minas Leitora: o retrato das bibliotecas públicas de Minas Gerais". Gráfico 01, p. 104.

3 ESPAÇOS DE CULTURA

3.1 Centros Culturais

A criação de centros culturais no Brasil foi estimulada pela observação de modelos experimentados em outros contextos, sobretudo o da França do século XX. A inauguração do *Centre National d'Art et de Culture Georges-Pompidou*, (1977) também chamado Centro Cultural Georges-Pompidou ou, simplesmente Beaubourg, foi uma iniciativa pioneira do governo francês que serviu de modelo para o mundo. O ideário pós-modernista, que culminou com a criação do Beaubourg, está diretamente relacionado às mudanças ocorridas no cenário europeu e, sobretudo, às novas exigências dos operários franceses, que não mais tinham o trabalho como única ocupação: a necessidade de vivenciar momentos de lazer contribuiu sobremaneira para impulsionar o mercado de bens e serviços culturais. No texto da lei que cria o Centro Cultural Georges-Pompidou, Milanesi destaca:

Este estabelecimento público favorece a criação de obras de arte e do espírito; contribui para o enriquecimento do patrimônio cultural da nação, da informação e da formação do público, da difusão da informação artística e da comunicação social. (...) Ele assegura o funcionamento e a animação, em conjunto com os organismos públicos e privados que lhe são associados, de um conjunto cultural consagrado a todas as formas de criação artística, notadamente no âmbito das artes plásticas, da pesquisa acústica e musical, da estética industrial, da arte cinematográfica, assim como a leitura pública (MILANESI, 1990, p. 29).

Notadamente, tratava-se de um projeto inovador para a época, pois, contemplava aspectos relacionados à criação e ao consumo da arte; possibilitava o acesso a uma variedade muito grande de informações em formatos e suportes igualmente variados, além de trazer a leitura pública para o cenário. A própria arquitetura do prédio era extremamente arrojada e rompia com os modelos clássicos da velha Paris. O projeto arquitetônico do Centro Cultural Georges-Pompidou em aço e vidro

revela a intenção de seus idealizadores em romper com a velha estrutura e inaugurar um cenário cultural inédito para o contexto europeu e para o mundo.

No Brasil, há muito que se fazer em termos de investimento em cultura (setor financeiro, infraestrutura, políticas culturais, incentivos fiscais, dentre outros). A escassez de bibliografia sobre o histórico dos centros culturais no Brasil é um bom reflexo desta realidade. A criação de um Departamento de Cultura há cerca de quase 80 anos tendo Mário de Andrade como um dos grandes entusiastas da ideia ilustra bem tal pressuposto. Há uma grande identificação da cultura com leitura, sendo as bibliotecas “*mais modernizadas*”, as instituições que mais se aproximavam da ideia de centro cultural, sobretudo quando a ação cultural passou a fazer parte de sua pauta de atividades.

Na década de 70, iniciou-se no Brasil um projeto que tinha como objetivo a construção de casas de cultura. O projeto foi elaborado por Josué Montello, Presidente do Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 1968 e inspirado no modelo europeu da primeira *Maison de la culture*, em 1964, Bourges/França (CALABRE, 2007). A ideia europeia era criar espaços culturais que trabalhassem com as mais variadas formas de cultura, principalmente a cultura popular.

Fruto de parceria, inclusive financeira, entre o Conselho Federal de Cultura e o município, as casas de cultura teriam como função se tornar centros de atividades culturais, voltados para a promoção de exposições, teatro e cinema e que necessariamente deveriam ter biblioteca, auditório e teatro, para que pudessem desenvolver junto à população local, diversos tipos de atividades culturais. Em 17/12/1970, em Lençóis, Bahia, foi inaugurada a primeira casa de cultura do Brasil. E, em 1973 já existiam 17 casas de cultura nos estados do Pará, Acre, Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo (CALABRE, 2007).

As primeiras instituições brasileiras denominadas centros culturais surgiram na cidade de São Paulo - Centro Cultural do Jabaquara (1980) e Centro Cultural São

Paulo (1982) - na década de 80, para depois se espalharem pelo resto do país (COELHO, 1996). Eram centros culturais formulados nos moldes do Centro Cultural Georges-Pompidou, com funções similares aos europeus.

Os centros culturais no Brasil não possuem um termo específico para designar espaços que contêm diversas atividades e ações culturais. Centros culturais, casas de cultura, centros de cultura, espaços culturais, dentre outros, são termos muito utilizados para estes espaços que se utilizam da ação cultural como sua principal finalidade.

O nome centro cultural normalmente, segundo Coelho (1986), diz respeito a uma instituição mantida pelos poderes públicos. Uma instituição de maior porte, com acervo e equipamentos permanentes, tais como salas para auditório, teatro, cinema, e/ou biblioteca. O autor mostra que há uma tendência em se diferenciar um centro cultural de uma casa de cultura. Esta última seria um centro cultural em menor proporção, com menos diversidade de atividades, com atividade voltada para uma área específica, com localização em bairros e muitas vezes mantidas por representações estrangeiras.

Desde o início dos anos de 1990, também não foi mais possível fazer uma distinção clara entre bibliotecas e centros de cultura, visto que as bibliotecas não mais se caracterizam apenas por coleções organizadas de livros, e os centros de cultura por sua vez, lidam diretamente com diversos tipos de informação. Ambas as instituições estariam adquirindo caráter polivalente e caminhando para a integração do *“acesso ao conhecimento às ações de discussão, criação de novos conhecimentos e difusão de novas informações”* (RAMOS, 2008, p.62).

Sejam equipamentos culturais denominados centros culturais, casas de cultura ou mesmo bibliotecas, estes espaços possuem similaridades e com o passar do tempo foram se expandindo pelo país, representando um aumento significativo de instituições voltadas para a área cultural, preocupadas com a preservação da memória e da cultura.

Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE, - Perfis dos Municípios Brasileiros (2007), a região sul é a região que possui mais municípios com centros culturais do Brasil, perfazendo um total de 30%. Logo após vem a região sudeste com 28% (ver Gráfico 04). Novamente, atentamos para a necessidade de levar em conta a dimensão e a quantidade de municípios que cada região possui.

GRÁFICO 04 - Municípios brasileiros com centros culturais



Fonte: IBGEMUNIC. Elaboração MinC

Tendo como base apenas a região sudeste (Tabela 02), o Rio de Janeiro é o estado que possui centros culturais em 59,78% de seus municípios, enquanto Minas Gerais se encontra em último lugar com apenas 19,58%. Tendo como base as dimensões dos estados, Minas Gerais, por exemplo, é o estado brasileiro que possui mais municípios, 853 no total, em contra-partida o Rio de Janeiro possui apenas 92 municípios.¹⁵

15 Fonte: IBGE (2007).

TABELA 02 - Centros culturais nos municípios dos estados do sudeste

PORCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM CENTRO CULTURAL POR UNIDADE FEDERATIVA	
Distribuição Centro Cultural / Região Sudeste	
Brasil	24,80%
Rio de Janeiro	59,78%
São Paulo	35,50%
Espírito Santo	28,21%
Minas Gerais	19,58%

Fonte: IBGE/MUNIC (2006)

O centro cultural é equipamento importante na área da cultura e informação, que, com o passar do tempo e reconhecimento, tende a se expandir mais por todo o país. Sua relação com a ação cultural e com o resgate da cultura nas regiões nas quais se encontra é uma importante forma de resgate e preservação da memória e identidade de um povo. Desta forma, ao estudarmos estes espaços, não podemos deixar de relacioná-los com a ação cultural, que constitui objeto de trabalho dos centros culturais, assunto abordado em nosso próximo tópico.

Contar melhor a história dos centros culturais

3.1.1 Centros culturais e ação cultural

A adequação de serviços, atividades, espaços e mesmo da filosofia tem contribuído para a construção de um novo modelo de biblioteca, que, Campos (1995), citado por Ramos (2008, p.62), nomeia de “biblioteca ação-cultural”. Este modelo estaria muito próximo da concepção de um centro cultural. Nessa instância, o elemento que distinguiria biblioteca de centro cultural seria a posse de um acervo:

Todas as bibliotecas possuem acervo e o disponibilizam para as comunidades às quais servem, enquanto que os centros culturais, embora possam dispor de uma biblioteca em suas dependências, não assumem a obrigatoriedade de possuir um acervo (RAMOS, 2008, p. 62).

Desse modo, os centros culturais podem ser identificados como “centros referenciais de informação” e a ideia de ação cultural seria o elemento que aproximaria a concepção contemporânea de biblioteca à de centro cultural, contribuindo para o fortalecimento da integração de ambas instituições.

Os centros culturais, na condição de espaços privilegiados de ação cultural, devem estar envolvidos com o compromisso de permitir ao indivíduo apreciar e extrair da cultura aquilo que modificará o seu lugar comum e lhe possibilitará desenvolver o seu processo criativo, de modo a aprimorar o seu arcabouço de vivências.

A respeito da criatividade, Milanesi (1990) nos fala do processo de criação engendrado pela ação cultural:

A criação permanente é o objetivo de um centro de cultura. Ele deve ser o gerador contínuo de novos discursos e propostas. Ao lado de acervos e das salas de reuniões e auditórios deverão estar as oficinas de criatividade, espaços essenciais. Disseminar e discutir informações são processos em sequência permanente que levam as pessoas a desvelar as aparências, desmontar os engodos, fazer a sua própria cabeça. No entanto, a ação cultural não se esgota aí. Além de renovação constante dos discursos registrados (livros novos, jornais do dia, filmes...), é necessário que as pessoas, articulando o seu próprio discurso, possam expressá-lo através da escrita, da fala, do gesto, das formas, dos sons e, se possível, registrá-lo (MILANESI, 1990, p.78).

O autor é contundente ao colocar os centros de cultura como protagonistas e entusiastas de uma sociedade que busca na cultura novas alternativas para romper com a alienação causada pelo sistema e que seria responsável pela formação de indivíduos que não pensam por si mesmos, mas que repetem discursos sem lhes atribuir qualquer significação. À medida que os centros culturais disponibilizam informações e espaços para discussões e propiciem aos usuários situações

instigantes e de reflexão, estarão contribuindo para que sua criatividade possa fluir. Milanesi (1990) lembra ainda a importância de não deixar de registrar esses momentos, que além de fruto da expressão dos indivíduos, constituem registro da memória coletiva, de valor inestimável para a posteridade.

3.1.2 A natureza dos centros culturais

Além de espaços privilegiados de ação cultural e, portanto, de criação dos sujeitos, os centros culturais também são responsáveis em disponibilizar informações, especialmente aquelas úteis no dia a dia. Para Milanesi (1990), os centros culturais devem contemplar o informar, o discutir e o criar. Desse modo, a informação é o pressuposto básico para alcançar os demais. E quando se fala em informação, vislumbra-se um universo que vai muito além das informações contidas nos livros: trata-se da informação utilitária, que deve estar diretamente relacionada às necessidades da comunidade atendida. A partir das informações disponibilizadas, os indivíduos têm a possibilidade de potencializar o seu conteúdo através da discussão. O terceiro momento, o da criação, *“dá sentido aos dois outros (informar e discutir)”* (MILANESI, 1990, p.78).

A informação é, antes de tudo, o ponto de partida para qualquer ação que se pretenda empreender em um centro cultural, não desqualificando ou competindo com quaisquer outras funções – *“formação artística, estética e de público, fruição e recepção crítica de bens culturais, reflexão e construção da identidade”* (RAMOS, 2008, p.74) - ao contrário, ela contribui para sua efetivação.

Ainda pensando na ação informacional que compete aos centros culturais, Ramos (2008) também menciona a circulação e a preservação como aspectos relevantes a serem contemplados. Não basta criar condições para que os bens culturais sejam produzidos, é preciso fazê-los circular. A autora levanta a necessidade de criar uma *“política de eventos”* com a participação da sociedade, especialmente por ser um

bem público. Os centros culturais devem ser espaços que se preocupem em mediar a formação de mentalidades. As oficinas constituem territórios férteis para este tipo de ação.

No que tange à preservação, há de se pontuar a relevância em resguardar para as gerações futuras as manifestações artísticas de uma coletividade ao longo do tempo. No entanto, nem tudo o que é produzido em um centro cultural será objeto de preservação, de modo que é de suma importância estabelecer diretrizes para aquilo que se quer preservar.

Assim, os centros culturais cumprem um papel decisivo no ciclo da informação e da formação humana. O ser humano é movido por inquietações e faz parte do papel dos centros de cultura construir um espaço provocador, de indagações e de reflexões, não somente oferecer respostas prontas.

3.2 Bibliotecas Públicas

O surgimento das bibliotecas públicas muitas vezes se mistura com o próprio surgimento e história das bibliotecas. Elas remontam à Antiguidade, mas é a partir do século XIX que emergem as bibliotecas públicas com as características e questionamentos atuais. Discussões sobre a biblioteca pública como, a quem se destina, que atividades deve oferecer, o papel que cumpre na sociedade e se é um espaço realmente público, foram sendo levantadas.

O modelo de biblioteca pública, tal como conhecemos hoje, só veio a surgir na segunda metade do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos. Almeida Júnior (2003, p. 66) aponta duas vertentes para seu surgimento: a primeira seria pela necessidade de qualificar mão de obra devido à revolução industrial, quando a biblioteca constituía um meio de aperfeiçoamento dos trabalhadores. A segunda seria a reivindicação por parte da população pelo acesso à educação gratuita.

Segundo o autor há três fatores que diferenciam estas bibliotecas públicas das anteriores: são mantidas integralmente pelo Estado, possuem funções específicas e têm como objetivo atender a toda a comunidade.

Ainda com relação ao surgimento da biblioteca pública, para Arruda:

[...] somente as bibliotecas que surgiram na segunda metade do século XIX, nos países anglo-saxônicos, podem ser consideradas como sendo as primeiras bibliotecas verdadeiramente públicas, uma vez que foram criadas a partir das reivindicações do povo, ou seja, em conformidade com suas necessidades, cujas atividades voltavam-se para a comunidade em geral. (ARRUDA, 2000, p. 8)

As bibliotecas públicas, por volta do fim do século XIX, tinham como funções a educação e o lazer. Para Almeida Júnior (2003), a biblioteca pública, desde seus primórdios até os dias atuais, é uma instituição com função educativa, servindo de suporte e apoio à educação formal, e ainda hoje, a educação continuaria sendo sua principal função.

Com as constantes transformações da sociedade, as bibliotecas também tiveram que acompanhar o cenário social, adaptar-se à multiplicação de fontes, aos documentos eletrônicos, aos acervos digitais, à cooperação. Seus acervos não são mais estáticos: a informação tornou-se algo dinâmico.

O século XX e o atual são marcos por tornar as mudanças mais aceleradas e profundas gerando uma sociedade contraditória. Uma sociedade que acumula riquezas produz e dissemina informações se comunica em rede o que representa a derrubada das fronteiras geográficas e de tempo, mas que ainda não encontrou o caminho da justa distribuição das riquezas e da convivência pacífica com as diferenças culturais da humanidade. (CUNHA, 2003, p. 68)

As bibliotecas passaram a refletir as mudanças da sociedade, incorporando as novas tecnologias da informação a fim de proporcionar ao usuário um espaço moderno de construção do conhecimento e de saberes. Saberes estes que proporcionarão à população subsídios para a construção de cidadania, como afirma

Milanesi *“a democratização da informação é a única possibilidade de garantir uma sociedade democrática”*. (1997, p. 212)

A biblioteca pública a partir do século XX foi adquirindo outras funções como a cultural e informacional, que se juntaram à função educativa, proporcionando à biblioteca pública meios de se tornar uma biblioteca realmente democrática.

A função cultural da biblioteca pública foi incorporada na primeira metade do século XX. Segundo Barros, *“é através deste papel cultural que a biblioteca se constituiu no espaço legítimo de conservação, preservação, disseminação e interação do conhecimento humano.”* (2002, p. 113).

A função recreativa ou de lazer já existia no século XIX, mas foi mais disseminada na primeira metade do século XX, constituindo-se no oferecimento de uma leitura descompromissada e prazerosa tornando a biblioteca um espaço também de recreação e divertimento. Livros, gibis, cinema, teatro e vídeos, dentre outros, são recursos que podem ser utilizados a fim de proporcionar lazer aos usuários da biblioteca pública.

Por fim, a função informacional, cuja origem se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente após os anos 50, se refere à prestação de serviço informacional e à informação utilitária para o público, visando a satisfazer demandas cotidianas e imediatas da comunidade. São informações que geralmente não se encontram em livros. As quatro funções descritas, educacional, cultural, recreativa e informacional, não se dão de forma isolada, elas se relacionam e se completam.

A fim de dar uma melhor orientação para as bibliotecas, a Unesco (1994), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (1994) propôs algumas missões para as bibliotecas públicas, tendo como norte a igualdade de acesso a todos. Além disso, alertou para o fato de a biblioteca pública ser de responsabilidade das autoridades locais e nacionais.

O livre acesso ao conhecimento, ao pensamento, à informação, à cultura, bem como a uma educação satisfatória é de fundamental importância para o desenvolvimento da democracia, para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais a fim de que tenham uma participação ativa na sociedade. Para isso, a biblioteca pública deve primar pela qualidade de seus serviços, se adequar às necessidades da comunidade a ser atendida, seguir as tendências e evoluções da sociedade, além de possuir suportes e tecnologias modernas.

Mas para Milanesi (1983), referindo-se ao Brasil, a biblioteca é uma instituição fragmentada e precária que não cumpre o que se espera dela, em que o real e o modelo desejado estão muito distantes. Muitos municípios não possuem verbas para a biblioteca ou acabam destinando-as para outros fins tais como estradas, saneamento básico etc., fazendo com que muitas bibliotecas funcionem precariamente, apenas pelas doações e campanhas esporádicas, embora este cenário tenha se alterado um pouco conforme veremos no próximo tópico referente às “Bibliotecas Públicas no Brasil”.

Uma biblioteca verdadeiramente pública, segundo Flusser (1980), não deve se voltar apenas para seus usuários, mas também para o “não-público”, que se constitui pelo público marginalizado e esquecido pela sociedade. Dar voz a este segmento tornará a biblioteca realmente pública, proporcionando o verdadeiro sentido de igualdade e estimulando este público à criação e à mediação cultural.

De acordo com Araújo (2003), pode-se associar o termo público a duas significações. A primeira é o “público” utilizado em associação ao Estado (estruturas, serviços) relacionado a políticas, projetos e serviços gerados e mantidos pela máquina estatal. A segunda associa-se ao espaço público (espaço comunitário) em oposição ao espaço privado (espaço da individualidade).

O adjetivo público em oposição ao privado, neste caso, não se refere à instituição que a mantém, mas está relacionado a sua acessibilidade pela população, de estar aberta à disposição e uso de todos. Para Martins “[...] o adjetivo pública, que

contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados.” (2002, p. 325)

O Estado, por meio de suas instituições, políticas e seus serviços, deve disponibilizar informação e cultura aos cidadãos. A biblioteca pública é um espaço propício para isto, já que é uma instituição mantida pelo governo e que tem como papel estar a serviço da coletividade, disponibilizando informação, cultura, educação e lazer. Ela está fundamentada na democratização e socialização da cultura e do saber.

As políticas públicas são importantes instrumentos que podem possibilitar mudanças significativas. Mas para que as mudanças realmente ocorram, é necessário uma ação mais efetiva das várias esferas do Estado na formulação dessas políticas culturais, nas quais, segundo Botelho, é necessário

[...] o reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área [cultural] tem no conjunto das necessidades da nação. O Estado fomentador é aquele que vê com clareza os problemas que afetam a área cultural em todos os elos da cadeia da criação – produção, difusão, consumo – e sabe se posicionar, dividir responsabilidades com potenciais parceiros governamentais em todas as instâncias administrativas e, finalmente, conclamar a sociedade a assumir sua parte. (BOTELHO, 2001a, p. 78)

O Estado, pelas ações de promoção, fomento e estímulo, cria condições de garantir que a população tenha meios para o acesso, produção e circulação de suas culturas. Garantir o direito à cultura por meio de políticas públicas efetivas, permitirá reforçar o sentido de democracia e de participação plena da sociedade na esfera pública.

Analisando a cultura pelo prisma dos direitos da democracia, Chauí

restringe o Estado à condição de assegurado público de direitos, prestador sociopolítico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe da nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, de garantir direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações. (CHAUÍ, 2006, p. 102)

A biblioteca pública precisa se posicionar na qualidade de espaço de diálogo, livre de coerções, acessível, inclusivo e que busque a preservação da diversidade, para que desta forma seja palco de influência pública, constituindo um espaço público contemporâneo que possibilite a formação de opiniões e a democratização do acesso à informação, contribuindo para debates, interlocuções e promoção da cidadania.

A esfera pública cultural de hoje não se reduz apenas aos letrados. A cultura se constrói de diversas formas. Ela pode ser tanto aquela promovida em museus, bibliotecas, cinemas, teatros, quanto aquela feita nas ruas, nas praças, nas casas e nos muros. As pessoas devem ser sujeitos de suas culturas, não apenas “consumidores” ou assimiladores, sendo que a valorização de todos os tipos e formas de cultura é um direito do cidadão.

3.2.1 Bibliotecas Públicas no Brasil

A primeira biblioteca que possuía a denominação de pública no Brasil surgiu em 1811, na Bahia, a Biblioteca Pública da Cidade de São Salvador, fruto da iniciativa de um grande mecenas, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco. Seu acervo era composto por livros e periódicos de origem europeia, em sua maioria escritos em francês e alguns em inglês. Era uma biblioteca que possuía um acervo geral e estava aberta ao público, mas por ter sido inspirada nos moldes de bibliotecas americanas e europeias, ela não retratava as necessidades e os interesses da maioria da população da época, além de que era pouco provável que parcela

significativa da população usufruísse de tão rico acervo, pois a grande maioria era analfabeta.

As bibliotecas públicas não receberam grandes investimentos no Brasil Império por parte da monarquia. A quem, de fato, a biblioteca pública poderia ser de grande valia seria à classe baixa da população, já que os abastados possuíam condições financeiras de adquirir livros, mas esta população não possuía um elemento essencial para seu uso, a capacidade de leitura.

Durante o período colonial e o imperial, a biblioteca pública era uma instituição cultural elitista e fora da realidade e das necessidades educacionais e informacionais da maioria da população brasileira. A implantação da biblioteca da Bahia e de outras que viriam a se seguir não conseguiram atender à população. Eram instituições administradas por intelectuais com formação europeia e seus acervos se constituíam basicamente por material gráfico, inacessível à população analfabeta e escravizada.

Assim, pode-se afirmar que a ideia de bibliotecas foi transplantada da Europa para o Brasil e, aqui chegando esta instituição cultural se converteu em um estranho objeto decorativo para as comunidades onde eram instaladas. A denominação de pública, proveniente de sua origem europeia e que anunciava sua função de atender a toda comunidade, é transformada no Brasil na noção de uma instituição ligada ao poder público, ao Estado. (ARAÚJO, 2002, p. 22)

Na República Velha, não havia o investimento para as bibliotecas públicas no que se refere à manutenção, atualização do acervo e capacitação dos funcionários. As poucas bibliotecas públicas criadas pelo governo não tinham um número relevante de usuários pois ainda era grande o número de analfabetos no país.

O Estado passou a se preocupar com questões relativas às bibliotecas públicas apenas em 1937 quando foi criado o INL - Instituto Nacional do Livro - órgão do Ministério da Educação e Saúde, que tinha por finalidade, dentre outras, proporcionar meios para a produção e aprimoramento do livro, melhoria dos serviços

bibliotecários e criação de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Foi uma época de grandes transformações econômicas e políticas devido à entrada de Getúlio Vargas no poder, intensificando muito a distribuição de livros no país, favorecendo a indústria editorial, mas não desenvolvendo a função social da leitura. O INL se constituiu no principal órgão governamental responsável por políticas públicas voltadas para o livro e a leitura do Brasil desde sua criação até sua extinção em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo.

O INL também possuía por missão fazer e editar a “Enciclopédia Brasileira” e o “Dicionário da Língua Nacional” juntamente com suas sucessivas edições. O escritor Mário de Andrade se tornou consultor técnico do INL assumindo a função de elaboração da “Enciclopédia”. Estes dois objetivos não se concretizaram da forma esperada. As publicações ficaram resumidas apenas em alguns exemplares avulsos.

Com relação à biblioteca pública o INL se dedicou para incentivar a criação e reabertura de bibliotecas públicas, na doação de livros e no auxílio por meio de assistência técnica às mesmas. Em 1938 este órgão também iniciou um recadastramento das bibliotecas brasileiras, mas não teve o alcance esperado pois nem todas respondiam aos questionários enviados. Mas desde o início do cadastramento até a extinção do INL o número de bibliotecas cadastradas e de doações de livros às bibliotecas foram gradativamente e significativamente aumentando.

Em 1961, o Decreto - Lei nº. 51223, de 22 de agosto, criou o Serviço Nacional de Bibliotecas – SNB – vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com a função de criar, organizar e estruturar as bibliotecas públicas em todo o país através dos seguintes objetivos: a) incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do país; b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de bibliotecas; c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; e d) promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo o território nacional. Esta foi a primeira iniciativa que mostrava interesse em estruturar as bibliotecas públicas

brasileiras. Mais tarde, em 1968, conforme o Decreto-Lei nº. 62.239, o SNB foi incorporado ao Instituto Nacional do Livro.

Em 1971, a Lei nº. 5692 reformulou o ensino de 1º e 2º graus e tornou obrigatória a pesquisa por parte dos estudantes. Mas as escolas não estavam preparadas para assumir esta grande demanda já que não havia bibliotecas em todas elas ou as bibliotecas existentes não possuíam acervo adequado. Devido aos custos, era inviável para o governo implantar e equipar bibliotecas em todas as escolas, desta forma as bibliotecas públicas, por possuírem melhores condições que as bibliotecas escolares, acabaram se “escolarizando”, ou seja, abarcaram o público escolar, tornando-se instituições indispensáveis tanto para a formação educacional quanto para a cultura da comunidade.

Mesmo com as medidas adotadas pelo INL, as bibliotecas públicas não tiveram um bom desenvolvimento. Havia vários entraves que dificultavam o desenvolvimento das bibliotecas públicas, como a falta de planejamento integrado e de colaboração entre as bibliotecas, a falta de conscientização dos governantes quanto à importância da biblioteca pública, a carência de recursos financeiros e humanos e a falta de boas livrarias nos municípios. (SUAIDEN,1978, p.79).

Desta forma, em 1991, o INL foi incorporado à Fundação Biblioteca Nacional (instituição recém-criada) e denominado Departamento Nacional do Livro, tendo por objetivo trabalhar a política do livro, da leitura e das bibliotecas públicas.

Em 1992, foi criado o Sistema Nacional de Biblioteca Pública (SNBP) com o objetivo de proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando o país para o desenvolvimento socio-cultural.

Para as bibliotecas públicas, os anos que se seguiram foram marcados por diversas políticas públicas, que muitas vezes eram descontínuas, desconexas e desvinculadas da real situação da população. Mas, levando-se em conta a evolução

numérica das bibliotecas públicas nos municípios brasileiros, podemos apontar um aumento de 16,8% entre os anos de 1999 e 2006. O maior avanço ocorreu entre 2001 e 2005.

GRÁFICO 05 - Evolução das bibliotecas públicas nos municípios brasileiros entre 1999 e 2006



Fonte: Cultura em números. Anuário de Estatísticas Culturais – 2009. MinC.

Ainda segundo o MinC (Cultura em números. Anuário de Estatísticas Culturais – 2009), podemos observar na Tabela 03, que, com relação ao número de bibliotecas por município, o Rio de Janeiro e Espírito Santo são os únicos estados em que 100% das cidades possuem este equipamento cultural, mas que também possuem um número reduzido de municípios por estado. O Rio de Janeiro possui 92 municípios e o Espírito Santo apenas 78.

TABELA 03 - Municípios por UF que possuem biblioteca pública

Porcentual de municípios com bibliotecas públicas implantadas por Unidade Federativa		
Estado	Porcentual	Nº de municípios
Brasil	89,05	
Espírito Santo	100	78
Rio de Janeiro	100	92
Pernambuco	97,84	185
Mato Grosso do Sul	96,15	78
São Paulo	94,88	645
Rio Grande do Norte	94,61	167
Ceará	94,02	184
Santa Catarina	91,81	293
Paraná	91,48	399
Goiás	91,46	246
Tocantins	91,37	139
Alagoas	91,18	102
Pará	90,91	143
Sergipe	90,67	75
Minas Gerais	89,57	853
Rio Grande do Sul	89,31	496
Amapá	87,50	16
Rondônia	86,54	52
Mato Grosso	86,52	141
Bahia	80,34	417
Paraíba	80,27	223
Piauí	78,92	223
Maranhão	76,96	217
Acre	72,73	22
Roraima	66,67	15
Amazonas	59,68	62

Fonte: IBGE/MunC – 2006. Elaboração MinC.

Obs.: O número de municípios tem como fonte dados do IBGE de 2010.

Mas em 30/04/2010 foram divulgados novos dados pelo Ministério da Cultura no “Primeiro censo sobre as bibliotecas públicas municipais” do país. Realizada em 2009, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do MinC, a pesquisa divulgou que 21% dos municípios brasileiros ainda não possuem biblioteca pública. Deste percentual 13% estariam sem este equipamento, mas já possuíam espaços em implementação ou em processo de reabertura e que em 8% das cidades as bibliotecas estariam fechadas, nunca existiram ou não havia previsão de abertura.

Segundo a pesquisa, 56% das bibliotecas públicas municipais oferecem algum tipo de atividade cultural, sendo a “Hora do Conto” a mais frequente seguida pelas oficinas de leitura e roda de leitura.

Na região sudeste, 92% dos municípios possuem pelo menos uma biblioteca aberta e a utilizam preferencialmente para pesquisas escolares (61%). São Paulo é estado que possui o menor índice de municípios com bibliotecas públicas municipais na região (88%), enquanto que o Espírito Santo tem o maior (97%). Em Minas Gerais 94% e no Rio de Janeiro 93% dos municípios possuem bibliotecas públicas. O sudeste é a região cujo acervo das bibliotecas é 85% constituído por doações.

De acordo com o “Primeiro censo sobre as bibliotecas públicas municipais¹⁶” - Tabela 04, o estado do Tocantins possui a maior proporção de bibliotecas por habitantes, seguido pelos estados de Santa Catarina e Minas Gerais. A pior proporção se encontra no Amazonas - 24 bibliotecas públicas para um estado com mais de 3,3 milhões de habitantes. Na região sudeste, Minas Gerais ocupa o

¹⁶ O Censo Nacional das Bibliotecas Municipais tem por objetivo diagnosticar a situação dos municípios brasileiros em relação ao equipamento cultural biblioteca pública, a fim de subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas nas esferas de governo – federal, estadual e municipal. Objetiva-se melhorar e valorizar as bibliotecas públicas brasileiras. Já a pesquisa “Cultura em números: Anuário de Estatísticas Culturais” se utilizou de dados coletados entre 2003 e 2007 e retirados de fontes como: IBGE, IPEA, MinC, Agência Nacional do Cinema (Ancine), Funarte, Iphan, Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados com relação às pesquisas possuem pequenas diferenças que não influenciam tanto no resultado final das pesquisas. Deve-se levar em conta que as pesquisas foram realizadas por instituições diferentes e em épocas diversas, bem como, não foram informados os critérios utilizados para definição de biblioteca pública a fim de servir de parâmetro para a inclusão ou não de algum espaço cultural na pesquisa.

primeiro lugar na região com 4,14 equipamentos por 100 mil habitantes e o terceiro no ranking nacional.

TABELA 04 - Ranking das bibliotecas por 100 mil habitantes por estado

Colocação	Região	Estado	População	Bibliotecas	%
1º	Norte	Tocantins	1292051	100	7,739633
2º	Sul	Santa Catarina	6118743	277	4,527074
3º	Sudeste	Minas Gerais	20033665	831	4,148018
4º	Sul	Rio Grande do Sul	10914128	437	4,003985
5º	Centro-Oeste	Mato Grosso	3001692	119	3,964431
6º	Sul	Paraná	10686247	413	3,864781
7º	Nordeste	Rio Grande do Norte	3137541	115	3,665291
8º	Nordeste	Paraíba	3769977	136	3,607449
9º	Centro-Oeste	Goiás	5926300	199	3,357913
10º	Nordeste	Sergipe	2019679	61	3,020282
11º	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	2360498	70	2,965476
12º	Nordeste	Alagoas	3156108	91	2,883298
13º	Norte	Rondônia	1503928	39	2,593209
14º	Nordeste	Piauí	3145325	81	2,575251
15º	Sudeste	Espírito Santo	3487199	76	2,1794
16º	Nordeste	Bahia	14637364	302	2,063213
17º	Nordeste	Pernambuco	8810256	163	1,850117
18º	Norte	Amapá	626609	11	1,755481
19º	Nordeste	Ceará	8547809	147	1,719739
20º	Norte	Roraima	421499	7	1,660739
21º	Nordeste	Maranhão	6367138	104	1,633387
22º	Sudeste	São Paulo	41384039	673	1,626231
23º	Norte	Pará	7431020	119	1,601395
24º	Norte	Acre	691132	10	1,446902
25º	Sudeste	Rio de Janeiro	16010429	138	0,861938
26º	Centro-Oeste	Distrito Federal	2606885	20	0,767199
27º	Norte	Amazonas	3393369	24	0,707262

Fonte: O 1º Censo Nacional das Bibliotecas. <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>

Além de cada estado brasileiro ter perfil bastante diverso no tocante às bibliotecas públicas e centros culturais, ao longo dos anos as funções e concepções também foram se adaptando às novas realidades. Ao longo da história das bibliotecas no mundo, inclusive da biblioteca pública brasileira, pode-se notar uma evolução de

suas concepções: do restrito ao universal; do livro para o conteúdo/informação; da posse para o acesso. Mesmo diante de entraves para seu pleno funcionamento, a biblioteca pública se tornou entre as outras bibliotecas, a mais apta para atender à demanda crescente da população por informação.

Mas quais são as características que uma biblioteca pública deveria ter? Segundo a Fundação Biblioteca Nacional, ela deveria:

1) destinar-se a toda coletividade, ao contrário de outras que têm funções mais específicas; 2) possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais); 3) ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Ela difere da biblioteca comunitária/popular, que surge da comunidade e é por ela gerida, sendo o atendimento feito, geralmente, por voluntários. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.18).

A biblioteca pública deve ter uma política de desenvolvimento de acervo de forma a atender a todos, à criança, ao idoso, ao estudante, ao operário, à dona de casa e às comunidades de uma forma democrática, onde o acesso à cultura seja igual para todos.

Mas quando o Estado não cumpre seu papel de prover acesso à população aos bens culturais, as próprias comunidades e outras instituições como ONGs, Igrejas e mesmo ações isoladas de pessoas interessadas num maior acesso à cultura, acabam se mobilizando e criando alternativas para a falta de bibliotecas públicas. Surgem desta forma espaços culturais alternativos que vão sendo implantados e difundidos por diversas regiões, como as bibliotecas comunitárias.

Para Almeida Júnior (2003, p. 26), a biblioteca pública se diferencia em serviços e posturas em dois segmentos: a biblioteca pública tradicional e a alternativa. A biblioteca pública tradicional seria a biblioteca com preocupações voltadas para os trabalhos técnicos, com o zelo demasiado pela preservação e com a atenção voltada para a quantidade do acervo, na qual o livro possuiria um papel de grande importância. Já a biblioteca alternativa teria como prioridade a informação, e, independentemente de seu suporte, se preocuparia com a comunidade e com a

efetiva participação dos usuários nos objetivos e direcionamentos tomados pela biblioteca. Seus profissionais seriam os intermediários entre as necessidades e a satisfação dos usuários.

As bibliotecas comunitárias merecem um olhar especial, pois são instituições que sofrem ainda mais com a falta de recursos, já que muitas não possuem o respaldo do governo e se mantêm apenas com doações de outras instituições ou de pessoas físicas. Mas não se pode negar que há um movimento importante por parte da sociedade civil no sentido de fazer democratizar a informação e a cultura e que seu surgimento (biblioteca comunitária) se dá em decorrência de políticas públicas que não conseguem alcançar toda a população.

As instâncias públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, não conseguem atender satisfatoriamente às demandas existentes. Deficiências de todos os tipos acompanham as bibliotecas públicas - número reduzido, espaço físico inadequado, pessoal desqualificado, recursos financeiros escassos e acervos desatualizados ou que não refletem as necessidades de suas comunidades.

A maioria das bibliotecas públicas se encontra muito longe das comunidades periféricas, geralmente elas estão localizadas nos grandes centros, e seus acervos muitas vezes se encontram desatualizados ou são direcionados para a classe dos estudantes. A acessibilidade e a proximidade são elementos fundamentais e de grande importância para o público. São muitos os problemas enfrentados pelas bibliotecas públicas brasileiras, embora tenhamos que concordar que ao longo de sua criação grandes avanços foram sendo conquistados.

3.2.2 Bibliotecas e cultura

A rapidez com que ocorrem as transformações sociais, econômicas e tecnológicas acaba proporcionando uma uniformização crescente nos hábitos, modos de vida, agir e pensar, podendo, às vezes, levar ao desaparecimento de algumas culturas. Nesta perspectiva, a cultura parece ter um lugar fixo, preestabelecido no tempo e no espaço, de modo que, com o surgimento de outros modos de ser e estar no mundo, aquelas outras formas anteriormente existentes se tornam obsoletas e, portanto, inviáveis.

Na sociedade contemporânea, o sujeito não possui uma identidade fixa, as identidades são construídas num contexto de vários “mundos” e nas relações de sua vida social, que muitas vezes se misturam e se conflitam. O pertencimento dos indivíduos a uma multiplicidade de situações como a uma classe social, a um grupo étnico, a uma família, a uma religião ou a um determinado partido político são variáveis que concorrem para a destotalização da experiência individual (VELHO, 2004, p.33), ou seja, toda a bagagem de experiências vividas pelos indivíduos são reduzidas a um único aspecto de sua vida, e é através deste elemento que o mesmo será identificado. Uma vez identificado a uma determinada “tribo”, qualquer indivíduo deste grupo será igual a outro deste mesmo grupo. É uma relação antagônica: ao mesmo tempo em que as características de grupos globalizam os indivíduos, elas são as responsáveis por limitar/reduzir suas experiências – todos passam a ser um e um passa a representar o todo.

Para Coelho (2001), a cultura seria aquilo que move o indivíduo ou grupo, para longe da indiferença e da indistinção, seria a construção percebida pela diferenciação, mais precisamente, transformar os iguais em únicos. As transformações da vida contemporânea acabam por levar a certa uniformidade, gerada pela extinção de certas culturas. Dessa forma, é importante que se preservem as culturas dos povos, posto que o homem se faz pela sua história, e esta deve ser preservada.

Portanto, o homem enquanto ator social tem que agir localmente, criando espaços de inserção social cada vez maiores, para evitar que sua identidade, individual ou social, seja massacrada pelos ditames e prerrogativas do global. Daí a necessidade constante de fortalecimento dos níveis comunitários, como forma de apoiar o sujeito naquilo que o diferencia e o personaliza, enquanto indivíduo e coletividade, afastando-o das tendências homogeneizadoras e padronizantes. (RODRIGUES, 2001, p. 103)

As bibliotecas públicas são instituições culturais importantes para o resgate e fortalecimento de culturas locais, através do apoio às suas manifestações, identidades e sua história. As bibliotecas, como organismos de importância social, podem proporcionar o elo entre a comunidade e sua própria cultura através de ações que visem à promoção, preservação e circulação da cultura local.

As bibliotecas públicas devem refletir suas comunidades e realmente “pertencer” a elas. Ações e práticas culturais da comunidade como a arte, a música, a culinária, a literatura, o folclore são formas de expressões que devem ser estimuladas, resgatadas e difundidas. Na condição de disseminadora cultural, a biblioteca tem que se posicionar ativamente em relação ao resgate e à valorização de culturas locais desempenhando um importante papel social.

O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2006, p. 45)

A biblioteca pública, na qualidade de veículo de apropriação cultural de uma comunidade, deve ser um instrumento de ação cultural, um espaço de criação, não apenas de mediação, em que os sujeitos são consumidores passivos de uma cultura dada. Deve tornar-se um espaço de produção e de estímulo às comunidades para que elas sejam participantes ativas na construção de sua própria história.

Mas para um melhor entendimento do processo da ação cultural, é necessário diferenciarmos este conceito da fabricação cultural. Segundo Coelho (2001), a

fabricação seria um processo com início e fim determinados ou previstos, com o propósito de se chegar a um objetivo preestabelecido em que o sujeito produza um objeto. Já a ação cultural possui o início determinado, mas não seu fim, não há um ponto final a que se queira chegar. Não há como estabelecer os frutos que uma ação cultural é capaz de produzir. Neste caso, o agente gera um processo. Para Araújo, a ação cultural seria

[...] a implementação de um processo, no qual os produtores culturais tivessem as condições necessárias para elaborarem e difundirem suas criações culturais e assim, fossem os sujeitos da cultura e não os objetos desta. Portanto por ação cultural pode-se entender a criação de possibilidades, um constante fazer e re-fazer. (ARAÚJO, 1991, p. 47)

Mas para que a biblioteca pública seja um equipamento de promoção cultural, o bibliotecário precisa ter um papel de mediador, que respeite a realidade e as vivências individuais e coletivas dos usuários, proporcionando condições adequadas para que seu público seja criador de suas produções e possa expressar livremente suas culturas.

A biblioteca pública é um espaço para a democracia cultural através da promoção da diversidade, da democratização do acesso às diversas fases do processo cultural, proporcionando o direito à informação, à criação, à circulação e à fruição da cultura pelas comunidades. Para Botelho,

[...] hoje não se fala mais em democratização da cultura, mas sim em democracia cultural, que, ao contrário da primeira, tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências. Ela pressupõe a existência não de um público, mas de públicos, no plural. (BOTELHO, 2001a, p. 24)

A biblioteca pública, ao promover a democracia cultural, deve se preocupar com as mais variadas formas de cultura: tanto a cultura tida como “erudita”, quanto a cultura “popular”. Pois não se pode promover democracia cultural, tendo como atores

apenas uma pequena parcela da população, ou somente aqueles que sempre fizeram parte da história, é preciso ouvir outras vozes. A biblioteca precisa ser democrática no sentido de promover os bens culturais “eruditos” e também proporcionar meios de criação, desenvolvimento e circulação das próprias produções culturais da comunidade.

Mas em contra-partida, para Coelho (1986) uma instituição cultural não deve cair no erro de querer promover apenas culturas locais ou populares, pois “*nenhuma cultura se desenvolve fechada em si mesma.*” A biblioteca pública deve ser uma provocadora e instigadora de cultura, fazendo com que os indivíduos possam sair da inércia cultural promovendo e valorizando todas as culturas.

Para Ayala,

[...] a cultura popular não constitui um sistema, no mesmo sentido em que se pode falar de sua existência na cultura erudita - um conjunto de produções artísticas, filosóficas, científicas etc., elaboradas em diferentes momentos históricos e que têm como referência o que foi realizado anteriormente, pelo menos desde os gregos, naquele campo determinado e nos demais. As próprias condições de existência dos grupos subalternos das sociedades de classes implicam não só a desigualdade de acesso aos produtos da cultura dominante, mas também a falta de meios de materiais de registros duradouros de sua produção cultural (desde a escrita aos modernos instrumentos de registro sonoro e visual). A documentação da cultura popular, por conseguinte, depende da memória, que tem seus limites, ou do registro realizado por estudiosos, fragmentário e dirigido por critérios diferentes dos que são próprios aos grupos subalternos. (AYALA, 2003, p. 66)

O autor suscita outros elementos presentes na distinção entre cultura erudita e cultura popular, sobretudo no que diz respeito às formas de preservação de ambas para a posteridade. Daí a necessidade de que as instituições comprometidas com a preservação das culturas populares estejam atentas à relevância do resgate da memória para as comunidades locais.

O Estado também tem um papel importante para o resgate e promoção de culturas locais. Mas para isso é necessário que estimule a pluralidade cultural, promovendo

também as culturas populares através de recursos e políticas públicas realmente efetivas, incentivando, protegendo e valorizando a diversidade artística e cultural brasileira. Para tanto, as instâncias governamentais que lidam com a cultura precisam conhecer e se aproximar destes grupos, além de criar e manter um canal de comunicação permanente com eles mesmos.

É necessário que a cultura seja reconhecida pela sua diversidade e por suas diferenças, sendo necessário desconstruir a hierarquia das diferenças, que transformam o que é diverso em desigual. *“A cultura popular não é melhor nem pior que a cultura “erudita”, dos teatros, dos museus, das galerias de arte e das casas de espetáculo da cidade”* (SERPA, 2007, p. 143). As duas modalidades são diferentes, mas igualmente importantes para a construção e compreensão do país que somos e que representamos.

A Unesco tem como objetivos principais a preservação e o respeito às especificidades de cada cultura e alerta para a necessidade de resgate cultural. Ela ressalta a necessidade do conhecimento da herança cultural, do acesso às diferentes formas de expressão das manifestações artísticas e do fomento ao diálogo intercultural, pois, a diversidade cultural constitui uma herança comum de toda a humanidade. O caso do Brasil representa um quadro de diversidade ainda mais acentuado, posto que o povo brasileiro é formado pelas contribuições do europeu, do indígena e do africano. A bagagem cultural do país é bastante vasta e este é um aspecto a ser considerado quando da preservação de sua herança cultural.

Assim, os espaços culturais devem disponibilizar diversas formas de cultura, constituindo-se em espaços de diversidade cultural, mas também devem se constituir em espaços de criação, produção e distribuição das culturas locais. Seja em um centro cultural ou em uma biblioteca pública, estes espaços devem proporcionar interações e aproximações culturais diversas.

Nesse sentido, as bibliotecas públicas vão se constituir em instituições sociais que contribuem efetivamente com as demandas e a democratização da cultura em nossa sociedade. Para essa mudança de atuação, a biblioteca não precisa abandonar sua concepção de cultura, entendida e vinculada ao saber, à erudição, mas acrescentar a esse trabalho calcado no suporte livro, novas dinâmicas e atraentes formas de acesso à cultura geral, tanto através da arte, da música, da literatura ou das novas tecnologias e redes de computadores como a internet, uma realidade necessária na sociedade atual. (BARROS, 2002, p. 115)

Para tanto, a biblioteca continuará a desempenhar o papel que sempre desempenhou, mas a este, serão acrescidas novas formas de proporcionar o acesso aos registros da cultura, especialmente se se pensar que a sociedade evolui e com ela, as formas de se registrar a produção cultural. Se a memória ocupa posição de destaque entre as culturais locais, já se pode ter um bom indicativo de que o suporte papel, mas especificamente o livro, não se configura mais a única ou principal fonte de acesso à preservação cultural. As modernas tecnologias também trouxeram consigo mudanças relevantes para a preservação e recuperação da informação. As bibliotecas públicas devem ser, por excelência, espaços que promovam a interlocução das comunidades atendidas com as tecnologias existentes, a fim de intensificar a proximidade com a produção cultural.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, descreveremos a metodologia utilizada nesta pesquisa, os caminhos que percorremos para obter os dados e informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa nas bibliotecas dos centros culturais.

Nosso universo de estudo se constitui das 16 bibliotecas inseridas nos centros culturais e centros de cultura vinculados à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Estas bibliotecas públicas têm a especificidade de estarem localizadas em centros culturais, que são espaços diferenciados de cultura voltados para a fruição e criação de bens culturais, contribuindo para a valorização e preservação das identidades culturais locais.

A investigação se deu pela pesquisa exploratória com abordagem qualitativa que proporcionou uma maior familiaridade com o problema. Os métodos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, através das técnicas de levantamento documental, entrevistas e observação. O procedimento de coleta de dados se desdobrou em dois níveis, um mais geral, teórico e institucional e o outro mais específico, prático e local.

Na pesquisa bibliográfica, buscamos coletar informações relevantes que tivessem relação com o tema proposto, dando sustentação teórica ao trabalho. Temas como biblioteca pública, cultura e Estado serviram como base para construção do arcabouço teórico da presente dissertação. Para a coleta de informações relativas à pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, dissertações, trabalhos apresentados em congressos e periódicos. Na seção referente à cultura em Belo Horizonte, tivemos problemas com a escassez de materiais, grande parte das informações foi levantada através de documentos¹⁷ que tratam especificamente dos prefeitos e de suas ações durante as gestões, disponibilizados na Internet.

17

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMe>

Na primeira fase, por meio da pesquisa documental, procuramos colher informações gerais que caracterizassem os centros culturais de Belo Horizonte e suas bibliotecas, numa investigação mais ampla e institucional. Foram levantados diferentes tipos de dados como aspectos históricos dos centros culturais e de suas bibliotecas, suas políticas, diretrizes e estratégias, seus trajetos e variações de desempenho até os dias de hoje.

A coleta de dados se baseou em relatórios, documentos e projetos institucionais da Fundação Municipal de Cultura. A FMC possui uma biblioteca especializada¹⁸, cujo acervo se encontra vinculado ao tema cultura e, principalmente, a dados ligados às ações da própria Fundação. A internet também foi utilizada como fonte de pesquisa através das informações disponíveis no site oficial da Fundação Municipal de Cultura, por constituir mais uma fonte de investigação e acesso a dados atuais que puderam ser agregados ao estudo.

Na segunda fase da coleta de dados, buscamos colher informações mais específicas de cada centro cultural e de suas bibliotecas, proporcionando um panorama da diversidade existente entre estes espaços. Os tipos de dados buscados estavam relacionados à história de cada centro cultural e biblioteca, formas de atuação, projetos desenvolvidos e características gerais de funcionamento, colhidos com o intuito de verificar como se dá a relação existente entre o centro cultural/biblioteca e sua comunidade.

Para a coleta de dados nesta fase, procedeu-se à análise documental, à observação e às entrevistas que permitiram uma investigação mais profunda das peculiaridades existentes em cada centro cultural e biblioteca.

nuPortal&app=fundacaocultura&tax=6762&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&/pbh/contents.do?evento=conteudo&lang=&idConteudo=24201&chPlc=24201. Um dos acervos mais importantes do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a coleção "Relatórios dos Prefeitos" é a fonte principal de pesquisas sobre a administração pública municipal.

18 Centro de Documentação e Informação Cultural (Cedic) localizado no prédio da Fundação Municipal de Cultura à Rua Sapucaí, número 571, Bairro Floresta.

A análise documental foi realizada a partir dos documentos relativos a cada centro cultural e sua biblioteca. Foram utilizados relatórios internos, estatísticas, folders e projetos. A internet também foi utilizada como fonte de pesquisa com a intenção de obter dados atuais sobre cada centro cultural e sua biblioteca, disponibilizados no site oficial da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

A observação é uma técnica importante, pois possibilita o contato pessoal (*in loco*) do pesquisador com o objeto de investigação, de modo a obter informações importantes sobre o espaço a ser pesquisado, tais como - a parte física, a comunidade atendida e as relações estabelecidas entre os sujeitos e as instituições. É uma forma de acompanhar as ocorrências diárias das atividades e apreender o real significado atribuído às ações. A observação foi selecionada como uma das técnicas de coleta de dados neste estudo por possibilitar um enriquecimento da pesquisa por meio de uma melhor captação de significados em situações em que tal prática não seria possível apenas por meio de perguntas aos funcionários.

A entrevista foi escolhida por se tratar de um processo de interação entre o entrevistado e o entrevistando, permitindo respostas mais espontâneas do primeiro. As entrevistas nesta segunda fase foram realizadas com os bibliotecários, coordenadores dos centros culturais e com a diretora do Departamento dos Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. A escolha dos sujeitos entrevistados se deu pela importância de seus papéis em relação aos espaços pesquisados. São pessoas que estão diretamente ligadas às ações desenvolvidas, que estão presentes nas relações diárias com os usuários e possuem muito a compartilhar devido à complexidade da experiência de trabalho.

As entrevistas feitas com os bibliotecários tiveram como objetivo obter informações sobre o funcionamento das bibliotecas, sobre seus serviços, forma de constituição dos acervos e planejamento dos trabalhos desenvolvidos. Assim procuramos identificar quais tipos de serviços e ações são mais procurados; analisar quais critérios a biblioteca utiliza para definir suas ações e que tipo de apoio a biblioteca oferece às manifestações e práticas culturais do centro e da comunidade.

Com as entrevistas, nós pudemos identificar se as bibliotecas seguiam uma política cultural específica, se existia uma identificação entre as bibliotecas e os projetos desenvolvidos pelos centros, além de verificarmos qual seria a representatividade/relevância das bibliotecas para os centros culturais.

Já as entrevistas com os coordenadores dos centros culturais tiveram como objetivos verificar quais atividades e serviços oferecidos são mais procurados e utilizados pelos usuários; conhecer seus processos de disseminação de informação; verificar como se dá a criação, circulação e fortalecimento das culturas locais através dos centros, e identificar o papel da biblioteca para os centros (sob o ponto de vista da coordenação). As entrevistas foram feitas por meio de narrativas e questionários semi-estruturados, a fim de possibilitar uma maior liberdade nas questões propostas.

Para estabelecermos critérios para a escolha da amostragem de nossa pesquisa foi necessário conhecer um pouco do contexto em que as bibliotecas dos centros culturais estão inseridas.

Amostragem

Após a primeira fase da pesquisa e tendo como norte uma melhor contextualização e caracterização geral das bibliotecas dos centros culturais, foi necessário fazermos um recorte em nosso objeto para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos de maneira satisfatória. Foi necessária uma definição de critérios norteadores para facilitar a escolha adequada das bibliotecas que nos forneceria mais subsídios para a resposta às problemáticas levantadas. Para a definição dos critérios da amostragem, utilizamos informações relativas à contextualização do objeto recolhidos durante a primeira fase.

O universo desta pesquisa é composto pelos 14 centros culturais e 2 centros de cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, construídos entre 1992 e 2008. Para a escolha da amostragem estabelecemos os seguintes critérios:

- bibliotecas que foram criadas nos diversos períodos governamentais de Belo Horizonte, abrangendo desde a construção do primeiro ao último centro cultural;
- bibliotecas que possuam mais tempo de funcionamento, para que pudéssemos ter uma visão da evolução dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos;
- bibliotecas cujas origens se deram de formas diferenciadas, pela mobilização da comunidade ou do Orçamento Participativo;
- bibliotecas que abarcassem todas as regionais da cidade, para que se pudesse buscar estabelecer alguma relação entre o uso da biblioteca e as particularidades de cada região;
- bibliotecas de centros culturais e de centros de cultura, a fim de verificar como se dá a forma de trabalho em centros culturais locais e em centros de cultura, que possuem uma abrangência maior.

Desta forma, foram selecionados 8 dos 16 centros culturais e centros de cultura, perfazendo um percentual de 50% do total. Vale destacar que não é intenção desta dissertação realizar uma pesquisa qualitativa com rigoroso grau de significância da amostra.

O contexto em que se encontram as bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte constitui um fator de grande importância na análise das diferenças existentes entre o funcionamento de cada uma delas. Diferenças como a presença ou não de pessoas qualificadas, o espaço que possuem, a proporção de verba destinada à biblioteca, o tempo de funcionamento e como se dá a escolha dos

projetos desenvolvidos são elementos que podem influenciar o alcance ou não dos objetivos de cada biblioteca.

Conforme os critérios estabelecidos para a escolha da amostragem, chegamos à escolha dos seguintes centros culturais:

- Centro de Cultura Lagoa do Nado. Situado na Regional Norte, foi escolhido por ser o primeiro centro de cultura e por estar funcionando, ao contrário do Centro de Cultura Belo Horizonte que se encontrava fechado e só foi reaberto recentemente. Sua inauguração se deu no ano de 1992 durante a gestão de Eduardo Azeredo. Nesta mesma regional também existem o Centro Cultural São Bernardo, Centro Cultural Zilah Spósito Souza e o Centro Cultural Jardim Guanabara. Sua construção ocorreu devido à mobilização da comunidade.
- Centro Cultural Alto Vera Cruz. Constitui-se no único centro cultural da Regional Leste. Foi inaugurado em 1996 durante a gestão de Patrus Ananias por meio de recursos aprovados no Orçamento Participativo.
- Centro Cultural Pampulha. Único centro cultural presente na Regional Pampulha, foi inaugurado em 2000 na gestão de Célio de Castro. Constitui no primeiro centro cultural construído totalmente com recursos do Orçamento Participativo.
- Centro Cultural Venda Nova. Único centro cultural da Regional Venda Nova, construído por meio do Orçamento Participativo em 2007, durante a gestão de Fernando Pimentel.
- Centro Cultural Vila Marçola. Inaugurado em 2008 e construído com recursos do Orçamento Participativo, também durante a gestão de Fernando Pimentel. Localizado na Regional Centro-Sul juntamente com o Centro Cultural Vila Fátima e o Centro de Cultura Belo Horizonte.
- Centro Cultural Lindeia/Regina. Localizado na Regional Barreiro juntamente com o Centro Cultural Vila Santa Rita e o Centro Cultural Urucuia. Todos eles

foram inaugurados em 2008 na gestão de Fernando Pimentel construídos com recursos do Orçamento Participativo.

- Centro Cultural Padre Eustáquio. Inaugurado em 2008 com recursos do Orçamento Participativo, durante a gestão de Fernando Pimentel. Localiza-se na Regional Noroeste, juntamente com o Centro Cultural Liberalino Alves (mas este se encontra interditado).
- Centro Cultural Salgado Filho. Único centro cultural localizado na Regional Oeste, inaugurado em 2008 com recursos vindos do Orçamento Participativo, durante a gestão de Fernando Pimentel.

A regional nordeste é a única por enquanto que não possui este equipamento cultural.

Os dados coletados na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo através de pesquisa documental, entrevistas e observação foram tratados qualitativamente e analisados de forma que viabilizassem respostas às perguntas levantadas nesta pesquisa.

5 A CULTURA EM BELO HORIZONTE

Uma vez que o foco desta pesquisa está concentrado na análise das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte, faz-se necessário compreender como e quando surgiram as primeiras políticas públicas voltadas para o setor da cultura na capital mineira; qual era a concepção que o Estado tinha de cultura; como tal concepção sofreu transformações ao longo dos anos; e como a cultura se encontra atualmente estruturada na cidade de Belo Horizonte. Há de se pontuar que a existência de fontes de pesquisa para consulta acerca de tal tema é demasiado escassa e são constituídas, fundamentalmente, por documentos oriundos de gestões governamentais, e, portanto, possivelmente carregados de parcialidade. Ao empreender esforços no sentido de fazer este resgate, esperamos contribuir para a preservação da história de Belo Horizonte no que diz respeito à sua relação com o setor da cultura.

5.1 Políticas públicas de cultura em Belo Horizonte

Em Minas Gerais, bem como no Brasil, o desenvolvimento do setor cultural no âmbito do poder público ocorreu tardiamente. Segundo informações da Secretaria de Estado da Cultura, o primeiro registro formal da cultura no estado como objeto de política pública ocorreu em 1963, no governo de José Magalhães Pinto (1961-1966), com a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular.

A partir de então, a cultura foi lentamente ganhando mais espaço e relevância no cenário político. Em 1967, o então governador Israel Pinheiro criou o Conselho Estadual de Cultura, órgão colegiado normativo e consultivo, responsável pela área cultural, subordinado à Secretaria de Educação. Em 1975, outro governador, Aureliano Chaves (1975-1978), cria a Coordenadoria Estadual de Cultura por meio

da Lei nº. 17.221/75, com a finalidade de reunir as atividades de promoção cultural do estado mineiro.

A cultura, tanto em âmbito nacional quanto estadual ou municipal, sempre foi atrelada a outras áreas como o esporte, educação e/ou o turismo. Somente durante a gestão do Governador Tancredo Neves (1983-1984) é que a cultura deixa de ser um departamento vinculado a outras secretarias e passa a ter uma secretaria exclusiva para administrar, promover e preservar a cultura mineira. A recém-criada Secretaria de Estado da Cultura (1983) teve como seu primeiro titular José Aparecido de Oliveira, primeiro Ministro de Estado da Cultura do Brasil em 1985 e criador do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Cultura. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS)

O período militar (1964-1984), devido à repressão das liberdades individuais, foi alvo de diversos debates em prol da redemocratização do Brasil. Discussões e manifestações nacionais e locais acerca do tema contribuíram para o processo de institucionalização da cultura em Minas. Tal processo já vinha ocorrendo e ocasionando mudanças em outros estados, sobretudo pela criação de instituições culturais públicas estaduais e municipais. Na administração pública mineira, foram criadas duas secretarias importantes: a Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais¹⁹ (1983), no governo de Tancredo Neves, e a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, (1989) durante a prefeitura de Pimenta da Veiga (1989-1890). A gestão da cultura em Belo Horizonte desvinculou-se de qualquer outra área, ficando o Turismo a cargo da Belotur.

A Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte (SMC), extinta em 2005, como órgão exclusivo do setor cultural, tinha como finalidade “coordenar a política cultural do município, planejando e executando atividades que visassem ao desenvolvimento cultural e à preservação e revitalização de seu patrimônio histórico e artístico”. Em

19 Lei nº. 8.502, de 19/12/83 – Cria Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado e dá outras providências e no Decreto nº. 23.512, de 6/4/1984, que dispõe sobre o Sistema Operacional de Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências (retificado no *Minas Gerais* de 25 maio 1984.

28 de janeiro de 2005 a SMC foi transformada em Fundação Municipal de Cultura, vinculada diretamente ao gabinete do Prefeito, pelo Decreto n.11.929, tendo por “finalidade planejar e executar a política cultural do Município com atividades que visam ao desenvolvimento da cultura”.

Nos anos 90, a cultura como política pública foi ganhando mais espaço em Belo Horizonte, tal como aconteceu no cenário nacional, pelo aumento da oferta de ações culturais e da criação de diversos espaços culturais como cinemas, bibliotecas, centros culturais, teatros, museus dentre outros. Foi uma época de grande crescimento cultural. A concepção de cultura nesta fase estava intimamente ligada à criação de espaços capazes de promover manifestações culturais.

O Prefeito Eduardo Azeredo, durante sua gestão na Prefeitura de Belo Horizonte (1990/1993), buscou priorizar as áreas da Saúde e da Educação, mas houve ações importantes no âmbito da cultura. Segundo a PBH, “Relatório dos Prefeitos de Belo Horizonte”, (PBH, 1992) as ações culturais deste governo se basearam em três diretrizes: universalização do acesso às atividades culturais (produção e consumo); apoio às iniciativas de produção e proteção e à valorização do patrimônio cultural. Tendo como norte estas diretrizes básicas, várias ações foram implementadas. Foram criados e inaugurados importantes espaços de cultura: a inauguração da Biblioteca Infantil e Juvenil (1991), a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1991) e a inauguração do Centro de Referência Audiovisual (CRAV) e Centro de Cultura Lagoa do Nado, ambos em 1992. As duas últimas instituições foram criadas com o objetivo de resgatar e organizar a memória de Belo Horizonte em diferentes suportes, consolidando o processo de resgate cultural e histórico da cidade. (PBH, 1992).

Além da criação de espaços culturais diferenciados, foi um período em que vários eventos foram oferecidos em Belo Horizonte: o Fórum BHZ de Vídeo (1991), realizado no Centro Cultural UFMG; o Festival Internacional de Teatro de Rua de Belo Horizonte (1990 e 1992), que a partir de 1993 se transformou no Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte (FIT); o “Projeto Música de

domingo” (1991), com apresentação de concertos populares semanais no Teatro Francisco Nunes e “Praça Sete Seis e Meia” (1991), que levava dança, música popular e instrumental, teatro e outros às pessoas que circulavam pelo centro de Belo Horizonte.

Diversos eventos e ações foram instituídos mediante parceria com as administrações regionais, buscando a concretização da política de descentralização e desconcentração de acesso à cultura pela implementação de diversas atividades culturais em todas as regiões de Belo Horizonte. O período (1990-1993) pode ser especialmente caracterizado pelo desenvolvimento de iniciativas governamentais voltadas para a aproximação do público com eventos culturais de natureza variada em diferentes espaços e momentos, talvez fosse uma tentativa de “dessacralizar” a cultura e trazê-la para o cotidiano dos belorizontinos.

O governo de Patrus Ananias (jan.1993 a jan. 1997), com a Frente BH Popular tinha como meta uma gestão democrática, ou seja, aberta à participação da sociedade no que se refere à definição de diretrizes da administração na cidade, e possuía como prioridade a área socio-cultural, pela realização de ações e projetos que contribuíssem para o desenvolvimento de Belo Horizonte. Esta gestão considerava como patrimônio além da sua história, a diversidade de modos de viver da população, a produção cultural contemporânea bem como a imagem da cidade que fornece identidade e referência culturais aos seus moradores e visitantes.

Com a implantação do Plano de Ação Cultural Regionalizada (1993), o governo buscava descentralizar e regionalizar as ações culturais. A fim de viabilizar este plano, vários espaços culturais foram construídos nas diferentes regiões da cidade. A implantação de centros culturais e outros espaços de cultura fizeram parte do projeto de descentralização cultural da SMC. Dentre eles, podemos citar: Biblioteca Regional Santa Rita de Cássia (1993), Centro Cultural São Bernardo (1994), Centro Cultural Alto Vera Cruz (1996) e a nova sede do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. (PBH, 1994, 1996).

Em cumprimento à lei orgânica do Município de Belo Horizonte, foram implantados centros culturais com a participação da sociedade civil. A parceria entre o poder público e sociedade civil era imprescindível para garantir a proteção da memória e do patrimônio da cidade. Vale lembrar que estes espaços foram construídos devido à participação e mobilização da sociedade.

A política cultural do governo Patrus procurava, através da extensão a todos dos chamados direitos culturais, “[...] *ampliar o acesso à produção e ao consumo de cultura, garantir a preservação da memória social, bem como facilitar a participação popular nas decisões de política cultural [...]*”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1996, [p.1]). A construção de espaços como os centros culturais tiveram grande importância para esta gestão que buscava a democratização cultural, pois tais espaços constituem locais de criação e efervescência cultural, nos quais a população local poderia participar de produções culturais sem precisar atravessar a cidade.

Em 29 de dezembro de 1993 através da Lei nº. 6.498, Regulamentada pelo Decreto 11.103/2002, instituía-se na capital mineira a Lei de Patrocínio/Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que dispõe sobre o incentivo fiscal à realização de projetos culturais e dá outras providências. Com esta lei, várias áreas da cultura foram beneficiadas: “música; dança; teatro e circo; produção e exposição de fotografias, cinema e vídeo; criação literária e publicação de livros, revistas e catálogos de arte; produção e exposição de artes plásticas, gráficas e filatelia; espetáculos folclóricos e artesanato; patrimônio histórico e cultural; museus; bolsas de estudo; pesquisa; cursos; especialização e aperfeiçoamento de pessoas na área de cultura em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos.” (REVISTA MARKETING CULTURAL)

As premissas básicas de atuação deste governo, além da descentralização cultural, eram também constituídas pelo patrimônio cultural, pelo apoio à criação, fomento, produção e difusão cultural. Tendo como norte estes apontamentos, diversas ações foram implementadas, como a revitalização do Museu Histórico Abílio Barreto e dos

teatros Francisco Nunes e Marília; o desenvolvimento do projeto de reforma do Museu de Arte da Pampulha; e ainda nesta gestão, a instalação da Comissão BH Cem anos, com a finalidade de preparar a cidade para comemoração do centenário, em 1997. Um destes preparativos se concentrou na entrega à população do Centro de Cultura Belo Horizonte (1997).

Com o propósito de inserir Belo Horizonte no circuito cultural internacional, a Secretaria Municipal de Cultura montou um calendário de eventos internacionais. Alguns festivais que fazem parte deste circuito são o Festival Internacional de Teatro “Palco & Rua” de Belo Horizonte - FIT 1994; o Festival Internacional de Curtas-Metragens 1993; e o Festival Internacional de Arte Negra – FAN 1995, todos eles com edições posteriores. Em 1995, Belo Horizonte sediou o I Encontro Intermunicipal de Cultura (EIC) realizado no Centro de Cultura Nansen Araújo – Sesiminas - visando a iniciar um intercâmbio de práticas culturais entre os municípios brasileiros. O tema debatido neste encontro foi "Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano".

Com o intuito de dar maior visibilidade às ações culturais da SMC de Belo Horizonte, esta secretaria implantou no segundo semestre de 1995 o projeto “Revista Eletrônica Zapp Cultural”, mas devido à falta de recursos, o projeto foi encerrado em dezembro de 1996 com a produção total de cinco revistas, três números na internet e dois CD ROMs que tinham como foco temas relacionados à cultura.

A SMC em parceria com o setor privado também criou o Programa de Incentivo à Cultura – Pinc - com o objetivo de contribuir para a transformação do setor cultural em Belo Horizonte. Através da parceria entre SMC e a Vox Populi Mercado e Opinião, desenvolveu-se o primeiro diagnóstico da área da cultura. Esta pesquisa buscou englobar quatro temas: perfis do consumidor de bens culturais, dos investidores de cultura, do mercado cultural de Belo Horizonte e uma análise das agências de propaganda e assessorias de imprensa da cidade em relação a projetos e produtores culturais. Foi a primeira e única pesquisa feita com o objetivo de

diagnosticar diversos setores da área cultural da capital mineira. A publicação deste diagnóstico ocorreu em 1996.

Durante a gestão do Prefeito de Célio de Castro (jan. 1997 a nov. 2002), buscou-se consolidar os avanços obtidos em outras gestões, trabalhar com os setores que não puderam ser contemplados anteriormente e promover as comemorações do 1º Centenário de Belo Horizonte. No ano de 1997, como parte das comemorações do centenário de BH, foi inaugurado o Centro de Cultura Belo Horizonte, que passou a funcionar num prédio histórico no centro da capital. (PBH, 1997, 1998)

Neste período também foram inaugurados os centros culturais Liberalino Alves (1999), Pampulha (2000) e Zilah Spósito Souza (2000). O Projeto Arena da Cultura, atualmente gerido pela Fundação Municipal de Cultura e Secretarias de Administração Regional Municipais, foi criado em 1998 com o objetivo de estimular a participação da sociedade na formulação, discussão e decisão sobre a política cultural, além de promover o acesso à população aos bens e serviços culturais, por meio de ações descentralizadas.

A busca pela democratização da cultura não se restringe ao oferecimento à população de espaços e ações culturais, vai muito além disto, desta forma procura-se também uma democratização interna pela ampliação de serviços oferecidos ao público, da criação de instâncias de participação da sociedade civil, bem como da criação de canais de participação popular. Mas, para atingir este objetivo, as parcerias são de fundamental importância, principalmente com as administrações regionais, para que se possa ampliar a participação da população na gestão cultural através de colegiados, fóruns, oficinas, cursos e debates. (PBH, 2004, 2006)

Entre novembro de 2002 e janeiro de 2009, Belo Horizonte esteve sob a administração de Fernando Pimentel. Em parceria com as diversas regionais, o FIT BH / Arena Cultural estimulou a participação da população em discussões a respeito da formulação e execução da política cultural da capital. Estes eventos foram

realizados em todas as nove regionais da cidade e estavam comprometidos em promover o acesso a bens e serviços culturais a todos os cidadãos.

Como em outras gestões, alguns projetos culturais tiveram sua continuidade, dentre eles, podemos citar o Salão do Livro de Minas Gerais e Encontro de Literatura; Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ); Festival de Arte Negra (FAN); Música de Domingo; Programa para Jovens; Programa Socialização Infante-Juvenil; Programa BH Cidadania (estes dois últimos programas incluem projetos culturais nas áreas da dança, música, teatro, vídeo, circo e artes plásticas); e Mostra CineBH, (2007, 2008, 2009), evento realizado com o apoio das Leis de Incentivo à Cultura.

Em 2005, a Secretaria Municipal de Cultura, responsável pela área cultural da cidade mineira (planejar, coordenar e executar), foi extinta pela Lei nº. 9.011, que criava a Fundação Municipal de Cultura, a fim de ganhar mais autonomia administrativa, agilidade na execução de projetos, melhoria na gestão pública e capacidade de captação de recursos externos.

A Fundação Municipal de Cultura inaugurou diversos espaços culturais neste período de governo: os centros culturais Venda Nova (2007), Vila Marçola (2007), Vila Santa Rita (2008), Lindeia/Regina (2008), Urucuia (2008), Vila Fátima (2008), Padre Eustáquio (2008), Jardim Guanabara (2008) Salgado Filho (2008) e as bibliotecas regionais Bairro das Indústrias e Renascença. Vale lembrar que todos os centros culturais mencionados acima foram construídos mediante Orçamento Participativo.

Em 2008, o Arena da Cultura comemorou dez anos de atuação e ampliou seu acesso à população pela sua integração aos Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura, passando a oferecer acesso aos bens artísticos e culturais através de suas oficinas nas áreas de Artes Plásticas, Dança, Música e Teatro. Essa ação pretende garantir, cada vez mais, o atendimento ao cidadão próximo ao seu local de moradia, constituindo um importante projeto de cunho sociocultural. Segue-se dessa forma o compromisso de descentralização cultural na capital e consolida-

se o Projeto Arena como um importante projeto de política pública na área de formação cultural. O projeto é da Prefeitura de Belo Horizonte, numa parceria da Fundação Municipal de Cultura com as Secretarias de Administração Regional do Município.

As diretrizes da política cultural em Belo Horizonte devem seguir a política cultural estabelecida no Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2006/2009, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição da República que estabelece, para o período em questão, os programas, objetivos, diretrizes, justificativas e recursos a serem aplicados na capital. Estas diretrizes se compõem da intersetorialidade; democratização dos bens culturais; descentralização das ações; incentivo à qualificação da produção cultural; participação popular nas decisões da política cultural; e garantia da preservação da memória cultural da cidade. São diretrizes que seguem cinco linhas de ação: Promoção, Apoio e Incentivo à Formação Cultural; Identificação, Registro e Proteção do Patrimônio e das Identidades Culturais; Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura; Informação, Difusão e Intercâmbio Cultural; e Geração de Emprego e Renda e Qualificação.

Os objetivos buscados com estas ações compreendem desde sensibilização, iniciação e formação cultural; valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural; ampliação da política de incentivo à leitura - privilegiando as bibliotecas como facilitadoras neste processo; organização de um sistema estatístico de informações; incentivo, estímulo e difusão da produção artística e cultural da cidade; e até mesmo o desenvolvimento de instrumentos de consolidação da Política Pública de Emprego do Município.

Em outubro de 2009, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação Municipal de Cultura, promove a II Conferência Municipal de Cultura, na Escola Municipal Marconi. O tema central deste encontro foi “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento” e abordou as políticas públicas culturais nas perspectivas simbólica, cidadã e econômica, norteadas por cinco eixos temáticos: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura e Economia Criativa; Cultura, Cidade e

Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; e Gestão e Institucionalidade da Cultura.

Em Belo Horizonte, apesar das conquistas e do aprendizado proporcionado pelos mecanismos democráticos de participação após a Constituição de 1988, em que vários momentos políticos sensíveis a essa condição se alternaram e se complementaram, as políticas de busca da descentralização da cultura têm evidenciado traços bem característicos de intenções estratégicas que refletem o início de uma participação social nas decisões relativas aos rumos e ao futuro da cidade.

5.2 Centros Culturais de Belo Horizonte

Os centros culturais estudados nesta pesquisa são órgãos criados pelo poder público com a finalidade de descentralizar a cultura, ao mesmo tempo em que aproximam fisicamente tais equipamentos culturais das comunidades atendidas (gratuitamente). Estão diretamente subordinados à Fundação Municipal de Cultura.

A Fundação Municipal de Cultura é o órgão que planeja e coordena as atividades culturais da Prefeitura de Belo Horizonte. Através de suas unidades culturais, realiza uma programação variada abrangendo diversas áreas tais como a arquitetura, as artes cênicas, plásticas e audiovisuais, a música, a literatura, a memória, o patrimônio e os bens minerais. Estas unidades culturais são constituídas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte; bibliotecas regionais Bairro das Indústrias, Renascença, São Cristóvão e Santa Rita de Cássia; centros culturais Alto Vera Cruz, Lindeia/Regina, Pampulha, São Bernardo, Vila Fátima, Vila Santa Rita, Urucuia, Zilah Spósito, Liberalino Alves de Oliveira, Venda Nova, Vila Marçola, Padre Eustáquio, Salgado Filho e Jardim Guanabara; Centros de Cultura Belo Horizonte e Lagoa do Nado; Centro de Referência Audiovisual; Espaço Cultural Casa do Baile; Museu de Arte da

Pampulha; Museu Histórico Abílio Barreto; Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães; e pelos Teatros Municipais Francisco Nunes e Marília e pelo Patrimônio Histórico²⁰.

A FMC de Belo Horizonte tem adotado medidas importantes com o intuito de ampliar o acesso à informação e à cultura. A partir de 1992, vários centros culturais foram construídos na capital mineira, constituindo equipamentos culturais descentralizadores da cultura.

Até fins de 2009, encontravam-se em funcionamento 13 centros culturais e 2 centros de cultura. O Centro Cultural Liberalino Alves encontra-se interditado devido a problemas na construção. Todos os centros culturais de Belo Horizonte possuem bibliotecas e outros espaços utilizados para o desenvolvimento das ações e serviços prestados. O universo das 16 bibliotecas localizadas nos centros culturais e os centros de cultura de Belo Horizonte constituem nosso objeto de estudo.

Os centros culturais e centros de cultura são os seguintes: Centro de Cultura Lagoa do Nado - 1992; Centro Cultural São Bernardo - 1994; Centro Cultural Alto Vera Cruz - 1996; Centro de Cultura Belo Horizonte - 1997; Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira - 1999; Centro Cultural Urca Pampulha - 2000; Centro Cultural Zilah Spósito - 2000; Centro Cultural Venda Nova - 2007; Centro Cultural Vila Marçola - 2007; Centro Cultural Vila Fátima - 2008; Centro Cultural Urucuia - 2008; Centro Cultural Lindeia/Regina - 2008; e Centro Cultural Vila Santa Rita - 2008. Cada um dos equipamentos culturais acima citados possui um histórico de implantação, espaço físico, infraestrutura e recursos humanos distintos.

A implantação dos primeiros centros culturais foi de iniciativa da própria prefeitura (Centro de Cultura Lagoa do Nado e Centro Cultural São Bernardo). Mas a dificuldade de obtenção de recursos financeiros constituía um problema. Conforme Tabela 05, pode-se observar que o Orçamento Participativo passou a ser um

20 Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em : < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=7664&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0& >. Acesso em: 20 fev. 2010.

mecanismo alternativo para a falta de verbas, sendo que 11 centros culturais foram escolhidos pela população como uma obra prioritária. Ainda na Tabela 05, podemos verificar todos os centros culturais com suas formas de implantação e ambientes que possuem para o desenvolvimento de suas ações.

A cultura tem se beneficiado desse instrumento utilizado pelos municípios, de modo que o Orçamento Participativo ampliou o campo de discussão sobre este setor específico, que passou a ser entendido como direito fundamental, assim como a educação, saúde, moradia e o trabalho. Os centros culturais se localizam em regiões mais periféricas, onde residem populações de baixa renda. Já os centros de cultura ficam em áreas centrais ou estratégicas, na confluência de diversos bairros.

TABELA 05 - Parte 1 – Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte (1992-2008)

Centro Cultural	Local	Inauguração	Construção	Ambientes
Lagoa do Nado	Parque Fazenda Lagoa do Nado. Bairro Itapoã	1992	Mobilização da comunidade	Biblioteca, teatro, arena, galpão, espaço multimeios, bosquinho, canteiro, Praça do Sol e as quadras de lazer
São Bernardo	São Bernardo	1994	Mobilização da comunidade. Projeto de parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Administração da Regional Norte	Biblioteca, auditório, sala de oficinas, hall de exposições e área externa
Alto Vera Cruz	Alto Vera Cruz	1996	Orçamento Participativo	Biblioteca, salão multiuso, duas salas de arte
Belo Horizonte	Centro	1997	Prédio histórico de 1914	Biblioteca, auditório, sala de vídeo, Salão do Conselho (exposições)
Liberalino Alves de Oliveira	Favela Prado Lopes	1999	Negociação do espaço com a prefeitura	Biblioteca, Espaços multimeios
Pampulha	Pampulha	2000	Orçamento participativo	Biblioteca, sala de projeção, oficinas, auditório, espaço multimeios e área para apresentações artísticas.
Zilah Spósito Souza	Bairro Jaqueline	2000	Discussões da comunidade com a prefeitura de BH	Biblioteca, espaço multiuso e quadra esportiva

TABELA 05 - Parte 2 – Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte (1992-2008)

Continuação

Centro Cultural	Local	Inauguração	Construção	Ambientes
Venda Nova	Venda Nova	2007	Orçamento Participativo	Biblioteca Espaço multimeios e hall de exposições
Vila Marçola	Aglomerado da Serra	2007	Orçamento Participativo	Biblioteca, sala de oficinas, auditório e área externa
Vila Santa Rita	Vila Santa Rita (Serra) Barreiro	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, auditório, sala de oficinas
Lindeia/Regina	Regina	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, auditório, sala de dança e música e sala de artes, anfiteatro descoberto.
Urucuia	Urucuia (Barreiro)	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca com sala de vídeo, auditório, teatro de arena e três salas de oficinas
Vila Fátima	Aglomerado da Serra	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, auditório, teatro de arena e sala de oficinas e hall de exposições.
Padre Eustáquio	Padre Eustáquio	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, salas para oficinas de artes e cerâmicas e praça de eventos.
Jardim Guanabara	Floramar	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, auditório multiuso, salas para oficinas de artes plásticas, hall de exposições e teatro de arena.
Salgado Filho	Salgado Filho	2008	Orçamento Participativo	Biblioteca, auditório, sala para oficinas, hall de exposições e dois palcos ao ar livre.

Fonte: PBH / <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=fundacaocultura> e dados colhidos na pesquisa de campo.

A mobilização e a participação das comunidades para a instalação de equipamentos culturais apontam novos anseios e uma nova visão em que a cultura passa a ser um bem social tão importante quanto a educação e a saúde. O Orçamento Participativo que antes era uma forma de obter postos de saúde ou urbanizações, passou a ser um importante instrumento da população na obtenção de seus direitos culturais, apesar de ainda se constituir num instrumento governamental.

Todos os centros culturais e centros de cultura têm uma finalidade única, a de implementar as diretrizes políticas da Fundação Municipal de Cultura, consolidando a política de descentralização cultural da cidade e favorecendo o desenvolvimento artístico e cultural da região onde estão inseridos por meio de diversas ações, buscando construir um espaço social de criação, resgate da identidade e da cultura.

Os centros culturais são espaços constituídos através da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte em seu Título VI – Da Ordem Social e Econômica, Capítulo VI – Da Cultura.

Art. 169 - O Poder Público promoverá a implantação, com a participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população.

Parágrafo único - Serão instalados, junto aos centros culturais, **bibliotecas** e oficinas ou cursos de formação cultural. (BELO HORIZONTE, 1990) (Grifo nosso)

Para alcançar seus objetivos, estes espaços contam com projetos comuns (na maioria das vezes) e específicos (dependendo da demanda de cada região) onde são colocados à disposição dos usuários o acesso à informação e diferentes formas de transmissão de conhecimentos, proporcionando à população a possibilidade de usufruir de diversos serviços que antes não faziam parte de seu cotidiano. Dentre os projetos, podemos destacar alguns: projeção de vídeos; lançamento de livros; apresentações musicais; saraus e recitais de poesia; pequenos espetáculos de dança e teatro; inclusão digital; roda de histórias;

exposições sobre temáticas diversas, como artes plásticas, fotografia, arquitetura e urbanismo cultural, bem como vários outros projetos; e ações voltadas para o resgate da memória e valorização das identidades culturais.

Vale destacar também os cursos de formação e capacitação, oficinas, encontros, palestras, seminários, debates, exposições, apresentações artísticas, festivais, concursos e exposições sobre cultura, cidadania, identidade cultural, leitura, dentre outros. Além dos projetos de competência dos centros culturais, as bibliotecas também oferecem diversos serviços, tais como empréstimos domiciliares, consultas locais e serviços de referência e diversos projetos.

A partir de programas norteadores (citados abaixo) é pensada e viabilizada toda a programação desenvolvida nos centros culturais. Dentro de cada programa, cada centro cultural escolhe quais projetos e oficinas desenvolver a partir das parcerias existentes, do perfil e sugestões da comunidade bem como através de avaliações feitas pela equipe de cada centro cultural. Todos os centros culturais pesquisados estão subordinados à FMC e seguem diretrizes contidas no “Caderno dos Centros Culturais Locais”. Este documento foi criado em 2008 pela FMC e possui todos os programas, projetos e atividades que direcionam as ações desenvolvidas nestes espaços, mas ainda não é um documento oficial. Os cinco grandes programas da FMC que abrigam os projetos desenvolvidos pelos centros culturais são:

- **Programa Identificação, Registro e Proteção do Patrimônio e das Identidades.** O programa visa a conservar o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, permitindo a apropriação simbólica de bens que dizem respeito à identidade e memória cultural da cidade. Nele se encontra um projeto com diversas atividades.

Projeto Patrimônio Cultural Comunitário: É um projeto que busca sensibilizar a população e os diversos grupos etários (crianças, jovens, adultos e idosos) no tocante à riqueza da diversidade cultural presente na cidade, realizando ações que contribuam para a preservação do patrimônio, das identidades culturais e da memória. As atividades que fazem parte deste projeto são: Pesquisa e Documentação das Referências Culturais Comunitárias, Cultura

da Criança, Senhores e Senhoras do Tempo, Metamorfose e Culturas Populares.

A atividade “Pesquisa e Documentação das Referências Culturais Comunitárias” busca identificar, registrar e promover o patrimônio cultural das comunidades do entorno dos centros culturais.

A atividade “Cultura da Criança” é constituída de duas ações: “Brinquedos e Brincadeiras”, que busca valorizar e resgatar a cultura da criança, a arte de brincar e as tradições típicas da infância; e “A Criança e a Cidade”, que tem como objetivo formar um grupo de crianças com as quais será trabalhada e discutida a questão da “leitura” e a interpretação da cidade a partir de sua realidade, propiciando às mesmas contato com formas de percepção da diversidade cultural existente na capital.

A atividade “Senhores e Senhoras do Tempo” busca valorizar os conhecimentos e saberes adquiridos ao longo da vida, propiciando uma interlocução com o passado, pela formação de grupos com o público adulto ou de terceira idade. É uma ação que visa a potencializar o papel dos idosos como guardiões da memória coletiva.

A atividade “Metamorfose” se dá a partir da criação de um grupo de jovens que serão estimulados e incentivados a pesquisar e difundir o patrimônio cultural de sua comunidade através do suporte digital.

E por último, a atividade “Culturas Populares”, que busca fomentar e promover indivíduos e grupos relacionados às culturas populares.

- **Programa de Informação, Difusão e Intercâmbio Cultural.** Tem como finalidade promover a circulação, o consumo e o fomento à produção dos bens culturais e artísticos. Este programa compreende dois projetos desenvolvidos pelos centros culturais: “Gira~sol” e “Diálogos Culturais”.

O Projeto “Gira~sol”²¹ busca criar condições para que artistas e grupos se apresentem nos centros culturais, fazendo com que se ampliem a circulação e o intercâmbio pelas diversas regiões da cidade de produções artísticas das mais diversas áreas. Este projeto compreende todas as atividades de difusão implementadas pelos centros culturais, tais como shows musicais, teatro, dança, exibição de filmes e vídeos e exposições.

Com o Projeto “Diálogos Culturais”, os centros procuram promover o conhecimento e a prática de atividades típicas de culturas diversas, nacionais e internacionais, realizadas por meio de oficinas e práticas corporais.

- **Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Formação Cultural.** Tem como objetivo a realização de ações e projetos voltados para a formação cultural, a troca de experiências e experimentações.

Por meio do Projeto “Paratodos” busca-se conhecer artistas, grupos e manifestações culturais já existentes na comunidade, apoiando, estimulando e fomentando a criação e a produção artística, bem como colaborando com seu aperfeiçoamento. Este projeto se utiliza das mais diversas linguagens artísticas a fim de possibilitar a sensibilização e a experimentação da produção cultural.

Outro projeto que constitui este programa é o “Formação para as Artes”. Por meio dele busca-se dar condições para que a prática do direito à participação na vida cultural realmente se cumpra e que cada cidadão seja estimulado a usar seu potencial de agente cultural.

- **Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura.** Busca estimular o gosto pela leitura através de diversas ações de promoção, apoio e incentivo à leitura por meio das bibliotecas ou mesmo por diversas atividades desenvolvidas pelos centros culturais. São três projetos que fazem parte deste programa: “Biblioteca”, “Os Sentidos do Verbo” e “Cultura e Cidadania”.

21 Este projeto teve uma grande abrangência em 2009. Abarcou 958 atividades, alcançando um público de 66.470 usuários. Dados do Relatório de Prestação de Contas da PBH – 2009.

O Projeto “Biblioteca” tem este espaço como um facilitador do acesso à informação, bem como de ações e atividades no campo da leitura e da reflexão. A biblioteca também exerce o papel de centro de documentação da memória e da história dos centros culturais e de suas comunidades. No decorrer da pesquisa, serão destacadas as diversas atividades e ações desenvolvidas pela biblioteca.

O Projeto “Os Sentidos do Verbo” é constituído de atividades de incentivo à leitura diferenciadas daquelas que já ocorrem na biblioteca, englobando três atividades: “Encontros Literários”, “Encontros Filosóficos” e “Narração de Histórias”. São atividades que buscam despertar o interesse e o gosto pela leitura.

E por fim o Projeto “Cultura e Cidadania”, que procura criar espaços para se debater e refletir acerca de temas da atualidade que estão relacionados com a cultura e cidadania, além de difundir informações contemporâneas ligadas à área cultural.

Para a manutenção e desenvolvimento das atividades dos centros culturais, são realizadas reuniões em cada centro cultural com sua equipe de funcionários, em que são decididos os projetos que serão desenvolvidos, a materialidade e pessoal necessários e a previsão de custos. Estas informações são enviadas à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte a fim de serem verificadas as demandas levantadas por cada um dos centros conforme a verba a ser disponibilizada para estes espaços. É dentro deste orçamento que entram todos os projetos dos centros, inclusive os projetos desenvolvidos pela biblioteca. Mas, segundo entrevistas feitas com os coordenadores dos centros culturais e com a chefe do departamento de coordenação dos centros culturais/FMC, Abilde Maria da Silva Carneiro, a proposta de projetos juntamente com a previsão de custos enviadas à FMC não constitui garantia de recebimento da verba. Na maioria das vezes, é disponibilizado um valor bem inferior ao esperado, acarretando diminuição ou mesmo adaptação de projetos mediante a verba recebida.

Desta forma, mesmo agindo sob as mesmas diretrizes, cada centro cultural estudado tem características diferenciadas, sejam elas de público, de atividades ou mesmo de perfil. Cada espaço busca desenvolver dentro do orçamento estabelecido e de parcerias conquistadas suas ações, com o intuito de ajudar a promover a descentralização buscada pela política cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.

A realidade de cada biblioteca e de cada centro cultural é diferenciada. O estudo de cada realidade e de seu contexto é necessário para que se possam compreender a dinâmica de funcionamento e as relações que cercam as bibliotecas, a fim de entendermos até que ponto o contexto diferenciado de cada uma influencia de alguma forma seus projetos, serviços e objetivos.

De acordo com centros culturais selecionados em nossa amostragem, desenvolvemos um perfil de cada um com base em entrevistas e documentos coletados ao longo da pesquisa.

5.3 Perfil dos centros culturais

5.3.1 Centro de Cultura Lagoa do Nado

O Centro de Cultura Lagoa do Nado (CCLN), primeiro centro de cultura de Belo Horizonte, está localizado na antiga casa de campo de Américo Rennê Giannetti, prefeito da capital mineira na década de 1950. No final da década de 1970 e início da década de 1980, eram frequentes os finais de semana em que o ex-prefeito e sua família repousavam na região, ainda não transformada em parque. Com o passar do tempo, as visitas foram diminuindo e a área foi ficando abandonada.

Ao mesmo tempo, a região começava a se desenvolver, e a emergência de novos bairros e moradores era inevitável. Com o crescimento dos bairros das três regiões

do entorno – Pampulha, Norte e Venda Nova – a área do parque, que até então se encontrava com um reduzido número de frequentadores, constituía um interessante ponto de lazer para as famílias locais, que o utilizavam como extensão de suas casas, mais propriamente, de seus quintais.

Ainda na década de 80, a área foi vendida à Minas Caixa, e a possibilidade de construção de um conjunto habitacional passou a ser cogitada. A população local, que tinha a área como espaço de lazer, começa, então, a se mobilizar e propor ações no sentido de dar a este espaço um destino que resguardasse seu caráter de lazer e que preservasse sua fauna e flora. Diante das pressões exercidas pela sociedade civil, a Prefeitura de Belo Horizonte, sob o governo de Patrus Ananias, cria a Lei Orgânica do Município com claras intenções de descentralização da cultura e construção de equipamentos culturais.

Em meio a essa efervescência político-cultural, ocorre a criação do Centro Cultural Inter-Regional Lagoa do Nado em 23 de dezembro de 1992, depois de 15 anos de luta popular. A área sofreu inúmeras transformações, com o intuito de melhor adaptá-la às necessidades de uso. Entre as parcerias que mais contribuíram para viabilizar as adequações está a Mineradora MBR.

As atividades do CCLN, em consonância com as diretrizes propostas pela Fundação Municipal de Cultura (entre outras incumbências, compete aos centros culturais ofertar à população atividades que já sejam contempladas por equipamentos – públicos ou privados -, entretanto, estes devem fazê-lo gratuitamente), primam pela garantia do acesso democrático a diferentes manifestações, valorizando sobretudo a dimensão da cidadania. São oferecidas atividades tais como: oficina de teatro, dança e artes cênicas; shows, apresentações artísticas; biblioteca; inclusão digital; agendamento de escolas e entidades para visitas orientadas com monitores, dentre outras.

O CCLN está vinculado à mesma diretoria de espaços como o Museu de Arte da Pampulha, Biblioteca infanto-Juvenil, Espaço Cultural Casa do Baile, o Museu de

Arte da Pampulha e o Museu Histórico Abílio Barreto. Mas as diretrizes seguidas bem como os programas implementados são os mesmos oferecidos pelos centros culturais locais. A implantação do CCLN na região onde se encontra possibilita abranger regiões maiores e atender usuários vindos da região de Venda Nova e da região metropolitana – Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité e Brumadinho. As faixas etárias abrangidas oscilam entre adultos e adolescentes, majoritariamente, e crianças e idosos, secundariamente.

A estrutura física do centro oferece espaço multimeios (Mestre Orlando); onde são realizadas exposições, um galpão, no qual geralmente ocorrem as oficinas; um bosquinho, área aberta para realização de shows (que também acontecem na Praça do Sol, área destinada a eventos com maior número de público, de 4 a 5 mil pessoas); Teatro de Arena, com capacidade para receber 1.200 pessoas; o Canteiro, com fogão a lenha e forno (local em que é realizado o projeto “Conversa ao pé do Fogão”); além de quadras de peteca. A parceria com o projeto Escola Integrada²² prevê ainda algumas atividades no CCLN, além da parceria com outras escolas da região.

A biblioteca do CCLN tem 7 funcionários, atendendo de terça a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. São oferecidos os seguintes serviços: empréstimos domiciliares de livros, visita agendada ao CCLN, Roda de História no último domingo do mês, e exibição de filmes aos sábados. Assim como ocorre com o CCLN, a biblioteca também possui como usuários públicos em todas as faixas etárias, adulto, terceira idade, juvenil e infantil, sendo que há predominância dos adultos. O cadastro de leitores possui 6.086 usuários.

Em relação ao processo de informatização da biblioteca, ela faz uso do BIC (Banco de Informações Culturais) e oferece acesso à Internet para os usuários, além do acesso interno aos funcionários. Por ser um prédio que não foi construído para ser

²² Projeto de iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte cujo objetivo é ampliar o tempo diário de trabalho escolar visando à melhoria da aprendizagem dos alunos. O projeto é realizado por meio da utilização de espaços físicos tanto da escola, quanto fora dela com atividades educativas, culturais, esportivas, de lazer e formação cidadã.

uma biblioteca, mas um casarão, o espaço ainda não é adequado para as atividades desenvolvidas (Ver ANEXO D – FIGs. 1 e 2).

Como a biblioteca não possui uma verba específica, é necessário incluir nos projetos as verbas pleiteadas, a fim de submetê-las ao orçamento anual realizado previamente. A comunidade participa com a ampliação do acervo por meio de doações. A biblioteca também oferece serviços e participa de atividades fora de sua sede por meio de parcerias entre bibliotecas escolares e outros espaços culturais da região.

A divulgação dos serviços e atividades oferecidos pelo centro cultural e pela biblioteca em questão é feita por meio de folders, da Agenda Cultural, encarte da programação do CCLN e e-mail dos usuários. O CCLN desenvolveu uma “rede de amigos” para os quais são enviados periodicamente toda a programação desenvolvida. A avaliação dos trabalhos desenvolvidos é feita mensalmente por toda a equipe. É uma reunião para discutir e avaliar as ações, bem como levantar demandas e observações e fechar programações.

5.3.2 Centro Cultural Alto Vera Cruz

O Centro Cultural Alto Vera Cruz (CCAVC) foi criado em dezembro de 1996, por meio do Orçamento Participativo, durante o governo do prefeito Patrus Ananias. A mobilização de grupos culturais da região e da associação de bairro foi decisiva no processo de conquista deste espaço. Atualmente, o centro possui biblioteca, salão multiuso e duas salas de artes.

As atividades desenvolvidas são: dança de salão; sessão de cinema; patrimônio cultural (crianças e idosos); cultura e cidadania (atividades de formação, informação e troca de saberes); cessão de espaços para ensaios de grupos culturais (Alto Vera

Cruz e Taquaril); seminários; exposições de artistas da região e da cidade de um modo geral; e oficinas de iniciação (música e artes cênicas).

A biblioteca do centro cultural tem apenas uma bibliotecária e uma estagiária. Em relação aos serviços/atividades oferecidos, podemos mencionar: empréstimo domiciliar de livros; referência; cursos e oficinas na área de literatura, desenho e outros; hora do conto; apresentação teatral; palestras; exibição de filmes; gincanas culturais; leitura espontânea com crianças; semana do livro infantil; bate-papo com autores; cursos para contadores de histórias; Semana Paulo Freire – Ação Cultural para a Liberdade e o ponto de leitura, que faz parte da descentralização de serviços oferecidos pela biblioteca e do Centro Cultural Alto Vera Cruz em praças e ruas, principalmente no entorno. Por meio de livros, revistas, jornais, brincadeiras, peças teatrais e outras atividades, o centro cultural divulga seus serviços.

A biblioteca funciona de terça a sexta-feira, de 9h às 17h e aos sábados das 9h às 13h. Às segundas-feiras, a biblioteca não abre para atendimento externo, pois funciona internamente com atividades de organização, conservação do acervo, reuniões etc. Para fotos ilustrativas do ambiente ver ANEXO D – FIGs. 3 e 4.

Como usuários, a biblioteca conta com o público infantil, infanto-juvenil, adultos e idosos, com a finalidade de realizar empréstimos, leitura, utilizar a internet, participar de projetos, fazer pesquisas escolares, dentre outros. São 852 leitores cadastrados.

Em relação aos aspectos mais técnicos da biblioteca, algumas características importantes puderam ser verificadas, a saber: a aquisição de acervo é feita por meio de doação de usuários, comunidade e editoras. Existe disponibilidade de 3 (três) computadores com Internet para uso interno e 4 (quatro) computadores que utilizam o PIM (Programa de Internet Municipal) para consultas, não sendo possível impressão. Quanto à informatização do acervo, a biblioteca utiliza o software Lotus-Notes. O Banco de Informações Culturais dá acesso a todas as bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura e, através do Siga, acesso específico à Biblioteca

Paulo Freire, do CCAVC, possibilitando cadastro e consulta ao acervo, empréstimo, devolução e estatística.

A adequação do espaço físico não é considerada ideal, pois não há acesso para portadores de necessidades especiais. A divulgação das atividades desenvolvidas pela biblioteca pela publicação de um folder com a programação mensal, além dos contatos pessoais durante as visitas dos usuários. A biblioteca realiza parcerias com bibliotecas das escolas municipais e estaduais, biblioteca da Editora Mazza e biblioteca do Centro Cultural São Geraldo.

5.3.3 Centro Cultural Salgado Filho

O Centro Cultural Salgado Filho (CCSF) foi inaugurado em 7 de dezembro de 2008 por iniciativa popular, uma vez que é fruto de escolhas pelo Orçamento Participativo de 2005-2006. O prédio já existia e foi reformado e equipado para receber o centro cultural. A criação da biblioteca ocorreu concomitantemente à criação do centro cultural.

O CCSF oferece serviços e atividades cujos objetivos são: incentivar a leitura e disponibilizar ações da biblioteca através de temáticas adequadas às faixas etárias atendidas (contação de histórias e palestras, literatura contemporânea, consciência negra, realidade indígena); oferecer diferentes oficinas de formação artística (teatro, dança clássica, dança contemporânea, dança do ventre, história da Música Popular Brasileira, musicalização e canto coral); reconhecer os grupos artístico-culturais da região e da cidade e prover os meios para seus ensaios e apresentações (rap, axé, *street dance*, preparação vocal, teatro); oferecer atividades de resgate e educação patrimonial a crianças, jovens e idosos (oficinas de patrimônio e diálogo cultural – Senhores e Senhoras do Tempo, A Criança e a Cidade, capoeira e *Lian Gong*²³);

23 O Lian Gong é uma prática corporal elaborada na década de 70 pelo Dr. Zhuang Yuan Ming, médico ortopedista da Medicina Tradicional Chinesa. O objetivo principal do Lian Gong em 18 Terapias é tratar e prevenir dores no corpo, nas articulações, além de atuar nas disfunções dos

oferecer à população da região e da cidade oportunidades de fruição e criação cultural (apresentações de música, dança clássica, dança contemporânea, dança do ventre, jazz, sapateado, teatro infantil e adulto, além de exposições de *graffiti*, pintura, fotografia, poesia e objetos cênicos); promover atividades de intercâmbio cultural, inclusive através da interlocução com idiomas distintos; fornecer assessoria a grupos artístico-culturais da região e da cidade em suas carreiras e nas participações no Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

O centro cultural possui biblioteca decorada, mobiliada e com acervo adequado às diferentes faixas etárias, sala para a reserva técnica, além de salas de ensaios também utilizadas para oficinas de artes plásticas, teatro, dois palcos ao ar livre e hall de exposições.

Os usuários são, em maior número, moradores do entorno do centro cultural. Parcela significativa é oriunda de bairros da região Oeste, a saber: Betânia, Morro das Pedras, Vila Ventosa, Nova Cintra, Nova Granada, Jardim América, Nova Suíça, Havaí, Cabana, dentre outros. Verifica-se também uma pequena parcela de usuários oriundos de outras regiões da cidade, de outras cidades e de outros países, como Colômbia, Espanha e França.

O Centro Cultural Salgado Filho também participa de eventos culturais fora de seu espaço físico com grupos artísticos e apoio, tais como: Festival de Dança no Colégio Salesiano (bairro Gameleira) e evento de rua de várias linguagens artísticas na Avenida Magi Salomão, no bairro Salgado Filho. A política de parcerias também prevê a realização de atividades internas: o CCSF e o Centro de Saúde Salgado Filho trabalham juntos para ofertar as aulas de *Lian Gong*, além das atividades que contemplam o público da Creche Esperança e de escolas públicas e privadas da região.

A biblioteca do Centro Cultural Salgado Filho tem, apenas uma funcionária – bibliotecária. Os serviços oferecidos são: cessão de espaço para leitura, palestras e oficinas; contação de histórias; realização de saraus; empréstimo domiciliar; serviço de referência e visita orientada. Seu horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, das 8h às 17h, e sábados, de 8h às 16h.

Os usuários que frequentam a biblioteca o fazem em função da participação em eventos promovidos pelo centro cultural. No ano de 2009, apenas 4% dos visitantes resultaram em leitores cadastrados. Portanto, o maior número de visitantes constou de crianças de creches e escolas públicas participantes de eventos e oficinas de leitura, seguindo-se jovens e adultos que utilizam o espaço para leitura. Uma pequena parte dos idosos que participam da oficina de *Lian Gong* também frequentam a biblioteca. A biblioteca possui 202 leitores cadastrados. Destes leitores, (67%) são mulheres, os adultos representam 49%, as crianças 25%, os jovens 6% e os idosos 5%. Para foto ilustrativa do ambiente, ver ANEXO D – FIG. 5.

As condições de informatização da biblioteca ainda são precárias. Ela não é informatizada, não está integrada à rede da Fundação Municipal de Cultura e não tem base de dados. O projeto de inclusão digital para a comunidade existe, mas ainda não foi implementado, uma vez que a biblioteca possui os pontos, mas estes pontos se encontram inabilitados. O centro cultural possui acesso à internet discada, apenas para uso interno.

A aquisição de acervo provém substancialmente de doações, como ocorre com outros centros culturais. A aquisição via Fundação Municipal de Cultura é pequena, representado cerca de 20% do total do acervo. Os projetos de contação, narração de histórias, palestras, oficinas e saraus são viabilizados pelos recursos destinados ao centro cultural, mas a viabilização de vários projetos também se efetiva por meio dos voluntários e das parcerias.

Para divulgar seus serviços e atividades, a biblioteca utiliza como principal fonte os usuários do centro cultural, além da reprodução de cópias da programação mensal e

do “mosquitinho”, que traz a apresentação e os serviços da biblioteca. Entretanto, a comunicação interpessoal ainda é a grande responsável pela divulgação da biblioteca junto à comunidade.

A biblioteca ainda não pôde participar de atividades fora de sua sede, uma vez que o acervo foi processado de fevereiro a novembro de 2009, contando com um quadro de pessoal muito reduzido e em constante funcionamento. O bibliotecário responsável considera o espaço da biblioteca adequado em termos de iluminação, ventilação, localização e sinalização.

5.3.4 Centro Cultural Vila Marçola

O Centro Cultural Vila Marçola (CCVM) localizado no Aglomerado da Serra, região centro-sul de Belo Horizonte, foi inaugurado em 18 de agosto de 2007. Fruto dos anseios da comunidade da Vila Marçola, sua concretização foi possível graças à mobilização popular (local) e sua consequente aprovação no Orçamento Participativo 2003/2004.

Os usuários do centro cultural são oriundos da comunidade local e de outras regiões da cidade. Além de usufruírem dos bens culturais disponíveis, o centro cultural oferece diversos tipos de projetos e conta com a parceria de artistas e integrantes de movimentos culturais locais.

Além das atividades desenvolvidas – exposições, cinema programado, apresentações artísticas, coral, sarau de poesia, oficinas, contação de histórias, dentre outros - o centro cultural desenvolve em parceria com outras instituições, atividades em outros locais, como ruas, escolas e sedes de projetos sociais da região. A divulgação dos serviços e atividades oferecidos é feita por meio de folder do centro cultural, contatos diretos com pessoas e instituições locais e por e-mails (Ver ANEXO C).

A biblioteca do Centro Cultural Vila Marçola tem em seu quadro de funcionários uma bibliotecária atuando no espaço desde fevereiro de 2009. Seu horário de funcionamento vai de terça a sexta-feira, das 9h às 17h, sábado, de 9h às 12h. Os serviços oferecidos contemplam a referência, empréstimo domiciliar e ações de incentivo à leitura. Ao todo, a biblioteca possui 326 leitores cadastrados. As atividades desenvolvidas estão respaldadas pelas orientações da Fundação Municipal de Cultura, através do “Projeto Biblioteca”, cabendo ao bibliotecário a autonomia para adaptá-las à realidade da biblioteca.

Os usuários da biblioteca são moradores da Vila Marçola e entorno, predominando crianças e participantes dos projetos desenvolvidos pelo centro cultural. A biblioteca não realiza atividades fora de sua sede mas possui parceria com outras bibliotecas dos centros culturais.

A bibliotecária considera o espaço adequado em termos de iluminação e ventilação, além do mobiliário novo. Porém faz algumas ressalvas em relação à necessidade de um espaço separado para o setor infanto-juvenil, ressaltando a necessidade de substituir as estantes de alvenaria com prateleiras de mármore, que absorvem umidade e danificam os livros, por estantes de aço, mais adequadas para uma biblioteca. Para fotos ilustrativas do ambiente ver ANEXO D – FIG. 6.

5.3.5 Centro Cultural Padre Eustáquio

O Centro Cultural Padre Eustáquio (CCPE) foi inaugurado em dezembro de 2008. O espaço cultural é uma conquista da comunidade, conseguido via Orçamento Participativo. Foram reunidas duas demandas locais: revitalizar a feira de abastecimento, conhecida como “Feira Coberta do Padre Eustáquio”, e construir um centro cultural. O lugar escolhido para sua implementação foi a Feira Coberta do Padre Eustáquio, que hoje divide as funções de ambos os espaços.

Fazem parte das ações deste centro cultural: exposições, oficinas, debates, palestras, espetáculos, exibição de vídeos, “Projeto Música na Feira”, apresentações musicais, grupos de leitura, encontros literários, encontros filosóficos, narração de histórias, oficina de poesia, lançamento de livros, saraus poéticos, “Poesia no Barbante”, dentre outros. A parceria é uma palavra-chave na gestão do centro cultural.

Os usuários do centro cultural não são apenas membros da comunidade local, moradores de outros bairros da região noroeste e da cidade como um todo participam de atividades neste espaço. São atendidos crianças, jovens, adultos e idosos, por projetos que contemplem as faixas etárias distintas.

A consolidação de parcerias é de extrema relevância para o Centro Cultural Padre Eustáquio, seja com a comunidade (Associação de Moradores), com produtores, com artistas, com instituições (Sesc – atividades para a terceira idade; Museu Histórico Abílio Barreto – para desenvolver projeto que resgata a história do bairro Padre Eustáquio), e/ou escolas da região (os alunos são levados ao centro para participar de diferentes atividades, como, de uma palestra, um seminário, um filme, um show ou de uma oficina).

Apesar de ter a vaga para o cargo de produtor cultural, o centro cultural ainda não conta com a colaboração deste profissional. A função acaba sendo distribuída entre o assistente administrativo, o bibliotecário e a arte-educadora. Espera-se que, pelas nomeações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura, esta carência possa ser suprida. Além disso, para o ano de 2010, a instituição está trabalhando com a elaboração do projeto “Rede de Amigos do Centro Cultural Padre Eustáquio”, cujo objetivo consiste em arregimentar pessoas da comunidade dispostas a discutir e contribuir para o melhor atendimento/funcionamento do centro cultural.

Entre os serviços e atividades ofertados pelo centro cultural, a biblioteca se destaca e atrai o maior número de solicitações, já que é uma atividade permanente do centro cultural, além de ter seu funcionamento em tempo integral, mesmo funcionando com uma única bibliotecária. Os serviços oferecidos são: empréstimo domiciliar de livros;

referência; incentivo à leitura, grupos de leitura; consulta ao acervo; narração de histórias, palestras, oficinas de poesia, lançamento de livros, saraus poéticos etc.

A biblioteca funciona de terça a sexta-feira, de 8h às 17h. Sábados, das 9h às 12h. Seus usuários são moradores do bairro Padre Eustáquio e de bairros adjacentes. A faixa etária é diversificada, destacando-se o público infanto-juvenil com a finalidade de ler, desenhar e fazer empréstimo de obras. O público adulto também é muito frequente para a leitura de livros, jornais, revistas e também para empréstimo domiciliar. O total de leitores cadastrados é de 207 usuários.

A aquisição de acervo é feita por meio de compras efetuadas pela Fundação Municipal de Cultura, que tem uma política de aquisição de acervo para equipar as bibliotecas. Entretanto, essas compras não são frequentes. A maior fonte de formação de acervo provém das doações. Quando estas doações não atendem ao perfil do centro cultural, são encaminhadas a outras instituições, como bibliotecas e centros comunitários da região, por exemplo.

Quanto à disponibilidade de computadores, há computador com internet somente para uso interno. Para informatização do acervo, a biblioteca utiliza o sistema BIC (Banco de Informações Culturais) para catalogação do acervo.

A divulgação das atividades desenvolvidas, tanto da biblioteca, quanto do centro cultural é feita por meio de programação impressa própria, do Programe BH e de mailing do centro cultural (Ver ANEXO C).

5.3.6 Centro Cultural Lindeia/Regina

O Centro Cultural Lindeia/Regina (CCLR) localizado no bairro Regina, foi criado em 28 de junho de 2008, via Orçamento Participativo. Dois anos antes de sua inauguração, já existia um movimento de mobilização/sensibilização da comunidade para recebê-lo. Inclusive, antes mesmo de sua inauguração foi realizada uma pesquisa de vocação cultural entre a comunidade local.

Um aspecto curioso dessa instituição é que, pelo fato de estar localizado em uma região carente de espaços de socialização, como praças, pista de cooper, quadras, enfim, de equipamentos de lazer, o centro cultural acaba cumprindo um papel que vai muito além de equipamento cultural, desempenhando uma função social bastante ampliada. Haja vista a diversidade de público atendida, uma vez que o centro cultural (localizado na região do Barreiro) está diretamente interligado a três polos muito distintos: Belo Horizonte, Cidade Industrial e Betim. Os usuários são moradores dos bairros Regina, Lindeia, Duval de Barros, Washington Pires, Jatobá, parte do Tirol, Itaipu, parte da região de Contagem, Industrial, Amazonas e Riacho.

O espaço do centro cultural é dotado de um auditório com capacidade para 120 pessoas sentadas; uma biblioteca; duas salas de oficinas (uma para dança com espelhos e outra para artes em geral – aula de música, de artes plásticas, ensaios etc.); e anfiteatro (teatro de arena descoberto). Vale ressaltar que estes espaços estão abertos para que a comunidade possa usufruí-los, desde que embasados em objetivos que tenham um viés cultural, como acontece com o grupo sertanejo (de “raiz”) que utiliza o espaço para seus ensaios. O centro cultural é um importante incentivador da cultura local. Adolescentes e jovens predominam entre as demais faixas etárias, embora as crianças também se façam presentes.

O centro cultural está rodeado por sete escolas, além das creches, de modo que o público escolar, é sempre presente. A parceria com as escolas municipais por meio do projeto Escola Integrada é reflexo desta realidade. Nesta parceria, são

desenvolvidas apenas atividades que têm o foco cultural. O espaço da biblioteca também é utilizado pelo público escolar para visita orientada e contação de histórias. A presença dos idosos não poderia deixar de ser mencionada. Apesar de não serem maioria, constituem o grupo de música sertaneja de raiz, que, inclusive, costuma se apresentar em outros centros culturais. Dentro do centro cultural, existe uma forte expressão do movimento GLS, que se sente bem acolhido neste espaço bem como acontece com todos os demais grupos.

As atividades de difusão constituem a maior demanda do centro cultural. Existe um grupo de hip-hop local – “Casa do Black” – que, além de ensaiar no espaço, ainda conta com o serviço de difusão do centro cultural; os eventos da “Tarde do Sertão” – que se destinam a promover a cultura sertaneja local; o sarau literário e musical; um grupo de rap “Reação da Favela”; projeto “Metamorfose” – em que a juventude registra características culturais do bairro em meio digital; e oficinas de música, dança e teatro. Estas e outras atividades são lançadas no Sistema da Fundação Municipal de Cultura até o quinto dia útil de cada mês. Essas informações são também utilizadas em momentos de trocas com outros centros culturais que possuam características semelhantes. Então, os centros trabalham em parceria e, quando possível, desenvolvem atividades de extensão. O centro cultural tem um produtor cultural, mas ainda não tem arte-educador.

A biblioteca tem apenas uma funcionária - a bibliotecária. Apesar de ter sido criada ao mesmo tempo em que o centro cultural, a biblioteca somente esteve aberta para atender ao público em torno de seis meses após sua inauguração, tempo necessário para a chegada da bibliotecária e, conseqüentemente, do processamento do acervo. A biblioteca já era um desejo da comunidade incentivado pela passagem do carro-biblioteca da UFMG, desde 1984, pela comunidade. Com a criação da biblioteca do centro cultural, o carro-biblioteca encerrou suas atividades no bairro.

Entre os serviços oferecidos estão: consulta ao acervo com 3.000 títulos registrados; espaço para leitura; cantinho da criança com mobiliário adequado, brinquedos, pufes e tapete; empréstimo domiciliar, jornal *Estado de Minas* para leitura local. A biblioteca

está aberta de terça a sexta-feira, das 9h às 21h, e aos sábados, das 9h às 17h. Assim como acontece com o centro cultural, os jovens são maioria entre os usuários, seguidos pelas crianças. Os adultos aparecem em terceiro lugar e em menor quantidade, os idosos. A biblioteca tem 413 leitores cadastrados. Para fotos ilustrativas do ambiente ver ANEXO D – FIGs. 8 e 9.

Quanto à informatização, a biblioteca faz o controle de empréstimo e gerenciamento do acervo no Minibiblio, software livre e gratuito. O Lotus-Notes, sistema utilizado pela Fundação Municipal de Cultura, está implantado na biblioteca desde novembro de 2009, mas ainda não está em funcionamento. A Internet ainda não foi instalada.

A aquisição de acervo é feita, basicamente, mediante doações, a saber: doação voluntária de usuários do centro cultural e comunidade local; parceria entre os centros culturais Lindeia/Regina, Santa Rita e Urucuia e Via Shopping Barreiro para campanha de arrecadação de livros; parceria com o carro-biblioteca da UFMG; e parceria com escolas públicas da região. Em julho de 2009, a biblioteca recebeu cerca de 2.000 títulos oriundos de uma escola particular em função de doação solicitada via e-mail.

Os projetos específicos da biblioteca são: sarau literário, contação de histórias e exibição de filmes. Estes projetos são desenvolvidos no auditório do centro cultural, já que o seu não comporta tais atividades. A biblioteca não oferece ou participa de serviços e atividades fora de sua sede, mas mantém parcerias com centros culturais da região e suas respectivas bibliotecas. A divulgação dos serviços e atividades se faz por meio de cartazes, do Programe BH, da programação mensal do centro cultural e por e-mail.

5.3.7 Centro Cultural Pampulha

O Centro Cultural Pampulha (CCP) foi inaugurado em outubro de 2000. Já em 1993, a comunidade começou a se organizar para tornar viável a implantação da instituição, que culminaria em sua aprovação no Orçamento Participativo de 1998. O espaço em que foi construído o centro cultural era um lote comunitário do bairro, referência em diversos tipos de manifestações. A referência para construção seria o Centro de Cultura Lagoa do Nado.

No espaço que conta com biblioteca, sala de projeção, oficinas e ampla área para apresentações artísticas, são oferecidas atividades como: oficinas de artes; encontro com profissionais da cultura; programa de patrimônio voltado para a terceira idade; projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela biblioteca; e difusão de shows e apresentações artísticas. Entre os mais procurados estão o projeto “Senhores e Senhoras do Tempo” (projeto de patrimônio) para terceira idade, e o “Projeto Biblioteca”, mais procurado. Assim como acontece com outros centros culturais, o lançamento de informações no Sistema da Fundação Municipal de Cultural ocorre mensalmente.

As atividades desenvolvidas não estão restritas ao espaço físico do centro cultural. Existem diversas parcerias, por exemplo: com o Instituto Aviva (órgão de cultura); projeto A tela e o Texto (associação cultural); cessão de contadores de história para creches da região; o projeto Vem pra Rua - encontros de arte e cultura semanais em diferentes ruas do bairro; além das conversas que têm sido feitas com o Sesc e com a Escola de Samba Canto da Alvorada, no sentido de gerar novas parcerias.

A biblioteca do Centro Cultural Pampulha tem apenas dois funcionários prestando serviços de consulta ao acervo, empréstimo domiciliar e referência. Os projetos específicos da biblioteca são: sarau literário; contação/narração de histórias; estudos literários; e oficinas temáticas com base em produções literárias. Os horários de

funcionamento são de segunda a sexta-feira, das 09h às 20h, e sábado, das 09h às 13h. Foto ilustrativa do ambiente, ver ANEXO D – FIG.10.

Os usuários são jovens (maioria), crianças e adultos da comunidade local, que utilizam a biblioteca para consulta ao acervo, empréstimos e pesquisas. Ao todo, são 2283 leitores cadastrados. A biblioteca é informatizada e possui base de dados. A internet está disponível somente para uso interno.

A aquisição de acervo é feita por doações da comunidade e adesão voluntária aos projetos. O espaço da biblioteca é considerado adequado. A divulgação das atividades ocorre pelo contato direto com a comunidade, cartazes, e-mails e folders.

5.3.8 Centro Cultural Venda Nova

O Centro Cultural Venda Nova (CCVN) foi inaugurado em 12 de agosto de 2007. A construção deste espaço é fruto da luta popular por um espaço que privilegiasse a cultura na região. Vários atores, como lideranças comunitárias, agentes culturais e artistas da região, intervieram no processo para que a obra fosse aprovada no Orçamento Participativo de 2001/2002.

Suas instalações abrigam sala de exposições, biblioteca, auditório e área externa arborizada. As atividades desenvolvidas são constituídas por saraus; contação/narração de livro da biblioteca; estudos literários; oficinas, “Projeto Papiro Arte”, que trabalha com a arte em papel; exibição de filmes, dança de salão, aulas de violão, exposições, Liang Gong (prática corporal) dentre outras. Para que o espaço atenda de maneira mais satisfatória às atividades desenvolvidas, é necessária a construção de uma sala de oficinas e a ampliação da biblioteca.

Os usuários são jovens (maioria), crianças e adultos da comunidade local, que utilizam a biblioteca para consulta ao acervo, empréstimos e pesquisas. Em relação

aos usuários, destacam-se o público infantil (40%), infanto-juvenil (30%), adultos e idosos (4%), com a finalidade de realizar empréstimos, leitura, participar de projetos, fazer pesquisas escolares, dentre outros. O total de leitores cadastrados é de 780 usuários. A biblioteca é informatizada e possui base de dados, mas a informatização do acervo se encontra em fase de implantação. A internet está disponível somente para uso interno.

A biblioteca tem em seu quadro de funcionários uma bibliotecária e dois auxiliares. Os seguintes serviços/atividades são oferecidos: empréstimo domiciliar de livros; auxílio à pesquisa; atividades de incentivo à leitura - projetos Li e nunca esqueci, Sentido do verbo, Contação de histórias; atividades de incentivo à preservação do acervo; e divulgação de atividades do centro cultural. Seu horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, de 9h às 18h, e aos sábados, das 9h às 13h. Fotos ilustrativas do ambiente, ver ANEXO D – FIGs. 11 e 12.

A divulgação das atividades desenvolvidas é feita pela programação mensal do centro, do Programe BH, de visitas às escolas, por e-mail, telefone, e comunicação direta com os usuários. Entre as parcerias firmadas com a biblioteca estão a sala de leitura no Centro de Referência da Assistência (CRAS Apolônia), bibliotecas de escolas polo da rede municipal de ensino, e biblioteca comunitária do Centro de Apoio Comunitário (CAC), ainda em formação.

TABELA 06 - Parte 1- Perfil das bibliotecas dos centros culturais da FMC

	CCAVCruz	CCPampulha	CCPEustáquio	CCVNova
Funcionários	2	2	1	3
Dias de funcionamento	3ª 6ª- 9 às 17 Sáb. 9 às 13 2ª organização interna	3ª 6ª- 9 às 20 Sáb. 9 às 13	3ª 6ª- 8 às 17 Sáb. 9 às 12	3ª 6ª- 9 às 18 Sáb. 9 às 13
Projetos	Ponto de Leitura; Semana do livro infantil Semana Paulo Freire Gincanas culturais Exibição de filmes; Hora do conto Apresentação teatral Palestras Cursos e oficinas: Literatura, desenho e outros Bate papo com leitores e ilustradores	Sarau literário Contaço/narração de algum livro da biblioteca Estudos literários Oficinas temáticas com base em produções literárias	Grupos de leitura Encontros literários Encontros filosóficos Narração de histórias Palestras Oficina de Poesia Lançamento de livros Saraus poéticos Poesia no barbante etc.	Sentidos do verbo/ circuito pró leitura Contaço de histórias Oficinas Brincadeiras Li e nunca esqueci Sarau literários Sarau musical
Acervo	5.820	7200	5000	4000
Usuários cadastrados	852	2283	207	780
Maior público	Infanto-juvenil	Jovem	Adulto	Infantil
Média mensal	450	550	504	600
Informatizada Base de dados	Lótus- Notes / BIC Empréstimo informatizado	Sim	Sim – BIC (Para catalogação)	Não
Internet interna	Sim, 3	Sim	Sim	Não
Internet para usuários	Sim 4 - PIM Programa de Internet Municipal.	Não	Não	Não
Espaço adequado	Não. Pequeno para o acervo, leitores, iluminação ruim e sem acessibilidade a cadeirantes.	Sim	Sim	Em parte. O espaço precisa ser ampliado.

Fonte: Entrevistas

TABELA 06 - Parte 2 - Perfil das bibliotecas dos centros culturais da FMC

	CCSFilho	CCLRegina	CCVMarçola	CCLNado
Funcionários	1	1	1	7
Dias de funcionamento	3ª 6ª- 8 às 17 Sáb de 8 às 16	3ª 6ª- 9 às 21 Sáb de 9 às 17	3ª 6ª- 9 às 17 Sáb de 9 às 12	3ª 6ª- 8 às 17 Sáb. Domingos e feriados de 9 às 17
Projetos	Contação/narração de história Palestras Saraus Encontros literários	Sarau literário Contação de histórias Exibição de filmes	Sarau infanto-juvenil	Roda de história; Filmes Visitas agendadas
Acervo	2.791	3000	3000	8254
Usuários cadastrados	202	413	326	6086
Maior público	Infantil	Jovem	Infantil	Adulto
Média mensal	401	671	300	800
Informatizada	Não	Sim	Não	Sim.
Base de dados		Minibiblio-software livre. Empréstimo informatizado		BIC
Internet interna	Não	Não	Sim	Sim
Internet para usuários	Não	Não	Não	Sim
Espaço adequado	Sim	Sim	Sim. Mas o setor infantil deveria ser separado. As estantes de alvenaria não são adequadas.	Não. Casarão adaptado

Fonte: Entrevistas

5.4 Os centros culturais como uma rede de ações descentralizadora da cultura

Analisando as informações e dados colhidos durante esta pesquisa, pudemos notar que os centros culturais constituem uma rede de equipamentos culturais voltados para a descentralização da cultura, seja através de verbas públicas ou mesmo de parcerias. A parceria é uma palavra-chave para estes espaços e para os próprios parceiros. Ao longo desta análise, levantaremos alguns elementos relevantes e pertinentes para a compreensão da natureza destes espaços.

A diversidade da programação oferecida pelos centros culturais possibilita aos usuários um leque maior de opções, áreas de interesse e a possibilidade de se descobrir novas aptidões, variar o gosto e ampliar os conhecimentos. A cada mês novos projetos são desenvolvidos a fim de atender a demandas concretas, possibilitando encontros e trocas entre pessoas e grupos pela experimentação de diversos tipos de práticas culturais, como a formação, reflexão, discussão ou criação, segundo entrevista abaixo.

Então a gente tem toda uma preocupação também de estar ofertando cada vez mais um leque maior, possibilidade maior, pra contribuir mesmo pra informação das pessoas, a formação como cidadã, pra que elas desenvolvam sentimento de pertencimento que elas são partes, são integrantes, são pessoas, são construtoras, e pessoas que promovem e fazem cultura, e a gente procura tá possibilitando também que elas conheçam outras linguagens que não meramente seja aquilo que é imposto muitas vezes pela mídia massificada, mas que ela tenha esse contato pra que ela possa discernir também, por que muitas vezes elas só gostam de um estilo musical, têm um determinado gosto, porque muitas vezes ela também não teve oportunidade de conhecer outro, a partir do momento que ela conhece, ela, não, eu gosto disso, daquilo, daquilo outro, ela passa a também ser uma pessoa mais crítica concernente ao que é produzido, à produção mercadológica, enfim. (Coordenadora dos Projetos de Difusão Cultural do CCLN)

O contato com o novo, com experiências ainda não vivenciadas traz para as comunidades atendidas novas possibilidades. Não basta ofertar qualquer coisa, há de se ter em mente um compromisso em trazer algo que realmente vá acrescentar às pessoas. Os centros culturais são equipamentos responsáveis por ofertar à população de forma gratuita atividades culturais que já acontecem em outros espaços da cidade, públicos ou privados. É a democratização do acesso aos bens culturais e ao direito cultural, direito este garantido pela Constituição Brasileira.

Os centros culturais recebem sugestões e críticas dos parceiros, artistas e comunidade em geral e procurando atender às suas demandas dentro do perfil de trabalho de cada instituição e seguindo as diretrizes da Fundação Municipal de Cultura. Mas, segundo o coordenador do CCPE, sempre é feita uma avaliação daquilo que é sugerido pela comunidade, pois muitas vezes são pedidos sempre os mesmos tipos de oficinas, baseadas na cultura que já conhecem, tais como axé e capoeira. Mas o papel do centro cultural é maior, ele deve oferecer novidades e buscar ampliar o leque de opções a serem oferecidas aos usuários. As ações desenvolvidas devem estar voltadas para a promoção da cidadania e o crescimento integral das pessoas.

A preocupação com o espaço também é uma constante. Os ambientes e os espaços dos centros culturais são bem diferenciados. Mas todos possuem, no mínimo, um salão multiuso, onde são feitas apresentações, ensaios, oficinas, dentre outras ações, e uma biblioteca. Mas a necessidade de novas dependências para comportar diversos tipos de oficinas e apresentações acabou por influenciar no planejamento, construção e adaptação dos espaços dos centros culturais. Podemos citar como exemplo os CCLR, CCPE e CCSF, que são centros culturais mais novos, todos inaugurados em 2008, já planejados com salas para oficinas, além de espaços para auditório e biblioteca. Já o Centro Cultural Venda Nova, apesar de também ter sido inaugurado recentemente, em 2007, foi instalado em uma antiga moradia, não havendo espaços suficientes para comportar diversas oficinas, havendo a necessidade de construir duas novas salas utilizando a área livre que é bem grande.

Desta forma, cada centro vai tentando se adaptar às suas necessidades e demandas diferenciadas.

Centros culturais mais novos também possuem problemas para utilização de seus espaços. Mesmo tendo sido construídos há pouco tempo os centros culturais Salgado Filho e Lindeia/Regina sofrem com problemas advindos ainda da construção, tais como infiltrações e assoalhos soltando. A morosidade da manutenção por parte da prefeitura acaba impedindo alguns espaços de serem utilizados devidamente.

A questão dos espaços é um aspecto muito importante para os centros culturais, pois precisam comportar todas as ações desenvolvidas pelos centros culturais, muitas vezes atividades concomitantes, além disso, são espaços também utilizados pela comunidade em geral e comunidade escolar para encontros, ensaios e atividades concernentes à área cultural. Para este uso, é necessário agendar e comunicar o tipo de atividade que será desenvolvida no local, devendo ser atividades condizentes com a proposta de trabalho destes espaços. Como os centros culturais não podem fomentar financeiramente novos grupos artísticos da região, estes grupos fomentados via infraestrutura - cessão de espaços para ensaio, por exemplo - e acompanhamentos quando possível.

A equipe mínima de um centro cultural é constituída pelo coordenador, bibliotecário, um arte-educador ou produtor cultural e um auxiliar administrativo. Mas cada espaço possui um número diferenciado de funcionários. A necessidade de aumentar o número de funcionários é grande, pois as atividades desenvolvidas pelos centros culturais e pelas bibliotecas são diversas e periódicas. As ações de toda a equipe são voltadas para o bom funcionamento do centro e se manifestam pelas ações culturais desenvolvidas, tendo em vista que o objeto de trabalho dos centros culturais constitui a ação cultural em prol da descentralização cultural.

Os centros culturais são instituições abertas a todos. O público que frequenta estes espaços é bem diverso, mas, de uma forma geral, se constitui de todos aqueles que

se interessam por bens culturais, que buscam lazer, entretenimento, informação e cultura. O que se pode perceber pelas entrevistas é que a maioria dos usuários são moradores mais próximos aos centros, mas, o alcance destes espaços é bem amplo e compreende também os bairros em seu entorno e, dependendo da localização, das regiões mais próximas. Podemos citar como exemplos o Centro Cultural Lindeia/Regina e o Centro de Cultura Lagoa do Nado, espaços que se localizam na confluência de bairros e atendem a usuários de diversas regiões, incluindo cidades da região metropolitana de Belo Horizonte.

Os usuários se encontram nas mais diversas faixas etárias e buscam este tipo de espaço para participarem em oficinas, atividades, assistir a espetáculos e apresentações, estudos, encontros, concursos e também a todas as atividades oferecidas pela biblioteca. A parceria com escolas e creches próximas aos centros culturais, principalmente com o projeto da Escola Integrada, destina-se a um público assíduo aos centros, a fim de participar de contações de histórias, exposições de filmes, oficinas, visitas orientadas à biblioteca e participação em suas atividades. É um público que, além de participar de ações pela escola, é tido como um futuro usuário do espaço, pois, a partir do momento em que passa a conhecê-lo, poderá vir a se tornar um usuário frequente, desta forma, criança e jovens que não iam ao centro cultural passam a frequentá-lo.

O uso das bibliotecas e mesmo dos centros culturais pelos idosos tem crescido em função de projetos voltados para memória, como “Senhores e Senhoras do Tempo” e oficinas para o trabalho mental e corporal que alguns centros culturais desenvolvem tais como - Liang Gong, Tai Chi Chuan e Yoga.

Como já foi abordado anteriormente, para o desenvolvimento de diversas ações os centros culturais se utilizam das parcerias, que são de fundamental importância para estas instituições. Devido à limitação de verba disponibilizada para desenvolverem seus trabalhos, diversas oficinas são realizadas via voluntariado. Os parceiros são entidades da sociedade civil e membros da própria comunidade, que, ao mesmo

tempo em que divulgam seus trabalhos, também contribuem com as atividades do centro cultural.

Estas parcerias geram ações dentro e fora dos centros culturais. Espaços como praças, escolas, ruas, sedes de projetos sociais da região e mesmo outros centros culturais são palcos de diversas ações implementadas pelos centros culturais. Em relação aos parceiros, podemos citar ONGs, instituições diversas, movimentos sociais, grupos culturais, associação de moradores e o Sesc, além da cooperação entre setores da própria PBH - Intersetorialidade (Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos).

A disponibilidade de funcionários dos centros culturais para desenvolver atividades em outros locais não acontece com tanta frequência, pois implica falta deste funcionário para desenvolver as atividades nos centros de cultura de origem, já que a equipe dos centros culturais é composta de um número reduzido de pessoas. Desta forma, na medida do possível, são realizadas ações fora destes espaços culturais. Uma outra parte das ações é feita por meio de contratações com recursos advindos da PBH.

Todas as ações desenvolvidas pelos centros culturais são monitoradas em forma de dados estatísticos e enviadas à Fundação Municipal de Cultura pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP. Anualmente, este setor transforma estes dados no “Relatório de prestação de contas da PBH”, que é um documento de prestação de contas e controle orçamentário e financeiro das ações desenvolvidas pelas unidades culturais da Fundação Municipal de Cultura. O relatório tem um histórico anual dos programas estabelecidos pela FMC, dos projetos implementados, da quantidade de atividades em cada projeto e da quantidade de público. Isto é feito com dados de todas as unidades culturais pertencentes à FMC. Na Tabela 06, podemos observar o total de projetos, atividades e público em cada um dos centros culturais pesquisados no ano de 2009.

TABELA 07 - Demonstrativo do total de projetos, atividades e públicos das unidades culturais entrevistadas.

UNIDADE CULTURAL	TOTAL DE PROJETOS	TOTAL DE ATIVIDADES	TOTAL DE PÚBLICO
Centro Cultural Alto Vera Cruz	10	224	15.268
Centro Cultural Lindeia/Regina	13	954	40.768
Centro de Cultura Lagoa do Nado	11	907	78.828
Centro Cultural Pampulha	11	244	13.198
Centro Cultural Padre Eustáquio	10	301	25.148
Centro Cultural Salgado Filho	10	586	21.312
Centro Cultural Vila Marçola	9	556	9.769
Centro Cultural Venda Nova	12	289	18.459

Fonte: PBH. "Relatório de prestação de contas da PBH – 2009"

Os projetos e atividades dos centros culturais têm a intenção de fruição, sensibilização e expressão cultural. Eles não possuem um caráter material, seu fim não é o produto, mas sim sua ação, criação e apropriação de bens. Todos os projetos que visem à geração de algum produto têm como resultado sua apresentação à comunidade. Sempre que uma oficina é pensada, também é pensado seu resultado final. Oficinas de dança, música e teatro são devolvidas à comunidade na forma de apresentações. Se for produzido algo material, tal como acontece em oficinas de artesanato, brinquedos e máscaras, este material fica com os próprios produtores. Desta forma, pode-se tomar como exemplo uma oficina de máscaras ou de argila, em que deve ser levado em consideração o fato de ela ser feita com alunos iniciantes e curiosos em determinada técnica, de modo que o objetivo da atividade está na sensibilização para este tipo de arte, tratando-se mais da expressão de alguém do que um trabalho artístico pra ser mostrado. *“Muitas vezes, a ferramenta da cultura é o melhoramento da alma, é uma ampliação duma ótica, da percepção de uma técnica.”* (Coordenador do CCPE). Mesmo se fosse intenção dos centros culturais guardar este tipo de acervo, nenhuma das instituições entrevistadas possuiria espaço adequado para acondicionar esses materiais especiais nem profissionais para trabalhar com a questão do tratamento do acervo.

O importante para os centros é eles serem espaços de fruição cultural, de contato com a linguagem artística.

Os centros culturais procuram sempre registrar as ações por meio de fotos, na grande maioria das vezes, e por filmagens, em alguns casos. Os registros fotográficos ficam arquivados em computadores ou em Cds e compõem o acervo de memória dos centros culturais. Mas estas unidades culturais não possuem pessoas especializadas para tratar este acervo midiático, e como se trata de um acervo vasto, ele fica à espera de um profissional que possa catalogá-los e editá-los. Mas, apesar de estes acervos não estarem tratados adequadamente, eles são utilizados para compor exposições e painéis, ou mesmo disponibilizados para fins de pesquisa. O registro e a preservação das ações desenvolvidas são imprescindíveis para compor a memória dos próprios centros culturais.

Os centros são espaços culturais importantes por proporcionarem o direito à livre participação cultural, à livre difusão, à livre criação, e ao enriquecimento pessoal como formador de senso crítico. Destacamos alguns trechos nas entrevistas para melhor elucidar a importância dos centros culturais na opinião dos coordenadores de cada local pesquisado:

“Os centros culturais de BH formam hoje uma rede de equipamentos que possibilitam a descentralização da política cultural da cidade. O direito à cultura está previsto constitucionalmente, portanto, os centros culturais são unidades prestadoras de serviços ao cidadão.” (CCVN)

“No nosso entendimento, a FMC, através dos centros culturais, como políticas públicas descentralizadas, constrói junto com a população este novo jeito de ser cidadão/cidadã, tendo a cultura como direito. Consideramos, então, uma grande conquista o povo ir incorporando este espaço como seu e participando de sua história.” (CCA VC)

“Pois é, todas as atividades aqui são muito importantes para a comunidade, no sentido de oferecer à comunidade um contato com as artes, uma formação cultural. Então é importante porque é um espaço de conhecimento, é um espaço de formação, é um espaço de contato com as artes, mas também é um espaço de entretenimento.” (CCPE)

“Sendo novo (um ano de idade), o Centro Cultural Salgado Filho ainda se encontra em fase de apropriação pela comunidade local. Seu lugar ainda é objeto de elaboração no imaginário coletivo dos moradores do entorno e d'além, mas este é um processo que se encontra adiantado. Hoje, o comparecimento do público às atividades não é mais uma incógnita, já é possível prever sua presença, o que demonstra que pouco a pouco o centro cultural vai se consolidando na paisagem urbana da região e no patrimônio simbólico dos moradores.” (CCSF)

“São extremamente importantes a partir do momento em que acho que provocam as pessoas, [...] acho que suscitam, na verdade seria esta a palavra, outras emoções, outras leituras, outros olhares, acerca daquilo que não é produzido ou que não é veiculado, a que elas [populações] não têm acesso cotidianamente, então eu acho que é pro enriquecimento mesmo pessoal enquanto formador de opinião, de senso crítico, acho que os centros culturais eles têm esse papel e essa importância fundamental, sabe.” (Coordenadora dos Projetos de Difusão Cultural do CCLN)

“[...] o centro cultural, ele é o único espaço de socialização, sociabilidade, de convivência cultural dessa região bem grande aqui do entorno.” Alguns bairros não têm praças, quadras, nenhum equipamento de lazer. “[...] o centro cultural, acaba cumprindo um papel muito além de ser um mero equipamento cultural. Ele atende, tem uma função social ampliada.”(CCLR)

“São veículos de efetivação da política pública de centros culturais, além de significarem uma alternativa de ampliação do universo cultural de seus frequentadores e da comunidade em seu entorno. Possibilitam a ampliação do acesso aos bens da cultura.” (CCVM)

Mas não basta apenas que os centros culturais disponibilizem seus bens culturais, seu espaço e funcionários a fim de se efetivarem como espaços de democratização cultural. Sem o público, estas unidades culturais não cumprem seu papel. A cultura é um setor que precisa muito de divulgação. Os veículos de divulgação utilizados pelos centros culturais são diversos: o site da prefeitura, o folder mensal de cada um deles, a produção de cartazes por alguns e principalmente o e-mail²⁴. Os usuários dos centros culturais que possuem interesse recebem via e-mail toda a programação do espaço que frequentam, e a partir deste cadastro vão recebendo periodicamente todas as informações relativas às ações desenvolvidas por ele. Estes usuários estão sempre atualizados. É uma forma rápida, prática e confortável de receber as chamadas para as mais diversas ações culturais oferecidas pelos centros culturais. Ainda em relação ao tipo de divulgação, dependendo do evento, a imprensa faz algum tipo de cobertura, mas, de uma forma geral, a divulgação é um setor que ainda tem que se aperfeiçoar, pois veículos como o Programe BH e o folder de cada centro cultural não são encontrados facilmente em qualquer local. O acesso a eles ainda é restrito.

Para decisões quanto aos trabalhos desenvolvidos, cronogramas, divulgação, além da avaliação das ações implementadas, os centros culturais fazem reuniões periódicas, na grande maioria com todos os funcionários do espaço. Alguns centros também fazem avaliações com seus parceiros e com a comunidade. São momentos importantes de interação e avaliação das atividades, que são mais aproveitados pelos centros que fazem desta avaliação uma atividade rotineira e da qual todos os funcionários participam. Somente desta forma, a avaliação, como um trabalho coletivo e estruturado, poderá gerar bons resultados.

24 Foram selecionados alguns mailings para exemplificar este tipo de divulgação. Os documentos estão em anexo.

6 AS BIBLIOTECAS DOS CENTROS CULTURAIS DE BELO HORIZONTE

Como uma instituição social e pública, a biblioteca pertencente ao centro cultural constitui um espaço aberto à população, em que são oferecidos vários tipos de ações, projetos e serviços que pretendem servir de apoio ao ensino, à pesquisa, ao entretenimento, ao fornecimento de informações utilitárias, mas, prioritariamente, à promoção cultural e ao incentivo à leitura.

A biblioteca é um dos projetos dos centros culturais e está inserida dentro do programa de incentivo à leitura. A principal função do “Projeto Biblioteca” é incentivar os usuários a desenvolver o gosto pela leitura, seja pela literatura, periódicos ou mesmo pela leitura de mundo, por meio de oficinas, diálogos e debates. A biblioteca, como um equipamento cultural de socialização, acesso e troca de informações, contribui para o exercício dos direitos culturais pela descentralização da política cultural da cidade. Segundo diretrizes que estabelecem a ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura:

Art. 2º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão de Atendimento e Formação de Público:

I - constituir-se como local de formação de cidadania e acesso à informação, contribuindo no exercício de direitos culturais e informacionais; (PBH, 2009).

A instrução normativa citada, FMC nº.01 de 03 de março de 2009, é um importante documento que estabelece diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura. Trata-se de um documento produzido por bibliotecários da FMC, que buscaram levar em conta as especificidades de cada biblioteca e o conteúdo teórico de Biblioteconomia, abordando questões importantes que norteiam os trabalhos nas bibliotecas. São disciplinados os seguintes assuntos: Gestão de Atendimento e Formação de Público; Gestão da Política de Desenvolvimento do Acervo; Gestão de Tratamento da Informação, Organização e

Preservação do Acervo; Gestão do Serviço de Referência; Gestão do Serviço de Empréstimo; Gestão das Ações de Formação, Difusão Cultural, Incentivo à Leitura, Memória e Patrimônio; e Gestão da Infraestrutura e Recursos Humanos.

O projeto “Biblioteca”, único dentre os projetos do centro cultural em constante funcionamento, é o espaço que está sempre aberto e pronto a atender à comunidade. Os demais projetos são esporádicos e/ou pontuais.

As bibliotecas dos centros culturais funcionam de terça a sábado, e apenas a biblioteca do Centro de Cultura Lagoa do Nado funciona aos domingos e feriados. Nas segundas-feiras, as bibliotecas funcionam apenas para trabalho interno, elas não atendem ao público. Os dias de funcionamento das bibliotecas são os mesmos de seus respectivos centros culturais. Conforme entrevista com a bibliotecária do CCVN, a abertura das bibliotecas apenas até o sábado acaba não atendendo ao trabalhador que teria apenas o domingo para poder utilizar este espaço. A solução seria a ampliação do número de funcionários para que, desta forma, pudessem abarcar dentro de sua programação o dia do domingo, fazendo com que o público adulto, que trabalha de segunda a sábado, também possa utilizar os serviços das bibliotecas.

O espaço físico de cada biblioteca é bem diferenciado. Pufes, tapetes e mesas apropriadas tanto para o público adulto quanto para o infantil compõem o ambiente de diversas bibliotecas. Segundo os bibliotecários entrevistados, a maioria das bibliotecas possui um espaço adequado para suas atividades. Apenas três bibliotecas - CCAVC, CCVN e CCLN - veem a necessidade de algumas mudanças, como a ampliação de suas instalações devido ao crescimento da frequência de usuários e do acervo, e para uma melhor organização dos mobiliários e desenvolvimento de suas atividades; e melhor adequação da iluminação e necessidade de adequar a acessibilidade do local aos cadeirantes. A biblioteca do CCVM, conforme entrevista da bibliotecária, é um espaço que atende à demanda, apenas precisam ser feitas algumas modificações internas no que diz respeito à

substituição das prateleiras de alvenaria pelas de aço e da possibilidade de separação do setor infantil dos demais.

A política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas se embasa na construção de um espaço voltado para a literatura e para as áreas artísticas e culturais. Apesar de serem muito frequentadas por estudantes para pesquisas escolares, não é a função desta biblioteca assumir este papel. Mas, como é uma demanda presente, as bibliotecas buscam atender a todos dentro das possibilidades do acervo, entretanto estes espaços possuem poucos materiais voltados para pesquisa escolar.

O perfil do acervo é reflexo da política construída com o objetivo de visar à leitura, retratando bem o nome do programa em que se encontra o “Projeto Biblioteca”: Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura. A ênfase do acervo é totalmente voltada para as áreas artístico-culturais, tais como arquitetura, artes cênicas, plásticas e audiovisuais, a música, a literatura, a memória, o patrimônio, dentre outras.

Nas diretrizes que regem a gestão da política de desenvolvimento do acervo, fica bem explícito que os acervos das unidades culturais da FMC devem seguir as especificidades da área em que atuam:

Art. 3º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão da Política de Desenvolvimento do Acervo:

I - elaborar política de desenvolvimento de acervo, de acordo com as especificidades da área de ação, observados os objetivos, critérios e formas de seleção para aquisição, repasse e descarte. (FMC, 2009)

As bibliotecas dos centros culturais possuem um acervo variado para consultas locais e empréstimos domiciliares. O acervo é constituído por livros literários - literatura infantil, infanto-juvenil e adulta, - brasileira e estrangeira-, materiais de referência, materiais relativos às mais diversas áreas, tendo como ênfase a arte, cultura e humanidades, gibis e periódicos, Cds, VHS e DVDs.

Os acervos das bibliotecas estão progressivamente sendo informatizados via banco de dados – Lotus-Notes/BIC - Banco de Informações Culturais. Desta forma, o serviço de referência, informações relativas a empréstimos, renovação de livros e o acervo dentre outros serão serviços informatizados. Através do BIC as bibliotecas têm acesso a todas as bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura – FMC. O BIC já está em funcionamento, mas nem todos os acervos estão inseridos no sistema. O objetivo contido no “Caderno de Projetos dos Centros Culturais Locais” é que todas as bibliotecas estejam interligadas:

Quando as bibliotecas da FMC estiverem conectadas em rede, será possível a algumas delas se especializarem em áreas específicas, conforme as características dos centros culturais, sua localização e seus usuários. O sistema de intercâmbio entre as bibliotecas irá garantir aos usuários o acesso a todos os acervos. (PBH, 2008, p. 7)

Cada biblioteca dos centros culturais ao ser inaugurada recebe um acervo inicial enviado pela Fundação Municipal de Cultura, um acervo variado contendo diversos tipos de literatura a fim de compor uma base para o acervo que irá se expandir. Também são recebidos pelas bibliotecas periódicos assinados pela FMC ou mesmo recebidos por doações. A partir de então, cada acervo irá se compor por meio de doações ou mesmo de outros materiais enviados pela FMC. Mas conforme relata a bibliotecária do CCLR, “[...] a maioria [do acervo] é adquirida através de doações”. Cabe a cada biblioteca buscar meios diferentes para arrecadar as doações, seja de forma voluntária pelos usuários e comunidade em geral, seja através de parceria com outros centros culturais; de campanhas de arrecadação de livros; de parceria com o carro-biblioteca da UFMG (biblioteca do CCLR); ou mesmo de pedidos encaminhados a escolas particulares de Belo Horizonte.

Como citado anteriormente, a formação do acervo das bibliotecas é constituído de duas formas: por compras feitas pela FMC ou por meio de doações, sendo estas as grandes mantenedoras dos acervos das bibliotecas dos centros culturais. O crescimento do acervo das bibliotecas, além de se dar por meio dos materiais enviados pela Fundação e das doações citadas anteriormente, também ocorre por

meio de outras parcerias, tais como de editoras, instituições diversas, associações, ONGs, dentre outros.

A escolha dos materiais comprados e enviados às bibliotecas é feita diretamente pela FMC. A diretoria que coordena os centros culturais possui uma política de compras e é a responsável por manter as bibliotecas atualizadas, pelo menos no papel. Desta forma, os recursos financeiros recebidos pelos centros culturais são utilizados em outros projetos desenvolvidos por cada instituição. Diversas atividades já têm setores específicos na fundação, tais como manutenção, almoxarifado e restauração de livro, ou seja, para algumas ações e necessidades já existe um setor a quem os centros culturais devem se remeter. No “Caderno de Projetos dos Centros Culturais Locais” consta que

[...] a biblioteca de um centro cultural tem características que a diferem de outras bibliotecas públicas. O acervo deve ser variado, com obras de referência em todas as áreas do conhecimento, mas com ênfase em humanidades e conteúdos que privilegiem os segmentos artísticos e culturais, nas suas variadas linguagens e suportes. Como são poucas as bibliotecas especializadas em arte, o acervo dos centros culturais, além da literatura, deve possuir uma bibliografia e uma midiateca (cds, dvds e outros suportes) básica nas áreas de artes plásticas, artes visuais, música e artes cênicas. Este acervo é fundamental ainda para subsidiar as atividades realizadas no interior dos centros culturais, particularmente as oficinas de formação artística. (FMC, 2008, p. 6)

Em relação às doações, nem todos os materiais são incorporados ao acervo. Sempre é feita uma avaliação dos materiais recebidos e apenas são incorporados aqueles que sigam a linha de atuação dos centros culturais. O restante das doações é encaminhado a outras instituições que possam utilizar melhor aquele tipo de acervo, tais como escolas e bibliotecas comunitárias.

Conforme relatado pelos bibliotecários, as bibliotecas recebem um número tão grande de doações que nem sempre conseguem tratá-las e incorporá-las em tempo hábil. Mas outro fator também contribui para este acúmulo de materiais sem tratamento: o fato de os bibliotecários serem apenas um em cada biblioteca e muitas

vezes sem auxiliares para ajudá-los. A Tabela 07 mostra que 50% das bibliotecas pesquisadas possuem apenas um funcionário. Com uma equipe reduzida, o bibliotecário precisa dar prioridade para o atendimento ao público através do serviço de referência, do empréstimo, auxílio à pesquisa, planejamento, organização e desenvolvimento das atividades e oficinas; bem como para a ajuda prestada, quando necessário, às oficinas e atividades promovidas pelo centro. Diante deste quadro, outros tipos de serviços ficam com um tempo reduzido para serem desenvolvidos.

TABELA 08 - Número de funcionários por biblioteca

BIBLIOTECAS DAS UNIDADES CULTURAIS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Centro Cultural Alto Vera Cruz	2
Centro de Cultura Lagoa do Nado	7
Centro Cultural Lindéia Regina	1
Centro Cultural Pampulha	2
Centro Cultural Padre Eustáquio	1
Centro Cultural Salgado Filho	1
Centro Cultural Vila Marçola	1
Centro Cultural Venda Nova	3

Fonte: Entrevistas

O quadro de funcionários das bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte sempre foi diversificado, e não específico como deveria ser. Não havia em todas as bibliotecas pessoal qualificado – bibliotecários e auxiliares de biblioteca - para os serviços prestados, até fins de 2008. Este cenário teve uma mudança a partir de 2009 quando bibliotecários concursados pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte foram efetivados em todas as bibliotecas dos centros culturais. Mas o concurso foi apenas para bibliotecário, não houve concurso para auxiliar de biblioteca, na verdade não existe este cargo para as bibliotecas dos centros culturais, os funcionários que trabalham nas bibliotecas são auxiliares administrativos.

A falta de funcionários dificulta o trabalho nas bibliotecas, mas não impede que eles sejam feitos, pois, quando necessário, funcionários de outros setores tais como auxiliares administrativos ajudam na organização e execução dos eventos, o que também ocorre de forma recíproca com os funcionários da biblioteca, quando é necessário um número maior de pessoas na preparação de alguma ação ou evento do centro cultural. Desta forma, o corpo de funcionários dos centros culturais sempre se ajuda para que os eventos ocorram da melhor forma possível. Isso é bem retratado na fala da bibliotecária do CCVN:

A biblioteca é um organismo maior, ela tem sua vida própria, mas ela sofre influência das atividades externas ao centro, então a gente não pode desligá-la. É diferentemente de uma biblioteca tradicional, a gente acaba sempre participando de exposições, a gente sempre tem exposições aqui, a gente ajuda na montagem, divulga, divulga as atividades do centro, a biblioteca tem essa função de fazer essa divulgação do que acontece, então é uma biblioteca especializada, ela não tem essa cara de biblioteca comum não [...] (Bibliotecária do CCVN, 2010)

Os serviços prestados pelas bibliotecas dos centros culturais compreendem os serviços habituais de uma biblioteca tradicional, tais como empréstimo, consultas, leitura de revistas, jornais e gibis, atendimento à pesquisa, referência e diversos serviços internos. Mas além destes serviços as bibliotecas também possuem várias atividades de apoio e incentivo à leitura: oficinas, saraus, encontros literários e filosóficos, palestras, debates, lançamentos de livros, bate-papo com leitores, narração e contação de histórias, exibição de filmes e desenvolvimento de cursos e concursos. As bibliotecas, assim como os centros culturais, também têm uma importante função na preservação da memória do bairro, de suas personalidades e da história dos próprios centros culturais. Através de fotos, jornais, documentos e livros, as bibliotecas buscam compor um acervo diferenciado e rico no tocante à memória. Não são acervos totalmente organizados, mas já constituem um material de pesquisa. A biblioteca é o único projeto em permanente funcionamento nos centros culturais. Os outros projetos são atividades programadas e esporádicas. Todas estas atividades fazem da biblioteca um setor atrativo e dinâmico, um espaço com o qual o usuário pode sempre contar, “[...] é o [espaço] que mantém o centro

cultural em movimento” (Coordenador do CCLR). Enquanto nenhum evento ou ação acontece no centro cultural, a biblioteca e suas ações estão em funcionamento.

Além das funções comuns a uma biblioteca e de seus trabalhos voltados para a leitura, ela também funciona como centro de documentação da memória e história do bairro, das pessoas do bairro e do próprio centro cultural. É uma função tanto da biblioteca quanto do centro cultural. A biblioteca funciona como o espaço de guarda, preservação e disponibilização das informações, e o centro cultural como um veículo e espaço de divulgação. Tomemos como exemplo a exposição que houve no Centro Cultural Padre Eustáquio, de dezembro de 2009 a março de 2010, “Bairro Padre Eustáquio: história, trabalho e devoção”, numa parceria entre o Museu Histórico Abílio Barreto e o Centro Cultural Padre Eustáquio. Foi realizada uma mostra com situações que retratavam o processo histórico de surgimento do bairro, suas peculiaridades e moradores, contemplando lugares, momentos e pessoas.

As bibliotecas também atendem à pesquisa escolar, que é uma demanda grande em todas elas, mas seu acervo não é direcionado para este fim, ao contrário, os materiais referentes a este tipo de pesquisa são poucos. O acervo é composto, primordialmente, por materiais da área de cultura e humanidades. Mas mesmo possuindo pouco acervo nesta área o número de usuários que frequentam as bibliotecas em busca de pesquisa escolar é bastante significativo. Muitas destas bibliotecas se encontram próximas a escolas, fazendo com que a demanda de usuários deste tipo de público seja bem frequente. Mas *“ela não é uma biblioteca escolar. A gente não quer que seja, inclusive. Mas em compensação ela tem um acervo que nessa região possivelmente você só vai encontrar aqui. É um acervo com foco em arte-cultura e também uma parte em ciências humanas e literatura mesmo. A nossa intenção é trabalhar também com/incentivar as artes dentro desta biblioteca e a cultura de maneira geral.”* (Coordenador do CCLR).

Outro serviço oferecido pelas bibliotecas são as visitas monitoradas, em que turmas de escolas e cheches comparecem aos espaços para conhecer o acervo e o

funcionamento da biblioteca, além de assistir contação de histórias desenvolvidas por alguns bibliotecários ou participar de alguma outra atividade.

Tanto os centros culturais quanto as bibliotecas têm um trabalho de cooperação com escolas e creches das proximidades, que se beneficiam com os projetos e com o uso destes espaços. Neste caso, o uso das bibliotecas é feito mediante agendamento, sendo que as atividades a serem desenvolvidas devem ter relação com o ambiente, leitura, informação, entretenimento, cultura, artes e humanidades. Estas atividades buscam seguir uma das diretrizes que regem a “ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura”.

Art. 2º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão de Atendimento e Formação de Público:

IX - desenvolver projetos de extensão que facilitem a integração de novos públicos, visando a apropriação das bibliotecas pela sua comunidade. (PBH, 2009)

Desta forma, são desenvolvidas na biblioteca atividades que visem à sua integração e divulgação para a comunidade local, mesmo sendo apenas para o uso deste espaço por parte de indivíduos ou grupos. A apropriação do espaço pela comunidade é muito importante para a continuidade e para a ampliação dos serviços oferecidos pela biblioteca. À medida que a comunidade e biblioteca interagem, surge a perspectiva de mais parcerias, usuários, mais doações e, conseqüentemente, uma maior participação das pessoas para o crescimento e divulgação do espaço.

A comunidade de usuários da biblioteca é constituída, em sua maioria, pela população do seu entorno (crianças, estudantes, adultos e idosos) e, em menor proporção, por usuários vindos de outras regiões. Os usuários das bibliotecas são estudantes de escolas e creches próximas ao centro cultural, de trabalhadores, de donas de casa, de aposentados e pesquisadores que se interessem pelo tema cultura e humanidades.

A média de usuários por mês nas bibliotecas é bastante variada, como podemos observar na Tabela 08. No caso de bibliotecas que se localizam na confluência de várias regiões, caso da biblioteca do Centro Cultural Lindeia/Regina e da biblioteca do Centro Cultural Venda Nova, a comunidade atendida é superior ao atendimento das demais bibliotecas. A biblioteca do Centro de Cultura Lagoa do Nado também possui uma comunidade de usuários bem significativa e diversa, vinda principalmente das regiões Norte, Pampulha e Venda Nova. Mas este espaço já foi construído com o intuito de ser um centro cultural inter-regional, ou seja, já na sua instalação ele tinha como objetivo atender a uma vasta região. *“Hoje nós temos frequentadores do nosso espaço pessoas das mais diversas regiões não só de Belo Horizonte, mas como também da região metropolitana, então ele passa a ser um centro cultural de referência na cidade de Belo Horizonte”* (Coordenador do CCLN). O Centro de Cultura Lagoa do Nado atende inclusive às cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, tais como, como Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité e Brumadinho.

TABELA 09 - Média mensal de usuários por biblioteca

BIBLIOTECAS DAS UNIDADES CULTURAIS	MÉDIA MENSAL DE USUÁRIOS
Centro Cultural Alto Vera Cruz	450
Centro de Cultura Lagoa do Nado	800
Centro Cultural Lindéia Regina	671
Centro Cultural Pampulha	550
Centro Cultural Padre Eustáquio	504
Centro Cultural Salgado Filho	401
Centro Cultural Vila Marçola	300
Centro Cultural Venda Nova	600

Fonte: Entrevistas

Já a biblioteca do CCLR, próxima a uma BR, se localiza numa região que tem muita ligação com a Cidade Industrial e às vezes até com Betim e acaba ficando num caldo cultural metropolitano. São atendidos usuários do Bairro Regina, onde se localiza o centro, bairros Lindeia, Duval de Barros (um bairro que compreende três

municípios: Barreiro, Contagem e Ibité), Washington Pires, Jatobá, Tirol e Itaipu. Também são atendidas algumas pessoas da região de Contagem, região Industrial, Bairro Industrial, Riacho e Bairro Amazonas, são bairros muito próximos aqui. “O perfil do público aqui é de um público metropolitano” (Coordenador do CCLR)

Conforme dito anteriormente, os usuários das bibliotecas dos centros culturais se encontram nas mais diversas faixas etárias, sendo constituídos por crianças, jovens, adultos e idosos. Segundo entrevistas feitas com os bibliotecários, o maior público dos centros culturais é constituído por crianças e jovens, já o menor pelo público da terceira idade. A Tabela 09 mostra com clareza a faixa etária de maior atendimento em cada uma das bibliotecas pesquisadas.

TABELA 10 - Público mais frequente das bibliotecas dos centros culturais da FMC.

BIBLIOTECAS DAS UNIDADES CULTURAIS	MAIOR PÚBLICO
Centro Cultural Alto Vera Cruz	Jovem
Centro de Cultura Lagoa do Nado	Adulto
Centro Cultural Lindéia Regina	Jovem
Centro Cultural Pampulha	Jovem
Centro Cultural Padre Eustáquio	Adulto
Centro Cultural Salgado Filho	Infantil
Centro Cultural Vila Marçola	Infantil
Centro Cultural Venda Nova	Infantil

Fonte: Entrevistas

Os serviços mais buscados pelos usuários das bibliotecas são os empréstimos, leitura e pesquisa. As características de uso por faixa etária são muito parecidas. Usuários em faixas etárias similares buscam pelos mesmos tipos de serviços. O público infantil é um tipo de usuário que frequenta as bibliotecas em busca de empréstimos de livros e gibis e das oficinas de contação de histórias. O público jovem procura a biblioteca mais em busca de empréstimo de livros e para fazer pesquisas escolares. Na biblioteca do CCAVC, a internet é uma grande demanda. O público adulto também procura a biblioteca para fins de empréstimo e leitura de periódico. Já o público da terceira idade geralmente busca as bibliotecas para

empréstimos de livros e leitura de periódicos, principalmente os jornais. O uso da biblioteca para fins de estudo também é significativo, tanto para estudos escolares como preparação para o vestibular e concursos.

As bibliotecas dos centros culturais têm como objetivo principal incentivar o gosto pela leitura. O Programa Promoção, Apoio e Incentivo à leitura, de que faz parte o Programa da Biblioteca, *“tem por finalidade estimular o gosto pela leitura e assim ampliar o público leitor, por meio de ações de promoção, apoio, e incentivo à leitura, junto à população belorizontina.”* (FMC, 2010, p.10). Diversas atividades são desenvolvidas de forma lúdica, sendo trabalhada a questão da leitura, não apenas a leitura literária, mas as diversas formas de leitura, levando em conta diversos sentidos. É um espaço rico que provê acesso a diversos tipos de serviços.

Dentre as bibliotecas pesquisadas, apenas duas possuem internet para os usuários utilizarem, as bibliotecas do CCLN e do CCAVC. A ampliação deste serviço às outras bibliotecas está sendo feita de forma gradativa com a colocação de pontos para internet e com a instalação de computadores. Mas, para o pleno funcionamento deste serviço, conforme reivindicações dos funcionários, é necessário que a Fundação Municipal de Cultura disponibilize pessoas para trabalhar especificamente neste projeto, o que ainda não foi feito.

A biblioteca tem um papel fundamental para os centros culturais, e é vista como o “carro chefe” ou o coração destes espaços. Sua importância não é constituída meramente pelo acervo que disponibiliza, mas pelos projetos que realiza na área de incentivo à leitura, bem como por ser o espaço mais acessível, no sentido de ser o espaço em constante funcionamento quase todos os dias (levando-se em conta os horários de funcionamento de cada centro cultural). As diversas oficinas desenvolvidas pela biblioteca estão voltadas para o incentivo à leitura, mas não apenas à leitura do livro, mas das artes e das linguagens artísticas como um todo. Como a biblioteca faz parte do centro cultural, ela também se encontra presente em inúmeras atividades desenvolvidas pela instituição.

Tendo como base as entrevistas dos bibliotecários e coordenadores dos centros culturais, o Projeto Biblioteca é aquele que mais público atende no decorrer do ano, se comparado a todos os outros projetos desenvolvidos no centro. Apenas no Centro Cultural Lindeia/Regina, o projeto que alcança um maior público anualmente é o “Projeto Difusão”, com diversas atividades, oficinas e apresentações no campo musical. Este centro cultural possui uma especificidade que é a musicalidade. Apresentações e oficinas que vão do hip hop à música sertaneja abarcam grandes públicos. A música sertaneja (de raiz) é a linha que tem uma maior regularidade cultural e que impera no centro cultural.

Segundo o Sistema de Monitoramento de Programas e Projetos da FMC (Tabela 10), no ano de 2009, o principal projeto na linha de Incentivo à Leitura que se destacou em número de atividades e público foi o “Projeto Biblioteca” desenvolvido pelos centros culturais. Estes dados levam em conta projetos provenientes de todas as unidades de cultura da FMC, não apenas os projetos dos centros culturais. Ou seja, dentre todos os projetos desenvolvidos pela FMC, representados por todas as suas unidades culturais na área de incentivo à leitura, o “Projeto Biblioteca” dos centros culturais de Belo Horizonte tem uma procura superior aos demais.

TABELA 11 - Público dos principais projetos do “Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura” da FMC.

PRINCIPAIS PROJETOS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	QUANTIDADE DE PÚBLICO
Dia a dia (Desenvolvido pelas bibliotecas regionais da FMC e pela Biblioteca Infantil e Juvenil de Belo Horizonte)	71	38.260
Biblioteca (Desenvolvido pelos Centros Culturais da FMC)	254	102.903
Os Sentidos do Verbo (Desenvolvido pelos Centros Culturais da FMC)	341	12.426
BeagaLÊ (Desenvolvido pela Diretoria de Leitura e Informação)	47	8.510
DEMAIS PROJETOS	857	54.361
TOTAL	1.570	216.460

Para melhor funcionamento das bibliotecas e posicionamento da categoria de bibliotecários, estes profissionais possuem um fórum com reuniões mensais e uma lista de discussão relativa aos seus serviços. O fórum tem o intuito de discutir o funcionamento das bibliotecas, projetos, perspectivas, problemas e necessidades, buscando melhorar as condições das bibliotecas e dos funcionários. Os bibliotecários possuem subgrupos de trabalho, em que discutem a definição de diretrizes de trabalho e padronizações de ações de diversos setores da biblioteca, levando-se em conta as especificidades importantes de cada local. Nestes fóruns também podem acontecer algum curso de formação como, por exemplo, de preservação de acervo. Geralmente são atividades promovidas pelos próprios bibliotecários ou por pessoas da Fundação Municipal de Cultura. Esses profissionais também percorrem os centros culturais para desenvolver oficinas e atividades conforme o talento de cada um. É uma forma de promover outros talentos dos vários bibliotecários e funcionários da FMC e ao mesmo tempo “driblar” a falta de verba para estas atividades. Um fruto deste fórum é a criação das *“diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura”*, que norteiam os trabalhos e ações dos bibliotecários da FMC.

Por fim, as bibliotecas pesquisadas neste trabalho revelaram ser importantes ferramentas para o bom funcionamento dos centros culturais, especialmente no que diz respeito ao seu papel como promotoras e incentivadoras da cidadania nas comunidades atendidas.

7 CONCLUSÃO

Enquanto instrumento que potencializa a democracia na contemporaneidade, a cultura, embora tenha passado por diferentes concepções em diferentes momentos e lugares, como foi verificado nesta pesquisa, assume no âmbito dos estados democráticos o status de objeto de política pública e como tal, elemento capaz de promover a inclusão social. Portanto, a pluralidade (diversidade das comunidades) e a identidade (enquanto construção de significados, de pertencimento), reforçadas pela Declaração Universal da Diversidade Cultural e aqui adotadas enquanto eixos norteadores, devem ser dimensões sempre presentes neste contexto.

Sendo objeto de política pública, o setor cultural enfrenta os mesmos problemas verificados em outras políticas de mesma natureza, a saber: carência de recursos; deficiências de infraestrutura e falta de profissionais capacitados, além da descontinuidade das ações associada à sucessão de governos. As posturas adotadas pelos diferentes governos influenciaram e continuarão a influenciar sobremaneira as relações entre Estado e políticas públicas ligadas à cultura. O estado brasileiro está começando a atuar como fomentador (ou estimulador nas palavras de Chauí) do setor cultural, criando os meios e permitindo que a população se aproprie dos equipamentos culturais.

A cultura é um direito de todo cidadão. Cabe ao Estado proporcionar condições ao seu acesso, fruição, criação e produção, fazendo com que o cidadão seja um sujeito atuante e participante nas decisões sobre políticas culturais. Esta é a cidadania cultural proposta por Chauí (2006), em que duas diretrizes básicas são apontadas: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos culturais.

A cidadania cultural garante o direito à cultura e à participação da sociedade nos assuntos referentes a ela, através de conselhos, comissões e associações que permitam/promovam uma política efetiva de cidadania cultural. Desse modo, além de uma distribuição mais igualitária dos equipamentos, recursos, ações e serviços

culturais por todas as regiões do país, o conceito de cidadania cultural prevê a participação de todos, em oposição à mera passividade diante das manifestações e equipamentos culturais. Nesta perspectiva, a concepção de cidadania cultural vai muito além da simples absorção de produtos culturais prontos e acabados. Os cidadãos estariam compelidos a participar na cadeia cultural, desde a produção até à circulação/distribuição de bens culturais.

No tocante à biblioteca, ela nem sempre foi pública e democrática. Inicialmente, imposta à sociedade, seu acervo não refletia as necessidades da comunidade gerando frustração com relação aos seus serviços, pois priorizavam a população dos grandes centros deixando à margem as classes menos favorecidas. É de grande importância a interação entre biblioteca pública e comunidade, a fim de que seu acervo reflita as necessidades de seus usuários.

Na contemporaneidade, em que o imperativo de compreender o significado de bem público e seu uso permeia toda a sociedade, torna-se ainda mais necessário o desenvolvimento de pesquisas atuais na área de bibliotecas públicas. O estudo desta temática contribui sobremaneira para o campo da Ciência da Informação, de modo a retomar um debate acerca de um objeto de investigação de grande significância para a área e que se encontra relegado a segundo plano.

Não é possível falar em cultura sem antes pensar na relevância dos centros culturais para a cidade de Belo Horizonte, sobretudo no papel que tais instituições desempenham na vida das comunidades atendidas. E este aspecto se mostrou claro e indubitável nesta pesquisa, evidenciando que a cidade realmente respira cultura e que caminha no sentido de efetivar uma agenda permanente de eventos culturais.

Entretanto, debater a cultura sem prover os meios para que seu acesso ocorra de maneira democrática e efetiva soa como demagogia. E por considerar a importância das instituições que procuram oferecer atividades culturais gratuitas é que elegemos as bibliotecas públicas, especificamente as bibliotecas públicas dos centros culturais de Belo Horizonte como nosso objeto de pesquisa, acreditando que somente a

democracia cultural é capaz de fazer com que o acesso a estes bens aconteça efetivamente. E um dos possíveis caminhos para atingir este objetivo é promover a descentralização da cultura, de modo que ela chegue a todos os cantos da cidade.

A conquista dos direitos culturais, muito antes da imposição constitucional, já era pleiteada através da articulação da sociedade civil (os Centros Populares de Cultura criados durante o regime militar ilustram essa afirmativa), revelando mais uma vez que o povo tem sede de cultura, que a vida em sociedade não se reduz apenas a trabalhar, estudar ou vivenciar as relações familiares. Nos dias de hoje é inadmissível que os governos negligenciem a existência de tais direitos, tampouco a população irá se acomodar, como bem mostra o capítulo 2 (dois) que tratou das “Políticas Culturais.”

Os centros culturais abordados nesta pesquisa são expressão da vontade popular, não mais da mobilização de uma classe de jovens artistas que buscava levar arte e cultura à classe trabalhadora da década de 60 (ditadura) através dos Centros Populares de Cultura. Desta forma a concepção de arte revolucionária desta década, acabou por influenciar uma geração que além de lutar pela democratização da cultura também lutava pela inclusão do povo nos debates sobre a cultura. Os centros culturais pós-redemocratização são retratos de um novo cenário, no qual, o anseio pela cultura vem do próprio povo, não mais de uma classe de intelectuais e artistas, da luta pelo acesso aos bens culturais, pelo direito de criação e fruição cultural e pela participação na construção das políticas culturais.

Vimos no capítulo 3 (três) a importância dos centros culturais e a evolução das bibliotecas públicas tidas como espaços que promovem a valorização e o resgate da cultura local, e, portanto, de inestimável valor social. Mas, para que cumpra todo este potencial, a biblioteca pública deve ser um instrumento de ação social, cujos meios são conhecidos, mas os fins, indeterminados. A integração biblioteca pública-comunidade, suscitada como importante requisito para que ocorra identificação e apropriação da primeira pela segunda, foi uma realidade constatada nos centros culturais pesquisados. A construção de centros culturais através do OP evidenciou a

manifestação da vontade das comunidades em ter acesso a este tipo de instituição sem que para isso fosse necessário cruzar a cidade.

Os centros culturais municipais são equipamentos ofertados à população assim como existem tantos outros. Entretanto, o seu grande diferencial, além da característica da descentralização da cultura, é o fato de serem inteiramente gratuitos, promovendo a democratização e o acesso à cultura, como prevê a Constituição.

A natureza dos projetos desenvolvidos pelos centros culturais segue eixos temáticos contemplados nos cinco programas estabelecidos pela FMC, a saber: Programa Identificação, Registro e Proteção do Patrimônio e das Identidades, cujo objetivo é preservar o patrimônio cultural material e imaterial; Projeto Patrimônio Cultural Comunitário, que busca despertar nos diversos segmentos – crianças, jovens, adultos e idosos – a riqueza da diversidade cultural presente na cidade; o Programa de Informação, Difusão e Intercâmbio Cultural, que tem como finalidade promover a circulação, o consumo e o fomento à produção dos bens culturais e artísticos; Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Formação Cultural, que tem como objetivo a realização de ações e projetos voltados para a formação cultural, a troca de experiências e experimentações; e o Programa Promoção, Apoio e Incentivo à Leitura que busca incentivar o gosto pela leitura através das bibliotecas. O fato dos centros culturais terem seus projetos sustentados por uma base comum não significa um atendimento ou funcionamento padrão: cada centro busca, a seu modo, se adequar à realidade e às necessidades das comunidades atendidas.

Com a extinção da Secretaria Municipal de Cultura em 2005 e, conseqüentemente a criação da Fundação Municipal de Cultura, passou-se a adquirir mais autonomia administrativa, agilidade na execução de projetos, melhoria na gestão pública e captação de recursos externos acarretando em sucessivas inaugurações de centros culturais em Belo Horizonte. Como características comuns encontradas nos centros culturais pesquisados, podemos citar a criação dos centros culturais como fruto da mobilização popular e sua conseqüente efetivação via Orçamento Participativo;

prestação gratuita de serviços; garantia do acesso da população a diferentes manifestações culturais, valorizando a diversidade encontrada nas comunidades locais; agenda de atividades comuns, embora alguns centros culturais desenvolvam adaptações às atividades vislumbradas pela Fundação Municipal de Cultura; e a biblioteca como coração dos centros culturais, uma vez que funciona em tempo integral, sendo uma atividade permanente.

Ao considerar o objeto de estudo desta pesquisa e a relevância das bibliotecas para os centros culturais, verificou-se a necessidade de resgatar seu significado na atualidade, assim como sua gênese. As bibliotecas públicas, na condição de espaços de promoção da cultura, passaram por diferentes fases ao longo da história da humanidade e foram adquirindo diversas funções tais como: educativa, de lazer, informacional, cultural, de guardiã preservadora da memória individual e coletiva.

A própria noção de público precisou ser resgatada nesta pesquisa a fim de facilitar o entendimento do nosso objeto: entende-se por público aquilo que é de todos ou aquilo que é gerido pelo poder público? O que vem a ser uma biblioteca pública? Pudemos notar que não basta a biblioteca ser administrada pelo governo para se tornar pública, nem mesmo estar aberta a todos, ela precisa atender às necessidades de sua comunidade. A biblioteca como espaço público é aquela que se efetiva realmente como lugar da memória, pluralismo, democratizador da informação e do saber, de resgate e preservação, do estímulo e criação, do convívio e do diálogo, da diversidade e inclusão social. O Estado será o “estimulador-patrocinador” das iniciativas da própria sociedade criando condições e assegurando o cumprimento dos direitos culturais, da democratização de acesso à informação e cultura, fazendo ser público o que é público.

Um aspecto relevante a ser considerado quando se fala em cultura é a precariedade das bibliotecas públicas brasileiras e principalmente os obstáculos encontrados para que elas cumpram as funções que realmente lhe são específicas, ao invés de assumirem atividades de outros tipos de bibliotecas, como a escolar, por exemplo. Ao longo desta pesquisa, procurou-se também verificar se as funções elementares

de uma biblioteca pública estão sendo alcançadas, quais sejam, a informativa, cultural, recreativa e educacional. Para tanto, foi necessário contextualizar e caracterizar diferentes centros culturais que, apesar de organizados em rede, apresentam traços muito particulares. Os capítulos 4 (Metodologia) e 5 (A cultura em Belo Horizonte) embasaram esta caracterização, apontaram as diretrizes que foram seguidas e revelaram propostas e perfis de atuação ao mesmo tempo em que subsidiaram as análises expostas. Percebemos que, com todas as dificuldades encontradas, estas bibliotecas estão cumprindo suas funções elementares, umas mais, outras menos.

Em relação aos problemas constatados nos centros culturais de Belo Horizonte e suas respectivas bibliotecas contemplados nesta pesquisa, pode-se inferir que os principais são: carência de funcionários; ausência de verba específica para a biblioteca; necessidade de investir mais na divulgação e no tipo de divulgação desenvolvida; precariedade no processo de informatização das bibliotecas; falta de sistematização no que diz respeito à avaliação das ações desenvolvidas nos centros culturais (muito limitado – preenchimento de formulário eletrônico mensal, sem uma discussão e retorno adequado por parte da FMC com relação aos dados recebidos); da necessidade de se estudar e propor ações visando a sanar problemas de infraestrutura e uso dos espaços.

A carência de funcionários verificada em praticamente todos os centros culturais pesquisados não é exceção quando se pensa em prestação de serviço público para a população no Brasil. O setor apresenta déficit de pessoal de modo generalizado. E isso ocorre em função de vários fatores, sendo a legislação e a contratação via concurso público os principais entraves. Exceção a esta regra é o Centro de Cultura Lagoa do Nado (apesar de ainda não ser o desejado), que apresenta um quadro de pessoal mais amplo e diversificado. Mas há de se levar em consideração que a instituição em questão é a mais antiga entre as demais pesquisadas, portanto, possui uma estrutura de funcionamento mais consolidada, além de se distinguir por não ser um centro cultural, mas um centro de cultura. Entre os oito centros culturais pesquisados, quatro realizam atendimentos na biblioteca apenas com um

funcionário, o (a) bibliotecário (a). A biblioteca do CCLN tem sete funcionários; a biblioteca do CCP, dois funcionários; a biblioteca do CCVN, uma bibliotecária e dois auxiliares; e a biblioteca do CCAVC, uma bibliotecária e uma estagiária. Não há uma razão palpável para a grande diferença de funcionários entre a biblioteca do CCLN e as outras, o que se pode especular é sua condição de estar num centro de cultura e por ser o mais antigo espaço cultural dentre os outros.

As conseqüências da carência de pessoal são facilmente percebidas: funcionários acumulando funções que deveriam ser desempenhadas por pelo menos duas ou três pessoas, ocasionado uma sobrecarga de trabalho; e funcionários desenvolvendo atividades que não competem a seus cargos, havendo comprometimento de atividades e horários. Então, ao mesmo tempo em que os centros culturais apresentam um potencial enorme de atendimento das demandas da população no que diz respeito à cultura, percebe-se que este potencial tem sido explorado de forma reduzida e que a carência de funcionários é uma causa importante que concorre para este quadro.

O fato de as bibliotecas dos centros culturais de Belo Horizonte não possuírem verba específica também é um entrave a seu funcionamento, já que a contemplação das demandas (especialmente de projetos) precisa ser previamente aprovada pela FMC. Apesar de ser uma política da Fundação Municipal de Cultura, há de se considerar que tal diretriz não dá conta da realidade de cada biblioteca. Comunidades diferentes possuem demandas diferentes. Se as bibliotecas dependem de compras efetuadas via FMC para compor seus acervos ou doações de terceiros, então seus acervos serão marcados por dois traços: acervos com um núcleo comum (livros comprados pela FMC) e/ou acervos que atendem parcialmente a seus usuários, posto que as doações não são regulares e nem sempre atendem às necessidades e aos usuários da biblioteca, que fica muito limitada e sem autonomia, uma vez que tem dificuldades em adquirir material não previsto pela política de seleção de acervo da FMC. Garantir dotação orçamentária própria para as bibliotecas dos centros culturais seria uma forma de garantir que cada biblioteca

se individualizasse, além de poder atender de forma mais personalizada à comunidade local, sem, contudo, perder sua característica de membro de uma rede.

Em relação à divulgação que é feita das atividades desenvolvidas pelos centros culturais e suas respectivas bibliotecas, há de se considerar que ainda é insuficiente. Os centros culturais se empenham (dentro do que lhes é possível) em produzir material de divulgação, mas tais publicações ainda têm sido restritas no que diz respeito à tiragem, circulação e formato mais acessível às comunidades. O objetivo dos centros culturais é atender às comunidades locais, embora o fluxo de pessoas oriundas de outras comunidades não seja impedido, ao contrário, mas o que foi verificado nesta pesquisa é que as atividades desenvolvidas muitas vezes não são divulgadas pelos veículos de comunicação local e muito menos pelas mídias de maior abrangência, como o rádio ou a televisão. A publicação de folders institucionais é importante e precisa acontecer. Entretanto, está limitada aos usuários que já frequentam os centros culturais, assim como as divulgações interpessoais e via e-mail. Àqueles que não frequentam resta o desconhecimento. O “Programe BH” e o DOM (Diário Oficial do Município) são publicações produzidas por órgãos da prefeitura que divulgam eventos e atividades culturais, mas sua abrangência ainda é limitada, ou seja, não atingem parcela considerável da população. A parceria com veículos de comunicação local e estabelecimentos comerciais e educacionais (este último em uma proporção maior que a já existente) pode ser uma interessante alternativa para enfrentar este desafio.

Pelo que se pode perceber na pesquisa, não há uma relação direta entre a quantidade de usuários dos centros culturais e o tempo de funcionamento do espaço. Exemplo disto é o Centro Cultural Lindeia/Regina inaugurado em 2008 com alto índice de usuários, sendo o segundo centro cultural mais frequentado em 2009, conforme Tabela 08 apresentada no capítulo 5. A localização é um ponto importante que contribui para um maior uso, ou não, do centro cultural. Também, pudemos perceber que as parcerias são o diferencial de atuação em cada centro, sejam elas com a comunidade, com instituições, grupos artísticos diversos, dentre outros.

A precariedade no processo de informatização, sobretudo das bibliotecas, dos centros culturais pesquisados é um importante desafio, embora exista um processo de automação em curso. Percebeu-se que ocorre tanto falta de equipamentos quanto o seu não-funcionamento; não instalação do programa adotado ou mesmo falta de funcionários. Neste último caso em decorrência da decisão do grupo de bibliotecários que aguarda a chegada de funcionários específicos para esta função para que o acesso da internet aos usuários seja disponibilizada. O acesso à internet nas bibliotecas do Centro Cultural Alto Vera Cruz e Centro de Cultura Lagoa do Nado por parte dos usuários se dá em decorrência da decisão de cada um destes espaços.

Em relação ao processo de avaliação das atividades tanto dos centros culturais pesquisados quanto de suas bibliotecas, verificou-se uma certa ausência de sistematização dos centros culturais como uma rede. O simples preenchimento de um formulário eletrônico mensal não configura avaliação de fato. Seria importante que estes dados não configurassem apenas em estatísticas, mas que além de serem sistematizados pela FMC, também fossem discutidos entre a Fundação e os funcionários dos centros culturais.

Avaliações mensais feitas internamente pelos centros culturais ou mesmo conversas informais nos corredores também foram apontadas como formas de avaliação. A primeira pressupõe uma melhor organização de ideias, planejamento, estabelecimento de metas e objetivos. Uma avaliação efetiva é feita pelos centros culturais que se reúnem periodicamente com seus funcionários em busca de um planejamento e estruturação de ações e metas bem como com o intuito de reavaliar os trabalhos já efetuados. Sem avaliação, a qualidade e o alcance das atividades e projetos ficam comprometidos.

A questão da infraestrutura e do uso que é feito dos espaços dos centros culturais é problemática. Tanto algumas construções mais recentes quanto outras mais antigas apresentam algum tipo de precariedade no que diz respeito à ausência de salas adequadas para determinadas oficinas, por exemplo, infiltrações e assoalhos

soltando, e conseqüentemente, morosidade dos reparos por parte da PBH. Os espaços que foram planejados e construídos para serem centros culturais e aqueles que foram adaptados ainda não atendem plenamente às necessidades requeridas por um centro cultural. Se se pensar na questão da acessibilidade, o problema se agrava ainda mais. Há de se planejar ações conjuntas (principalmente quando da construção de novos centros culturais) no sentido de sanar as atuais deficiências de infraestrutura e espaço para que a qualidade da prestação de serviços não fique comprometida e assim possibilitar aos centros culturais efetivar toda a gama de possibilidades existentes e esperadas.

Apesar dos desafios encontrados, os centros culturais pesquisados apresentam muitos pontos fortes e que foram destacados do decorrer da pesquisa: a relação que tais instituições estabelecem com as comunidades locais é muito positiva, haja vista a relevância das parcerias (a proximidade com as comunidades permite um atendimento de demandas mais específicas ao mesmo tempo em que possibilita o acesso a um universo que poderia ser totalmente desconhecido); o movimento que os centros culturais realizam diante da própria PBH e da cidade mereceria uma pesquisa à parte (o dinamismo dos profissionais permite que estes espaços desenvolvam um trabalho digno de reconhecimento e aplausos, mesmo funcionando às vezes em condições inadequadas); o modo como os centros culturais abraçam todas as faixas etárias; e o papel do bibliotecário neste contexto, personagem que está no centro do processo de socialização e democratização da informação, atuando como agente importante que incorpora em seu perfil tradicional novas habilidades e competências a fim de atender à área cultural.

Vale também salientarmos que houve um grande avanço no que tange à quantidade destes espaços abertos recentemente acarretando uma maior atuação da FMC em busca de adequação e atuação de trabalho. Com um número bem superior de centros culturais, a FMC busca se adaptar a esta nova realidade a fim de atender a necessidades crescentes, tais como a informatização das bibliotecas, mais profissionais para os centros culturais e bibliotecas (através de concursos) e a busca constante de maiores investimentos governamentais e parcerias para os centros

culturais. É muito importante a relação que os centros culturais estabelecem com seus parceiros, pois são espaços de apropriação por parte da comunidade, mas vale lembrar que é uma obrigação do Estado proporcionar recurso para a concretização de ações e atividades voltadas para a área cultural, estabelecendo a democratização de acesso à cultura conforme manda a Constituição.

As políticas culturais são ações recentes no Brasil. Recentes e incipientes em relação à grande demanda. É necessário uma maior valorização da cultura por parte das esferas de governo no que tange a políticas públicas contínuas e bem estruturadas e principalmente com relação aos valores destinados a esta área, a fim de tentar atenuar a discrepância entre recursos governamentais destinados a outras áreas tais como educação e saúde, em comparação com aqueles destinados à cultura.

Política pública se faz com planejamento, diálogo, recursos, e informação. Antes de tudo é necessário conhecer as instituições e potencialidades que a cidade já possui. Traçar um diagnóstico da realidade, conhecendo o perfil das regiões, bairros e comunidades; a disposição, funções e atribuições dos espaços culturais da cidade; e traçar um diagnóstico com visão social, não apenas meramente quantitativa.

O último censo cultural realizado em Belo Horizonte foi em 1996, como já foi apontado nesta pesquisa. Mas, conforme entrevista feita com a diretora de coordenação dos centros culturais de Belo Horizonte está se buscando a viabilização de um novo levantamento e pesquisa a respeito dos equipamentos culturais na capital mineira. Segundo a diretora, será uma parceria entre a FMC e a PBH e tem previsão para iniciar ainda neste ano de 2010. Traçar um diagnóstico atual da cultura em Belo Horizonte é uma ação de grande importância que servirá de informação para a realização de ações e políticas voltadas para o setor cultural de Belo Horizonte.

Por fim, esta pesquisa procurou ressaltar a relevância do direito cultural como direito constitucional e isto implica entender que os centros culturais são espaços de

descentralização e democratização da cultura que validam tais prerrogativas presentes como direito na Constituição. São espaços valiosos, mas que não estão sendo supridos de verba para se desenvolver plenamente. As parcerias são importantes e válidas, mas o “Estado” é quem deveria cumprir este papel. Desta forma, diante do que possuem – desafios e dinamismo - para o trabalho, se saem bem como disseminadores da cultura. Um último ponto a ser colocado e que merece um olhar diferenciado é o fato de a própria biblioteca dos centros culturais se constituir num centro cultural, devido a todas as atividades que desenvolve além das tradicionais. Ela atua como um organismo vivo e dinâmico no âmbito da cultura, sendo plausível dizer que sem as bibliotecas os centros culturais não existiriam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecas Públicas e alternativas. **Revista brasileira de biblioteconomia e Documentação.**; São Paulo , v. 26, nº 1/2, p. 115 -127, jan./jun. 1993.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública:** avaliação de serviços. Londrina, EDUEL, 2003.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A interiorização da fabricação cultural através das bibliotecas públicas: uma análise histórica – sociológica. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador, 1991.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não governamentais – ONGs brasileiras. **Inf.Inf.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 31-54, jan./jun. 2001. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=22#Artigos>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

_____. **A palavra e o silêncio:** biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002. 99 p.

_____. **Informação pública:** paradoxos e desafios. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2003.

ARRUDA, G. M. (2000). As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: **XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO.** Disponível em: < <http://dici.ibict.br/archive/00000734/>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Tempo soc.**, Nov 2003, vol.15, nº.2, p.177-193.

ASSIS, Wanderlaine Mara Loureiro de. **Bibliotecas Públicas.** Resenha apresentada como trabalho final do estudo especial sobre bibliotecas públicas. – ECI/ UFMG, dezembro / 2008.

AYALA, Marcos; IGNEZ, Maria; AYALA, Novais. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. São Paulo: Ática, 2003.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

BARROS, Paulo. **A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão**. Ijuí : Unijuí, 2002. 200p.

BASUALDO, Carlos. **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira: 1967-1972**. São Paulo: Cosacnaify, 2007. 379p.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BELO HORIZONTE. **Olhares sobre Belo Horizonte: os centros culturais e seu lugar na cultura da cidade**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, [s.d.].

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte** (1990). Disponível em: < <http://www.mandatoeletronico.com.br/gabinete/imgs/neusinha/clipping1detalhe179lei-organica-pbh.pdf> >. Acesso em: 8 set. 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura. **Primeiro diagnóstico cultural de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Vox Mercado, 1996.

BOSI, Alfredo. **Entrevista**. Disponível em: < <http://www.usp.br/prc/revista/entrevista.html> >. Acesso em: 08 jun. 2008.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, S. Paulo, v.15, n.2, p.73-83, 2001a.

_____. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001b.

_____. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.23, n. 43-44, jan./dez, 2004. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/espaco_debates.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2008.

_____. A política cultural e o plano das idéias. **III ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação / UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 220 p. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cardenosdepoliticascadernosdepoliticascaderno02.pdf>> Acesso em: 24 set. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. São Paulo: Atlas, 2003. 421p.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um Breve Histórico. **I ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 14 a 15 abril de 2005. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2009.

_____. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Atas do colóquio intelectuais, culturais, cultura e política no mundo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro, Ano 5, v.II. 17 a 18 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-i/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf>. Acesso em: 21 set. 2009.

_____. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **III ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2009.

_____. A ação federal na cultura: o caso dos conselhos. **O público e o privado**, nº 9, jan/jun. 2007. Disponível em: < http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/mapps_4_123.pdf > . Acesso em: 25 nov. 2009.

_____. Políticas Culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. **XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DE ANPUH-RIO**. 4 A 7 de agosto de 2008. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Disponível em: < http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIV_O_Anpuh2008.pdf> . Acesso em: 25 set. 2009.

_____. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. **Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]**. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html> >. Acesso em: 14 fev. 2010.

CARVALHO, Cristina; GAMEIRO, Rodrigo; GOULART, Sueli; As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. **VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**. 25 a 28 de junho de 2008. Faculdade de Ciências Novas e Humanas/Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: < <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/716.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2009.

CERVO, Amado. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. **Construindo uma Minas Leitora**: o retrato das bibliotecas públicas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2008. 149p.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, S. Paulo, v.9, n.23, p.71-84, 1995. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100006&script=sci_arttext >. Acesso em: 25 set. 2009.

_____. **Cidadania cultural**: direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.124p.

_____. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: FAPESP: Iluminuras, 2004. 383p

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros Passos, 216). 94p.

COHN, G. A concepção oficial de cultura nos anos 70. In: MICELI, Sergio. **Estado e cultura no Brasil**, São Paulo: p. 85-96, 1984.

COSTA, Antônio Firmino. Políticas culturais: conceitos e perspectivas. **Observatório das atividades culturais, OBS.**, n.º. 2, out. 1997. Disponível em: < http://www.oac.pt/pdfs/OBS_2_Pol%C3%ADticas%20Culturais_Conceitos%20e%20Perspectivas.pdf >. Acesso em: 21 mar. 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Vanda Angélica. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **BIBLIOS**, Lima, Ano 4, v. , n.º.15, p.77-76, abr/jun, 2003. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/archive/00002418/> >. Acesso em: 15 set. 2007.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 73-87, 2008. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3191/2301> >. Acesso em: 20 dez. 2009.

CUZCANO, Alonso Estrada. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. *Inf. & Soc.:* Est., João Pessoa, 2002, v.12, n.2, p.41-59. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/141/135> >. Acesso em: 23 mar. 2010.

FERNANDEZ, Stella Maris. Promocion de la lectura: papel que le corresponde en ello a la familia, a la escuela y a las bibliotecas escolares y publicas. **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 2., 1994, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 1994. 820 p. p. 734-748.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, Mai-Ago. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=2046>. Acesso em: 08 Maio 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, nº. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: < http://www.cqgp.sp.gov.br/downloads/sociedade_informacao.pdf >. Acesso em: 15 set. 2007.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, v.9 n.2, p.131-8, set. 1980.

_____. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, v.11, n.2, p.230-236, set. 1982.

_____. Biblioteca e cultura local. **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 11.,1982 , João Pessoa. Anais. Joao Pessoa : APBP, 1982. 310p. p.167-196.

_____. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, v.12, n.2, p.145-169, set. 1983.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8ª. Edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. 255p.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf> >. Acesso em: 15 set. 2007.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. A gestão pública não estatal na cultura: uma questão de gestão ou de política cultural? **V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de

Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <
<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19248.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; BOSCHI, Renato Raul; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. **Associativismo civil e participação social: desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança**. 2004. [viii], 191 f. Tese (doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160p.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Caderno de projetos dos centros culturais de locais**. Belo Horizonte, 2008. 44p. (Não publicado).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Relatório de prestação de contas da PBH-2009**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2010. 28p. Relatório.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignácio (org.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Educação e cultura popular na primeira metade da década de 1960: os centros populares de cultura e o movimento de educação de base. **VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA**. 30 de junho a 03 de julho de 2009. Faculdade de Educação / UNICAMP). Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.htm
|>. Acesso em: 10 mar. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG ; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martinho; LOUREIRO, Mônica de Fátima. Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000. **Transinformação**, Campinas, v.15, n. 3. p. 23-44, set/dez. 2003.

Disponível em: < <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=44> >. Acesso em: 13 set. 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOUSADA, Isabel Cristina; KANISKI, Carvalho Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=250&layout=abstract>>. Acesso em: 7 set. 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, jul. /dez. 1994.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002. 519p.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2.ed. São paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Centro de cultura**: forma e função. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em números:** Anuário de estatísticas culturais - 2009. Disponível em: ><http://blogs.cultura.gov.br/anuariodeestatisticas/page/31/> > . Acesso em: 25 abr. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais** (2010). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 01 maio 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Convenção da Diversidade Cultural.** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/2009/07/02/convencao-da-diversidade-cultural/>> . Acesso em: 11 nov. 2009.

MIRANDA, Antonio Lisboa de Carvalho. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=295&layout=abstract>> . Acesso em: 15 set. 2007.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In.: COSTA, Sergio. **As cores de Ercília:** Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte., v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. **Biblioteca pública:** a contradição de seu papel. 1985. 108f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Conversa sobre normalização de textos acadêmicos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas:** políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e Educação de Adultos**. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books> >. Acesso em: 20 mar. 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Relatório de Atividades 1991**. Fevereiro, 1992. Relatório. Disponível em < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1991-Eduardo-Brandao-Azeredo.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Município de Belo Horizonte. **Relatório de Atividades 1993**. Março de 1994. 17p. Relatório. Disponível em < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1993-Patrus-Ananias-de-Souza.pdf> > Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório Anual de Atividades da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: Exercício 1995**. Março de 1996. 128p. Relatório. Disponível em: < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1995-Patrus-Ananias-de-Souza.pdf> > .Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório de Atividades 1996**. Abril de 1997, 134p. Relatório. Disponível em: < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1996-Celio-de-Castro.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório de Atividades 1997**. Março de 1998. 91p. Relatório. Disponível em: < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1997-Celio-de-Castro.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Principais Ações de governo – 2003**. [2004]. 29p. Relatório. Disponível em: < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/2003-Fernando-Damata-Pimentel.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório de atividades PBH – 2005**. Principais ações de governo 2005. [2006]. 104p. Relatório. Disponível em: < <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/2005-Fernando-Damata-Pimentel.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Belo Horizonte**. Disponível em: < [Http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/) >. Acesso em: 10 mar. 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Diário Oficial do Município**. Instrução normativa FMC nº 01 de 03 de março de 2009: Estabelece diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura-FMC. 2009. Disponível em: < <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=993309> >. Acesso em: 15 mar. 2010.

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **R. Esc. Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar. 1987, p.19-42.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro cultural como equipamento disseminador de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine do Horto. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VALA-74QJRP> >. Acesso em: 27 set. 2008.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

REIS, Paula Félix dos. Políticas nacionais de cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. **V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19550.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2009.

REVISTA MARKETING CULTURAL (on-line). **Legislação**. Disponível em: < http://www.marketingcultural.com.br/lei_belo_horizonte.asp >. Acesso em: 18 set. 2009.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000. Disponível em < <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=300&layout=abstract> >. Acesso em: 15 set. 2007.

RODRIGUES, Ana Maria da Silva; OLIVEIRA, Cristina M. V. Camilo; FREITAS, Maria Cristina Vieira. Globalização, cultura e sociedade da informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 97 - 105, jan./jun. 2001

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia. Políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: < http://www.oei.es/fomentolectura/politicas_publicas_livro_leitura_biblioteca.pdf >. Acesso em: 19 ago. 2007.

ROSA, Maria Virgília de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Expressões culturais e Sociedade: o caso do Braisl nos anos 1980. **HAOL**, n.10, p. 37-46, 2006. Disponível em: < <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/149/137> >. Acesso em: 4 jan. 2010.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador, Edufba, 2005.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Entre o possível e o impossível. **O público e o privado**, n. 9, Jan./Jun. 2007a. Disponível em: < http://www.politicasuece.com/mapps/arquivos/materias/mapps_3_122.pdf > Acesso em: 23 nov. 2008.

_____. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007b. 182 páginas.

_____. Políticas culturais do governo Lula/ Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em: < <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewDownloadInterstitial/4815/4528> >. Acesso em: 15 ago. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=1&con=450> >. Acesso em: 12 dez. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Cultura e democracia**: a política cultural da Secretaria Municipal de Cultura contribuindo para desenhar o futuro da cidade 1993 – 1996. 1996. Relatório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Relatório do Programa de Descentralização Cultural – Arena da Cultura, 1998/2004**. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Ação Cultural – PBH, 2004. Relatório.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, João Roberto S.; XAVIER, Maria Aparecida C.; OLIVEIRA, Maria José R.; BARBOSA, Jair. Biblioteca como espaço de transformação cultural: relato de experiência da biblioteca do Centro Cultural Inter-regional Lagoa do Nado. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 111-117. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SUAIDEN, Emir José. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **R. Bibliotecon.**, Brasília, v.1 , n. 6, jan./jun. 1978.

_____. **Biblioteca Pública e informação à comunidade**. São Paulo Global, 1995. 112p.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, v. 29, n.2, mai./ago., p. 52-60. 2000.

TEIXEIRA, Nísio. Produção cultural e BH: diagnósticos & receitas. **Periódico cultural**, Balanço da cultura na cidade, n. 26, ano III, nov. 2008. Disponível em: < <http://www.cafecomletras.com.br/modules/blog/files/Letras%2026%20Nov%20BAIXA.pdf> >. Acesso em: 12 jan. 2010.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Novembro, 1994. Disponível em: < <http://www.bpp.pr.gov.br/arquivos/File/manifestodaunesco.pdf> >. Acesso em: 29 nov. 2008.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 2002**. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> >. Acesso em: 25 out. 2009.

UNESCO. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: Uma Base de Dados para a Cultura**. Brasília: UNESCO / Brasil, 2003. 236p. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/publicacoes-institucionais/politicas%20culturais%20para%20o%20desenvolvimento.pdf> >. Acesso em: 12 maio 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahared., 2004.

VIEIRA, Heloisa Maria. **Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte: atores em cena**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

WALTY, Ivete L. C. **Leitura/literatura e espaço público**. In: MARI, Hugo; Walty, Ivete; FONSECA, Maria Nazareth (org). **Ensaio de leitura II**. Belo Horizonte: PUC/ Minas, v.1, p. 149-163. 2007

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ZIVIANI, Paula. **A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional**. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Instrução normativa FMC nº 01 de 03 de março de 2009

DOM – Diário oficial do município de Belo Horizonte

Sexta-feira, 6 de Março de 2009 / Ano XV - Edição N.: 3293

Poder Executivo/**Gabinete do Prefeito - Fundação Municipal de Cultura**

INSTRUÇÃO NORMATIVA FMC Nº 01 DE 03 DE MARÇO DE 2009

Estabelece diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura-FMC.

A Presidente da Fundação Municipal de Cultura, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 12.021 de 08 de abril de 2005,

Considerando que a Diretoria de Leitura e Informação – DILINF, unidade integrante da Fundação Municipal de Cultura-FMC, planeja e coordena programas e projetos de promoção e incentivo à leitura, dentre eles o Fórum de Bibliotecários;

Considerando a proposta de diretrizes formulada pelo Fórum de Bibliotecários e relatada pela Comissão de Elaboração dos Procedimentos da Ação Bibliotecária, designada pela Portaria nº 10, de 02 de julho de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º – As diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura-FMC serão disciplinadas por esta Instrução Normativa.

Art. 2º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão de Atendimento e Formação de Público:

I - constituir-se como local de formação de cidadania e acesso à informação, contribuindo no exercício de direitos culturais e informacionais;

II - contribuir para a formação de cidadãos, conscientes da importância de preservar e conservar o patrimônio histórico, artístico e cultural;

III - estabelecer formas e estudos sistematizados para conhecer seu público, utilizando como referencial os serviços prestados e a participação em projetos de formação, difusão cultural, incentivo à leitura e de memória e patrimônio;

IV - criar formas de atendimento às pessoas com deficiência;

V - formular proposta de ação em consonância com o perfil do público, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento sociocultural;

VI - estabelecer mecanismos de estímulo e freqüência a toda à rede de bibliotecas, por meio de divulgação institucional;

VII - sistematizar regulamentos e formas de treinamentos destinados ao público interno e externo, relacionados ao uso e importância da biblioteca, seus serviços e normas;

VIII - criar mecanismos de comunicação institucional que promovam o apoio, parceria e patrocínio de projetos da biblioteca ou do seu conjunto;

IX - desenvolver projetos de extensão que facilitem a integração de novos públicos, visando a apropriação das bibliotecas pela sua comunidade.

Art. 3º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão da Política de Desenvolvimento do Acervo:

I - elaborar política de desenvolvimento de acervo, de acordo com as especificidades da área de ação, observados os objetivos, critérios e formas de seleção para aquisição, repasse e descarte;

II - elaborar manual de procedimentos da política de desenvolvimento de acervo com o objetivo de estabelecer normas para seleção, aquisição, repasse e descarte;

III - formar comissão multidisciplinar, permanente, para desenvolvimento de acervo (seleção, aquisição, repasse e descarte) com a participação de profissionais (bibliotecários, especialistas em literatura, profissionais de outras áreas, servidores e representante da comunidade);

IV - estabelecer interlocução com o Fórum de Bibliotecários;

V – garantir, por meio de dotação orçamentária, recursos para compra anual de livros, assinaturas de periódicos e material não-bibliográfico;

VI - prever a infra-estrutura necessária para os casos de doações e permutas institucionais;

VII - estimular a permuta de publicações produzidas pela PBH e/ou outros órgãos governamentais, objetivando a aquisição de materiais não-disponíveis comercialmente;

VIII - criar mecanismos de avaliação permanente para atender ao plano de desenvolvimento de acervo, segundo critérios estabelecidos pela Comissão e/ou Fórum de Bibliotecários;

IX - realizar, no prazo máximo de dois anos, o balanço do acervo, visando avaliá-lo quantitativa e qualitativamente;

X - contribuir com o acervo da memória institucional, promovendo a guarda e a preservação de documentos produzidos, tais como peças gráficas de divulgação, matérias publicadas, relatórios, fotografias, filmes etc.

Art. 4º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão de Tratamento da Informação, Organização e Preservação do Acervo:

I - realizar o tratamento técnico de seus acervos, com base nas normas de catalogação e na política de indexação, tendo como referência bibliográfica obrigatória, o Manual de Tratamento da Informação, o Código Anglo Americano de Catalogação/AACR2, a Classificação Decimal Dewey/CDD, atualizados, e nas normas do Sistema BIC – Banco de Informações Culturais e SIGA – Sistema de Gerenciamento de Acervos;

II - apresentar à Comissão Permanente do Fórum de Bibliotecários, designada pela Portaria FMC nº 31, de 27 de agosto de 2008, toda e qualquer necessidade ao sistema BIC/ SIGA;

III - prever dotação orçamentária para a conservação preventiva e restauração dos acervos bibliográficos, não bibliográficos e contratação de consultoria técnica especializada quando indicada;

IV - propor mecanismos de avaliação e aperfeiçoamento do Sistema de Informação, com base nas necessidades e demandas das bibliotecas.

Art. 5º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão do Serviço de Referência:

I - constar do manual de procedimentos técnicos as orientações sobre atendimento ao público, em especial o Serviço de Referência;

II - promover a permanente atualização dos técnicos responsáveis pelo Serviço de Referência;

III - criar estratégias de divulgação dos serviços ao público, bem como planejar avaliação periódica dos serviços aos usuários;

IV - manter registro de sugestões de usuários, para fins de análise das bibliotecas;

V - apresentar projeto de estudos do perfil dos usuários, com vistas a quantificar e qualificar os serviços.

Art. 6º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão do Serviço de Empréstimo:

I - elaborar manual de procedimentos do Serviço de Empréstimo, respeitadas as peculiaridades de cada biblioteca;

II - dar conhecimento aos usuários das normas estabelecidas, bem como distribuir o regulamento com informações pertinentes aos demais serviços;

III - definir para o conjunto de bibliotecas os procedimentos de cobrança de materiais;

IV - dar conhecimento ao usuário, por meio do sistema SIGA, a existência de bibliotecas com acervos voltados exclusivo à consulta e pesquisa.

Art. 7º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão das Ações de Formação, Difusão Cultural, Incentivo à Leitura, Memória e Patrimônio:

I - prever dotação orçamentária para programas de formação, difusão cultural, de incentivo à leitura, de memória e patrimônio, dentro de uma programação diversificada e direcionada aos diversos segmentos e público;

II - criar mecanismos para formulação e integração da programação cultural, no âmbito das unidades da Fundação Municipal de Cultura;

III - receber e propiciar a realização dos projetos aprovados na Lei Municipal de Incentivo à Cultura e suas contrapartidas, observados os objetivos, infraestrutura e disponibilidade de cada biblioteca.

Art. 8º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão da Infraestrutura e Recursos Humanos:

I - prever dotação orçamentária para melhoria da infraestrutura física e de recursos humanos;

II - promover a qualificação e atualização, permanentes, dos técnicos envolvidos com a gestão das bibliotecas, em todas as suas áreas de atuação;

III - contar com orientação técnica em casos de reforma e construção, aquisição de mobiliário e equipamentos, lay-out e contratação de serviços;

IV - prever no manual de serviços, orientações que auxiliem os profissionais nas tomadas de decisão, referentes à infraestrutura.

Art. 9º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de março de 2009

Thaís Velloso Cougo Pimentel
Presidente

ANEXO B – Roteiro das entrevistas

ENTREVISTA COM BIBLIOTECÁRIOS DOS CENTROS CULTURAIS DE BELO HORIZONTE

1. Qual o cargo que você ocupa na biblioteca e há quanto tempo?
2. Quantos funcionários a biblioteca possui?
3. Que tipo de serviços a biblioteca oferece?
4. Quais os dias e horários de funcionamento da biblioteca?
5. Quem são os usuários da biblioteca? Quem mais utiliza a biblioteca? (Público infantil, infanto-juvenil, adulto ou de idosos) E com que finalidade? (Leitura, empréstimo, participar dos projetos, fazer pesquisa escolar, dentre outros).
6. Qual é a média de usuários da Biblioteca? A Biblioteca possui estatística com relação aos seus serviços?
7. A biblioteca é informatizada? Possui alguma base de dados?
8. Há internet para uso interno e para os usuários?
9. Como são escolhidas as atividades, serviços e acervo da biblioteca?
10. Quais são projetos específicos da biblioteca?
11. Como não há uma verba específica para a biblioteca, como é adquirido o acervo e desenvolvidos seus projetos?
12. O espaço da biblioteca é adequado para as atividades e serviços desenvolvidos?
13. Como é feita a divulgação à comunidade das atividades oferecidas pela biblioteca?

14. A biblioteca oferece serviços ou participa de alguma atividade fora de sua sede?
15. Há outras bibliotecas na região? Que tipo de bibliotecas? Vocês possuem algum trabalho em conjunto?
16. Ao final do ano é feita algum tipo de avaliação daquilo que foi desenvolvido ao longo do ano?

**ENTREVISTA COM COORDENADORES DOS CENTROS CULTURAIS DE
BELO HORIZONTE**

1. Você coordena este centro há quanto tempo?
2. Como se deu a criação do centro cultural e da biblioteca?
3. Que tipo de serviços e atividades o centro oferece?
4. Quais os espaços para atividades o centro possui?
5. Quem são os usuários do centro cultural?
6. Como se dá a escolha das atividades culturais implementadas no centro?
7. Quais os serviços/atividades mais procurados pelos usuários do centro? A instituição possui dados ou estatísticas com relação ao uso dos serviços e atividades desenvolvidas?
8. Todas as atividades desenvolvidas são restritas ao espaço físico do centro? Vocês possuem algum tipo de parceria com alguma instituição?

9. Os trabalhos desenvolvidos pelo centro são expostos à comunidades? O que são feitos destes trabalhos após o término dos projetos?
10. Na sua opinião, qual a relevância dos projetos desenvolvidos pelo centro para a comunidade a que pertence?
11. Qual o papel que a biblioteca ocupa para o centro cultural?
12. O centro cultural possui Arte educador e ou Produtor cultural? Em caso afirmativo, qual a função deles no centro e na biblioteca?
13. O centro possui reuniões para se avaliar as atividades e projetos desenvolvidos? Quem participa das reuniões?

ANEXO C – Exemplos de mailings

CENTRO CULTURAL VILA MARÇOLA PROGRAMAÇÃO MAIO DE 2010

Soul da Serra

Dia 08, sábado, das 18h às 23h

Projeto que propõe difundir o movimento da música e dança Soul no Aglomerado da Serra. O projeto é uma parceria entre o Centro Cultural Vila Marçola e integrantes do Movimento Soul, moradores do Aglomerado.

Coral Agbára - Vozes d'África

Dia 15, sábado, às 10h

Criado em 2009, por iniciativa do Instituto de Arte e Cultura Yorùbá (IACY), com a proposta de apresentar as músicas da tradição yorùbá. As canções do repertório refletem a matriz cultural yorùbá com referências às mitopoéticas – chamadas orikis – que fazem referências ao panteão dos orixás, deuses supremos dessa tradição, muito presentes e cultuados nas religiões afro-brasileiras.

Abertura da Exposição de Grafite - Projeto Fica Vivo!

Dia 18, terça-feira, às 18h

Lançamento da exposição e apresentação artística da Oficina de Dança de Rua do Projeto Fica Vivo!

Exposição de Grafite - Projeto Fica Vivo!

Período: De 18 a 29/05, de terça à sexta-feira, das 9h às 17h e sábado das 9h às 12h

Exposição de telas de grafite produzidas por jovens das oficinas de Grafite do Núcleo de Prevenção à Criminalidade - Serra, baseadas nos temas Juventude e Liberdade (ano de 2008) e Cidades (ano de 2009). A mostra tem como objetivo a construção de uma juventude crítica e responsável por sua história e de sua comunidade.

Tá Pintando a Poesia -

Sarau Infanto-Juvenil

Dia 19, quarta-feira, às 9h30 e às 14h30

Atividade integrada que propõe o contato com a literatura infanto-juvenil a partir da leitura de um texto e sua releitura por meio de uma atividade lúdica.

Cine Programado - Sessão Especial - Dia Nacional de Luta Contra o Abuso Sexual**Dia 19, quarta-feira, às 19h****Anjos do Sol (Rudi Lagemann, BRA, 2006, 90')**

Maria (Fernanda Carvalho) é uma jovem de 12 anos, que mora no interior do nordeste brasileiro. No verão de 2002 ela é vendida por sua família a um recrutador de prostitutas. Após ser comprada em um leilão de meninas virgens, Maria é enviada a um prostíbulo localizado perto de um garimpo, na floresta amazônica. Após meses sofrendo abusos, ela consegue fugir e passa a cruzar o Brasil através de viagens de caminhão. Mas ao chegar no Rio de Janeiro a prostituição volta a cruzar seu caminho.

Público mínimo para exibição: 15 pessoas

Agende sua participação até o dia 19/05 às 16h, pelo telefone 3277-5250

Cine Programado em comemoração ao Dia do Trabalhador**Dia 26, quarta-feira, às 19h****Tempos Modernos (Charles Chaplin, EUA, 1936, 87')**

Um operário de uma linha de montagem, que testou uma "máquina revolucionária" para evitar a hora do almoço, é levado à loucura pela "monotonia frenética" do seu trabalho. Após um longo período em um sanatório ele fica curado de sua crise nervosa, mas desempregado. Ele deixa o hospital para começar sua nova vida, mas encontra uma crise generalizada e equivocadamente é preso como um agitador comunista, que liderava uma marcha de operários em protesto. Simultaneamente uma jovem rouba comida para salvar suas irmãs famintas, que ainda são bem garotas. Elas não têm mãe e o pai delas está desempregado, mas o pior ainda está por vir, pois ele é morto em um conflito. A lei vai cuidar das órfãs, mas enquanto as menores são levadas a jovem consegue escapar.

Público mínimo para exibição: 15 pessoas

Agende sua participação até o dia 26/05 às 16h, pelo telefone 3277-5250

Coral Pequenos Cantores da Serra - CEPEP**Dia 29, sábado, às 10h30**

Regência: Grayce Cordeiro

Idealizado pelo Maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, neto do patrono do Centro Educacional Professor Estevão Pinto - CEPEP, o Coral Pequenos Cantores da Serra é formado por 30 crianças de 7 a 11 anos, moradores do Aglomerado da Serra. O Coral tem realizado diversas apresentações, inclusive em outros estados. Grayce Cordeiro, aluna do Maestro Carlos Alberto, assumiu a direção musical do coral em 2008 e atualmente, rege o Coral Pequenos Cantores da Serra - CEPEP e o Coral Infantil da Fundação Torino, entre outros.

Oficina Vivendo o Teatro - Projeto Arte da Saúde**Terças e quintas-feiras das 8h às 12h ou das 13h às 17h**

A oficina integra o Projeto Arte da Saúde, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde e é destinada a crianças e adolescentes a partir dos 06 anos.

Com Silvana Ferreira, arte-educadora e atriz do Grupo Rosa dos Ventos

Oficina de Dança de Rua - Projeto Fica Vivo!**Segundas e quintas-feiras das 18h às 20h30**

Com os professores de dança Sheyla Santana Bacelar e Walisson Luiz (Culu)

Destinada a adolescentes e jovens, a oficina tem como objetivo a educação para a cidadania, a formação, a construção de identidades e a valorização da cultura.

Obs: Instituições, ONGs ou grupos devem agendar a participação nas atividades pelo tel (31) 3277-5250.

TODA A PROGRAMAÇÃO É GRATUITA! PARTICIPE!!!

Centro Cultural Padre Eustáquio
PROGRAMAÇÃO DE MAIO

Literatura

Biblioteca

Funcionamento: Terça a Sexta, de 8 às 17h e sábados, de 9 às 12h. Para cadastro e empréstimos, trazer documento de identidade e comprovante de residência recente.

Poesia no Barbante

Mostra de poesias nos box da Feira Coberta do bairro Padre Eustáquio. Participe, enviando sua poesia para o e-mail ccpe.fmc@pbh.gov.br

Período: 24 a 31

Sarau poético “Mães”

Sarau lítero-musical em homenagem às mães. Com a participação do projeto Dois Mares, contadores de história, corais e outros artistas. **Dia 08, às 10h**

Ateliê das artes

Oficinas de formação voltadas para as artes

Confecção de cartões comemorativos

Ministração de técnicas que permitirão confeccionar cartões para diversas ocasiões, utilizando materiais tradicionais e alternativos. Coordenação: Maria Ilce de Oliveira. **Dias 5, 6 e 7, às 9h. 15 Vagas**

Dança livre

Oficina de iniciação ao universo da dança onde aspectos como coordenação motora e habilidade corporal serão trabalhados, utilizando-se as técnicas clássica e moderna. Coordenação: Gê Pratez. **Todas as sextas, em dois horários: 9h - público entre 10 e 15 anos // 10h30 - público entre 16 e 25 anos. 15 vagas cada turma**

Dança de salão

Aulas práticas de dança de salão com o professor Francismar Lima. Destinada ao público adulto e maturidade. **Todas as quartas e sextas, de 18h às 20h. 20 Vagas**

Cachecol com tear de pregos

Aprenda técnicas para confecção de cachecóis com franja e sem franja, além de diversos pontos para o tear. Verificar lista de materiais a serem providenciados pelos alunos. Coordenação: Marcos Martins. **Todas as terças-feiras, às 15h30. 15 vagas**

Tapete de barbante

Aprenda croché (correntinha e ponto alto) através da confecção de lindos tapetes utilizando barbante. Verificar lista de materiais a serem providenciados pelos alunos. Coordenação: Marcos Martins. **Todas as quintas-feiras, às 15h30. 15 vagas**

Música na feira

Dois Mares

Formado Por Samadhi (Guitarra, baixo, percussão e vocais) e Marcella (Voz, percussão e baixo), o projeto Dois Mares representa a criação de um novo estilo musical denominado por eles de “Jess Mineiro”. O projeto é fruto da investigação dos ritmos mineiros mesclados com harmonias dissonantes. **Dia 08, às 11h**

Baile da saudade “Cantando o amor”

Com o grupo União Musical Show. Baile em homenagem às mães, propiciando um ambiente de dança saudável destinado a toda a família. **Dia 13, às 20h**

Ponto Br

Venha dançar e se divertir ao som de uma boa música, através das composições da banda mineira Ponto Br, experimentando ritmos e temas populares brasileiros. Um grande show destinado a todas as “tribos”. **Dia 15, às 20h**

Regis D´Almeida

Na estrada há mais de vinte anos, Regis D´Almeida lança seu primeiro trabalho fonográfico intitulado “garimpo”, com direção e produção de Márcio Granato. Vale a pena conferir o talento e a sensibilidade deste artista. **Dia 22, às 10h**

Carla Meireles canta Elis Regina

A cantora Carla Meireles propõe uma viagem musical pelo repertório da consagrada Elis Regina. **Dia 29, às 20h**

Trocando ideias**Abuso Sexual**

Exibição do filme “O caçador de pipas” seguido de debate, reflexão e mobilização da sociedade na luta contra a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. A atividade integra a programação pelo dia nacional de luta contra o abuso e a exploração sexual. **Dia 18, às 19h30**

Bibliotecas Comunitárias

Palestra coordenada pela SABIC-BH onde serão apresentados resultados da implantação de bibliotecas comunitárias em rede, distribuídas por toda a região metropolitana de BH e destaque para os métodos de implantação das bibliotecas naquelas comunidades. **Dia 31, às 14h**

Atividades integradas**Senhores e Senhoras do Tempo**

Grupo de 3ª idade onde são valorizadas a memória e as identidades culturais do bairro Padre Eustáquio e da região Noroeste de Belo Horizonte. Contação de história com Maria Célia Nunes Borges de Lima, roda de conversa e oficinas. Coordenação Creuza Neves. **Todas as 5ªs feiras, às 16h.**

Exposições**“Arte é massa”**

Exposição dos trabalhos do artista plástico Charles Daniel de Souza, confeccionados a partir de pintura de tubos de macarrão milimetricamente alinhados, dando origem à paisagens, animais, flores e diversos objetos. **Visitação: Até o dia 31, no horário de funcionamento do centro cultural.**

ANEXO D – Fotos ilustrativas de algumas bibliotecas

FIGURA 1 - Biblioteca do CCLN/Setor infantil



FIGURA 2 - Biblioteca do CCLN



FIGURA 3 - Biblioteca do CCAVC



FIGURA 4 – Trabalhos dos usuários da Biblioteca do CCAVC



FIGURA 5 – Biblioteca do CCSF



FIGURA 6 – Biblioteca do CCSF/ Setor infantil

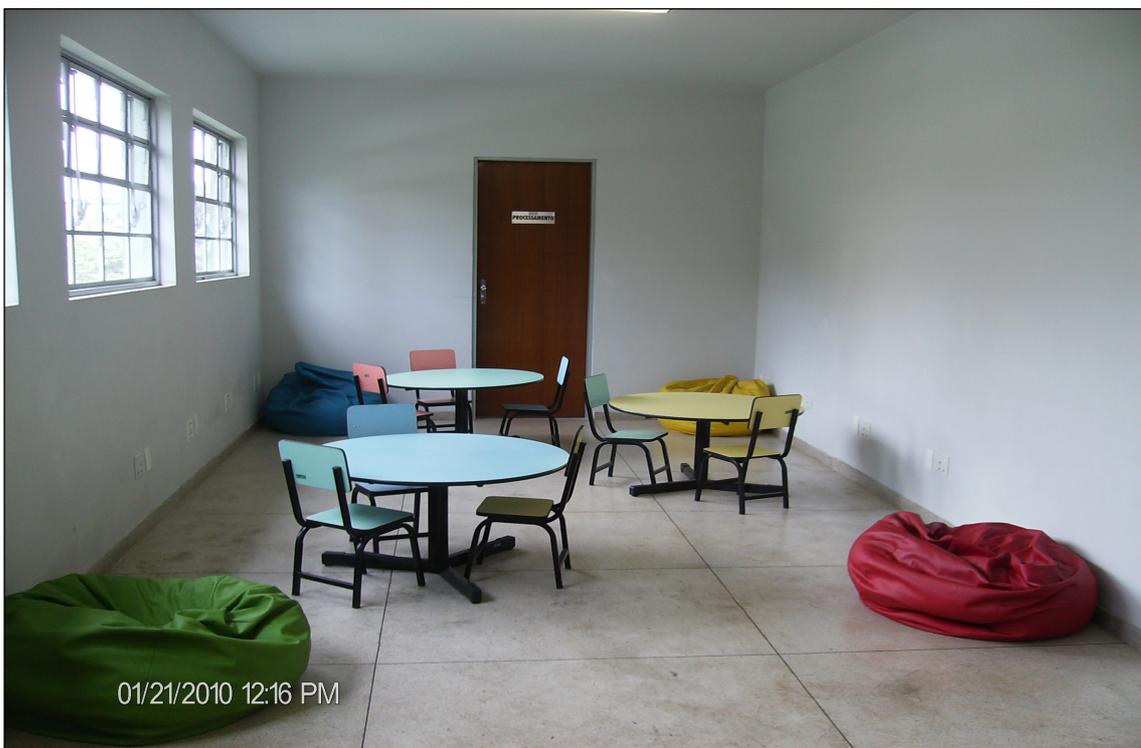


FIGURA 7 – Biblioteca do CCVM



FIGURA 8 – Biblioteca do CCLR



FIGURA 9 – Biblioteca do CCLR



FIGURA 10 – Biblioteca do CCP



FIGURA 11 – Biblioteca do CCVN/ Setor infantil



FIGURA 12 – Biblioteca do CCVN



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)